

REPERTÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA:
POSIÇÕES DO BRASIL (2008-2009)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO DIPLOMÁTICO

Embaixador Hermano Telles Ribeiro
Conselheiro Neil Giovanni Paiva Benevides
Secretário Alexandre Fontoura Kessler
Secretária Regiane Mara Gonçalves de Melo
Secretária Luciana Serrão Sampaio
Secretário Thomaz Alexandre Mayer Napoleão

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

Repertório de Política Externa: Posições do Brasil (2008-2009)



Brasília, 2010

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Secretaria de Planejamento Diplomático
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo I, sala 333
70170-900 – Brasília – DF
Telefones: (5561) 3411-8091/9689
Fax: (5561) 3411-6491
E-mail: spd@itamaraty.gov.br

Capa:

Arthur Luiz Piza, Ovo,
s.d., relevo sobre madeira pintada, 30 x 20 cm.

Elaboração:

Thomaz Alexandre Mayer Napoleão

Coordenação:

Hermano Telles Ribeiro

Equipe Técnica:

Maria Marta Cezar Lopes
Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves
Erika Silva Nascimento
Fabio Fonseca Rodrigues
Júlia Lima Thomaz de Godoy
Juliana Corrêa de Freitas

Programação Visual e Diagramação:

Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2010

B823r Brasil. Ministério das Relações Exteriores.
Secretaria de Planejamento Diplomático
Repertório de política externa: posições do Brasil
(2008-2009) / elaboração Thomaz Mayer
Alexandre Napoleão; coordenado por Hermano
Telles Ribeiro.—Brasília, FUNAG, 2010
260p.

ISBN: 978.85.7631.238-3

I. Política externa. I. Napoleão, Thomas Mayer
Alexandre. II Ribeiro, Hermano Telles (Coord.).
III. Título.

CDU: 327

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme
Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Nota explicativa, 13

Princípios e diretrizes de política externa, 15

Política internacional – geral, 23

América do Sul, 27

Integração sul-americana – geral, 27

Integração física, 29

União das Nações Sul-Americanas (Unasul), 30

Argentina, 33

Malvinas, 37

Bolívia, 37

Chile, 39

Colômbia, 39

Equador, 41

Guiana, 42

Paraguai, 43

Peru, 44

Suriname, 45

Uruguai, 45

Venezuela, 46

Mercosul, 49

Parlamento do Mercosul, 51

Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), 52

Adesão da Venezuela, 53

América Central, Caribe e México, 55

Cuba, 56

Haiti, 57

Honduras, 58

México, 60

América do Norte, 63

Canadá, 63

Estados Unidos, 64

Fóruns multilaterais das Américas, 69

Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), 69

Cúpula das Américas, 70

Grupo do Rio, 71

Organização dos Estados Americanos (OEA), 72

Europa, 73

União Europeia, 73

Cúpula América Latina e Caribe-União Europeia (ALC-UE), 75

Cúpula Iberoamericana, 76

Alemanha, 77

Espanha, 79

França, 81

Itália, 84

Portugal, 86

Reino Unido, 87

Rússia, 89

Sérvia, 92

Kosovo, 92

Turquia, 93

Ucrânia, 93

Vaticano, 94

Brasil, Rússia, Índia e China (BRICs), 97

Ásia e Oceania, 103

Ásia – geral, 103

China, 104

Taiwan, 107

Cingapura, 107

Filipinas, 108

Índia, 108

Indonésia, 110

Japão, 111

República da Coreia, 112

República Popular Democrática da Coreia, 114

Timor-Leste, 115

Vietnã, 116

Ásia Central, 117

Afeganistão, 117

Cazaquistão, 117

Irã, 119

Paquistão, 122

Uzbequistão, 123

Oceania, 124

Austrália, 124

Nova Zelândia, 125

Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), 127

África, 131

África – geral, 131

Cúpula América do Sul-África (ASA), 134

União Africana, 135

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), 135

Angola, 136

Cabo Verde, 137

Guiné-Bissau, 137

Moçambique, 139
São Tomé e Príncipe, 139
África do Sul, 139
Egito, 141
Nigéria, 141
Somália, 142
Sudão, 142
Zimbábue, 143

Oriente Médio, 145

Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), 146
Arábia Saudita, 147
Iraque, 148
Israel, 149
Líbano, 151
Questão palestina, 152
Síria, 154

Nações Unidas, 157

Reforma da ONU – geral, 157
Conselho de Segurança, 159
G-4, 161
Operações de paz, 162
Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), 163
Conselho Econômico e Social (ECOSOC), 164
Comissão de Construção da Paz, 165
Tribunal Penal Internacional, 166
Corte Internacional de Justiça, 166

Comércio internacional, 169

Organização Mundial do Comércio (OMC) – geral, 169
Solução de controvérsias na OMC, 171
Rodada Doha, 171
G-20 Comercial, 174
Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), 175

Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), 176

Finanças internacionais e organizações econômicas, 177

G-20 Financeiro, 177

G-8+5, 180

Banco Mundial, 180

Fundo Monetário Internacional (FMI), 181

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 183

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), 183

Crise econômica internacional, 185

Negociações comerciais extrarregionais, 189

Mercosul-União Europeia, 189

Mercosul-Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), 189

Mercosul-Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), 190

Mercosul-União Aduaneira da África Austral (SACU), 190

Mercosul-SACU-Índia, 191

Mercosul-Israel, 191

Mercosul-Índia, 192

Mercosul-Turquia, 192

Mercosul-Jordânia, 193

Mercosul-Egito, 193

Energia, 195

Recursos energéticos renováveis, 195

Biocombustíveis, 195

Energia nuclear, 198

Recursos energéticos não-renováveis, 199

Pré-sal, 199

Meio ambiente, 203

Mudança de clima, 203

BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China), 206

Florestas tropicais, 206

Diversidade biológica, 207

Antártida, 208

Rio+20, 208

Combate à fome e à pobreza, 211

Mecanismos inovadores, 211

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 212

Direitos humanos e temas sociais, 215

Assistência humanitária, 215

Conselho de Direitos Humanos (CDH), 217

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), 218

Corte Interamericana de Direitos Humanos, 219

Combate ao racismo e à discriminação, 219

Metas de Desenvolvimento do Milênio, 220

Mulher, 220

Saúde, 221

Organização Internacional do Trabalho (OIT), 221

Temas culturais, 223

Diplomacia cultural – geral, 223

Aliança de Civilizações, 224

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), 225

Segurança e defesa, 227

Desarmamento – geral, 227

Estratégia Nacional de Defesa, 228

Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), 228

Terrorismo, 229

Ilícitos transnacionais, 230

Ciência, tecnologia e inovação, 233

TV digital e semicondutores, 234

Sociedade da informação, 234

Espacial, 235

Nanotecnologia, 238

Biotecnologia, 238

Cooperação técnica, 241

Cooperação sul-sul, 241

Cooperação triangular, 242

Agricultura e fertilizantes, 244

Saúde, 245

Biocombustíveis, 246

Educação, 247

Assistência a brasileiros no exterior, 249

Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior (Brasileiros no Mundo), 250

Esportes, 253

Copa do Mundo de 2014, 253

Jogos Olímpicos de 2016, 254



Nota explicativa

Este Repertório tem como objetivo apresentar um panorama das diretrizes da política externa brasileira em relação a uma ampla variedade de temas. A projeção do País no cenário mundial faz com que sua agenda diplomática se torne a cada dia mais complexa. Por isso, constitui verdadeiro desafio o acompanhamento sistemático e constante das posições defendidas pelo Brasil no plano internacional. O Repertório foi concebido para auxiliar nessa tarefa.

O presente volume compila somente os documentos datados de 2008 e 2009. Trata-se de atualização do Repertório de Política Externa publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão em 2007, com metodologia e finalidade idênticas.

Todas as fontes utilizadas na elaboração deste volume são documentos públicos e oficiais: discursos, comunicados conjuntos, notas à imprensa, artigos, entrevistas de altas autoridades, entre outros. Esta compilação não é exaustiva nem pretende cobrir a totalidade dos assuntos que fazem parte do trabalho diário do Ministério das Relações Exteriores. O propósito que serviu de base à organização deste Repertório foi consolidar informações úteis e proporcionar ao público interessado, dentro ou fora do Itamaraty, uma visão de conjunto das principais posições assumidas pela diplomacia brasileira em 2008 e 2009.

Brasília, 21 de junho de 2010



Princípios e Diretrizes de Política Externa

O grande diferencial [da política internacional sob a gestão Lula] é que deixamos de lado a velha dicotomia que habitava a cabeça das pessoas: melhoramos nossas articulações com a África, China, Índia - mas sem hostilizar os Estados Unidos e a União Europeia, que têm tido conosco um diálogo muito privilegiado. Note que não foi o Brasil que propôs à UE a criação de uma parceria estratégica. A proposta partiu deles. Por outro lado, não preciso olhar para EUA e Europa para enxergar o Oriente Médio e a África. Claro que isso não aconteceu por causa deste governo. Não haveria como pensar no IBAS sem que tivéssemos uma democracia consolidada e uma economia estabilizada. Agora, a aposta nas novas oportunidades, sem preconceitos, isso o governo Lula ajudou muito a fazer.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim ao jornal O Estado de São Paulo. Brasília, 16 de março de 2008.

* * *

O Governo Lula percebeu, desde o início, que países em desenvolvimento como o Brasil podem ajudar a tornar o sistema internacional mais democrático.

Adotou uma posição pró-ativa, que procurou, sem arroubos, mas sem timidez ou subserviência, alterar o sentido da globalização em favor da grande maioria. Não ficamos acomodados na confortável posição de um país periférico à espera de favores e proteção dos mais fortes. A criação do G-20, que quebrou a estrutura concentrada de poder nas negociações da OMC, talvez tenha sido o melhor exemplo desta atitude a um tempo desassombrada e pragmática, já que era voltada a resultados concretos. (...) O Brasil tem uma vocação universalista, que se reflete na nossa capacidade de articulação nos mais variados foros e com países de distintas características. Ao diversificar nossas parcerias, abrimos oportunidades de atuação política conjunta, de expansão das nossas exportações, de incremento da cooperação e de uma fértil e despreconcebida troca de ideias. (...) Vínculos mais estreitos com países do Sul não diminuem para o Brasil a importância da relação com os países desenvolvidos. Só que se trata agora de uma relação de igual para igual, sem paternalismos. A era das opções excludentes ficou no passado. Este é o universalismo genuíno. A política externa brasileira não tem preconceitos e, ao contrário do que dizem alguns críticos, não está condicionada por fronteiras ideológicas. (...) O Brasil pode colaborar para uma ordem mundial menos estática e hierarquizada. É raro, hoje, em relação a qualquer tema de interesse global, que surja um grupo de países no qual o Brasil não esteja presente, de uma forma ou de outra. (...) Nossas ações internacionais encontram seu fundamento último nos princípios éticos, humanistas e de justiça social que caracterizam as políticas implementadas pelo Governo Lula também no plano interno. Nosso objetivo é continuar a ter uma política externa ativa, com agenda própria, consciente do interesse brasileiro mas, ao mesmo tempo, participante nos processos de integração da América do Sul, solidária com outros países em desenvolvimento – a começar pelos africanos – e aberta ao mundo.

**“Criação e Inovação na Política Externa Brasileira”.
Conferência do Ministro Celso Amorim na
Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de
Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio
de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 25 de abril de
2008.**

* * *

Muitas vezes, o nosso interesse de longo prazo é melhor defendido com a postura de cooperação e compreensão, assim obtemos mais resultados que pela confrontação. Não importa se nosso interlocutor é de um país grande ou pequeno, o respeito tem que ser recíproco. O Brasil procura tratar cada parceiro com a mesma atitude de concórdia, abertura ao diálogo e desejo de chegar a um denominador comum. A política externa que praticamos é sem preconceito, baseia-se em valores como a democracia, a justiça e a igualdade, é pautada por um sentimento de genuína fraternidade.

Discurso do Presidente Lula durante cerimônia em comemoração ao Dia do Diplomata. Brasília, 29 de abril de 2008.

* * *

Hoje, todos sabem que aquilo que o Brasil disser vai ter uma influência muito grande no próprio processo das negociações. Isso não ocorreu de graça. Isso ocorreu porque o Brasil mudou, porque o Brasil hoje é uma democracia pujante, porque o Brasil é visto em todo mundo como parte da solução dos problemas, inclusive nas questões tão importantes como do biocombustível e dos alimentos, e não como parte do problema, porque o Brasil atendeu e está atendendo as necessidades sociais de seu povo e porque o Brasil tem também uma política externa que é ao mesmo tempo desassombrada e pragmática. Desassombrada, porque ela não tem medo; pragmática, porque ela busca resultados concretos. Ela não está apenas querendo fazer volteios ou malabarismos, sem objetivos específicos.

Discurso do Ministro Celso Amorim na cerimônia de formatura da Turma 2005-2007 do Instituto Rio Branco. Brasília, 29 de abril de 2008.

* * *

O Brasil é um exemplo de país em desenvolvimento que conseguiu controlar a inflação; que consolidou sua democracia; que é uma grande potência energética; que está descobrindo formas novas de enfrentar o problema da mudança de clima; enfim, que tem enfrentado problemas sociais

de grande profundidade, esse Brasil é requisitado para estar presente cada vez mais no mundo, e nós temos que responder a isso.

Palestra do Ministro Celso Amorim Celso Amorim no Seminário Comemorativo dos 10 anos do Centro Brasileiro de Relações Internacionais. Rio de Janeiro, 2 de setembro de 2008.

* * *

O Brasil pode contribuir para que a correlação de forças no âmbito global seja mais equilibrada e democrática. Pode também atuar, em conjunto com outros parceiros, para que a governança mundial esteja pautada por regras mais equitativas, firmemente alicerçadas no sistema multilateral. (...) A ação diplomática do Brasil parte de uma concepção universalista, que espelha valores humanistas e democráticos. A diplomacia brasileira busca uma reciprocidade verdadeira como contraponto às assimetrias de poder e riqueza nas relações internacionais. A presença do Brasil como ator global tem naturalmente a finalidade de auxiliar e aprofundar o projeto de desenvolvimento econômico e social do País, inserindo-o nas redes de relacionamento externo. Visa também a fazer com que o Brasil seja uma força positiva para a transformação da ordem internacional.

“Por uma nova arquitetura internacional”. Palestra do Ministro Celso Amorim como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 5 de janeiro de 2009.

* * *

Ao longo de 2008, a diplomacia brasileira deu seguimento ao esforço de promover a inserção internacional do Brasil fundada na defesa intransigente dos interesses do País no mundo e no redimensionamento de seu perfil, em função do papel que vem desempenhando no cenário internacional e de seu potencial futuro. As ações de política externa, levadas a cabo em 2008 e aquelas previstas para 2009, refletem a disposição brasileira em contribuir para a conformação da ordem

internacional – mais justa e solidária – de uma perspectiva multilateral, universalista e humanista.

**Mensagem do Presidente Lula ao Congresso Nacional.
Brasília, 2 de fevereiro de 2009.**

* * *

A primeira observação que eu queria fazer em relação à política externa brasileira do presidente Lula é que ela se tornou efetivamente global. Tínhamos, antes, uma globalização, mas a política externa não era global. Hoje, a política externa é global. Isso traz várias implicações, no plano político, cultural, etc., mas, como, hoje, estamos vivendo uma crise financeira, gostaria de destacar que a globalização da política externa brasileira, com a conseqüente diversificação de parceiros que acompanhou esse processo, tem nos ajudado a enfrentar a crise. O fato de dispormos de um leque muito maior de parceiros em todas as partes do mundo faz com que o impacto da crise seja menor.

**Palestra do Ministro Celso Amorim em Seminário
organizado pelos jornais Valor Econômico e The Wall
Street Journal. Nova York, 16 de março de 2009.**

* * *

O multilateralismo é a expressão normativa da multipolaridade. O Brasil comunga de uma visão multilateral das relações internacionais. O multilateralismo interessa ao Brasil porque nossa ação internacional é pautada pelo pacifismo e por comprometimento com o direito internacional. A via multilateral, com todas as limitações que tem, contribui para a construção de uma ordem internacional mais justa. A política externa do Presidente Lula é orientada por uma combinação de solidariedade internacional e de defesa dos valores e interesses brasileiros. Tais elementos podem até parecer irreconciliáveis à primeira vista, mas no longo prazo é do interesse brasileiro que países vizinhos e amigos superem a condição do subdesenvolvimento e não sucumbam diante de situações de convulsão sociopolítica ou conflitos armados. É dessa visão de mundo que surge a “não-indiferença”. A “não-indiferença” não é propriamente um princípio, mas constitui uma diretriz

humanista de nossa política externa. (...) O Governo Lula decidiu também dar expressão concreta à vocação universalista da política externa brasileira. Por política externa universalista se quer dizer que o Brasil não tem preconceitos ou visões pré-concebidas. Interessa-nos o diálogo com todas as regiões do globo. O Brasil é um ator global que possui interesses e responsabilidades que vão além da nossa região. (...) O Brasil tem assumido papel mais assertivo nas decisões internacionais. A diplomacia brasileira está disposta a assumir esse papel, consoante à orientação do Presidente Lula. (...) O Brasil não quer somente reagir aos acontecimentos internacionais: quer poder emitir sua opinião, oferecer sua contribuição, participar das decisões e incorporar aos arranjos internacionais uma perspectiva brasileira.

Aula Inaugural do Ministro Celso Amorim por ocasião da abertura do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 13 de abril de 2009.

* * *

A política externa do Governo do Presidente Lula está pautada, simultaneamente, pela defesa do interesse nacional e pela construção de uma ordem internacional mais justa e democrática. Ao mesmo tempo, o Governo Lula fez do exercício de solidariedade em relação a outros países em desenvolvimento, um elemento central de nossa diplomacia. Isso não é resultado exclusivo de uma atitude generosa ou pretensamente altruísta. Corresponde aos interesses do País no longo prazo. O princípio da não-intervenção nos assuntos internos dos outros Estados sempre orientou a política exterior do Brasil. Mas este princípio deve ser matizado pela “não-indiferença”; isto é, a disposição de colaborar, por meio de canais legítimos, com outros países que se encontram em situações particularmente difíceis. (...) Outra dimensão da política externa brasileira é a disposição de se engajar ativamente na construção das normas que regem as relações internacionais. Nossa diplomacia pretende contribuir para a conformação da ordem internacional de uma perspectiva multilateral e humanista, assentada no primado da paz, da democracia, dos direitos humanos e da promoção do desenvolvimento em escala global. Para isso, não basta reagir aos acontecimentos internacionais. É necessário ser proativo e criativo. (...) O Brasil tem procurado seguir uma

perspectiva universalista em sua política externa. Temos interesses e responsabilidades em todos os continentes e não balizamos nossa ação externa por escolhas ou preconceitos ideológicos. A prática de uma diplomacia “tous azimuts” se caracteriza pelo diálogo com países em lados opostos de um mesmo conflito; com países onde vigoram regimes políticos diferentes do nosso; e países com quem não concordamos em certos temas da agenda internacional. Nenhum país pode se dar ao luxo de manter relações só com os países com os quais somente há afinidades, sob pena de perder oportunidades de diálogo e de cooperação em benefício de causas comuns. Às construções geopolíticas estanques, preferimos um “engajamento construtivo” nas questões internacionais. Até porque não há assunto internacional ao qual estejamos alheios. (...) A cooperação Sul-Sul é um aspecto fundamental da política externa brasileira. A construção de uma ordem internacional mais democrática não é somente produto de uma necessidade de natureza moral. Interessa ao Brasil que as relações internacionais estejam assentadas em regras equânimes. É necessário traduzir as mudanças estruturais em transformações institucionais.

“Agir por uma governança global melhor”. Palestra do Ministro Celso Amorim na Conferência Anual dos Embaixadores Franceses. Paris, 27 de agosto de 2009.



Política Internacional - Geral

O cenário internacional na atualidade requer do Brasil maior capacidade de reação e uma visão crítica em relação a velhos paradigmas. Com a Guerra Fria longe de nós por quase duas décadas, não faz mais sentido – se é que algum dia fez – avaliar a política externa por sua maior ou menor convergência com este ou aquele país. Muito menos cabe, hoje, falar de um suposto “terceiro-mundismo”. Finda a oposição entre o Ocidente e o Oriente, a verdadeira contradição no mundo de hoje é a que opõe tendências à hegemonia unicêntrica, ou mesmo a uma eventual nova bipolaridade, às tendências que prenunciam a emergência de uma saudável estrutura multipolar. A queda do muro de Berlim simbolizou o fim do conflito Leste-Oeste, que repercutiu com extraordinária intensidade na maneira como os Estados percebiam seu próprio lugar no ordenamento mundial. Atualmente, outra mudança está em curso: a queda do muro Norte-Sul. Trata-se de muro talvez até mais espesso, porém invisível, cuja derrubada certamente será mais lenta e complexa. Não oferecerá o mesmo espetáculo de mídia, mas nem por isso seus efeitos serão menos duradouros. O Brasil precisa estar preparado para ser um ator neste processo.

**“Criação e Inovação na Política Externa Brasileira”.
Conferência do Ministro Celso Amorim na Coordenação**

dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 25 de abril de 2008.

* * *

O mundo em que vivemos nos oferece um espetáculo paradoxal. Vemos mudança por toda parte. Novas descobertas da ciência, maravilhas da tecnologia, invenções que transformam nossas vidas e abrem perspectivas para milhões e milhões de pessoas. Mas, ao mesmo tempo, persiste a fome, a miséria, a exclusão e a desesperança. Aí está a maior ameaça à paz. Esse é o terreno propício para o surgimento dos fundamentalistas. Não basta combater as conseqüências da iniquidade, é preciso atacar as causas das desigualdades. Os frutos da globalização não podem ser privilégio de alguns. Homens e mulheres precisam, em todas as partes, perceber no seu dia-a-dia que o progresso conquistado tem reflexo na qualidade de suas vidas. Os países em desenvolvimento precisam colocar os seus problemas no centro do debate, devem participar da elaboração da agenda internacional. O Brasil está disposto a atuar sem arrogância, sem megalomania, sem pretensões hegemônicas, mas com o sentimento de que somos um grande país e que temos o que dizer ao mundo.

Discurso do Presidente Lula durante cerimônia em comemoração ao Dia do Diplomata. Brasília, 29 de abril de 2008.

* * *

Nós vivemos num mundo em que as alianças não são a rigor nem excludentes nem permanentes. Claro que sempre haverá um interesse geográfico com relação ao vizinho que nos prenderá mais. Estou falando do mundo como um todo. Essas alianças variam e são móveis. Em certos temas, nós podemos estar aliados com a Índia e divergindo dos Estados Unidos; em outros temas nós podemos estar aliados com os Estados Unidos e divergindo da Índia. Em outros temas, estamos aliados com a Europa e divergindo de outros países. Há uma multiplicidade de situações

e uma multiplicidade de arquiteturas que essas situações provocam ou ensejam.

“Como ser o melhor dos BRICs”. Palestra proferida pelo Ministro Celso Amorim na Reunião Especial do Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE). Rio de Janeiro, 3 de setembro de 2008.

* * *

A ordem mundial passa por momento de transformação. Vivemos crises e tensões que se entrelaçam: a crise alimentar, a insegurança energética, a mudança do clima, a violência e os conflitos internos, os obstáculos a um comércio verdadeiramente livre, etc. A tudo isso veio somar-se a crise financeira, gerada pelas ações especulativas no centro do capitalismo mundial, mas que terminam por afetar todo o planeta. Não resolveremos um problema sem necessariamente solucionar ou ao menos mitigar o outro. (...) Neste mundo globalizado, a cooperação internacional é uma necessidade. Ricos ou pobres, grandes ou pequenos, poderosos ou fracos, todos estão envolvidos. O Brasil está naturalmente atento a tudo isso. Estamos conscientes da magnitude dos dilemas que se apresentam. Procuramos agir de acordo com a nossa capacidade de responder às demandas. Mas não nos sentimos sozinhos. Com nossos parceiros e amigos podemos olhar com confiança para o futuro. O Presidente Lula tem dito que está surgindo uma nova geografia política e econômica mundial. Para que este novo mundo seja mapeado e explorado, será preciso ousadia, criatividade e persistência.

“Por uma nova arquitetura internacional”. Palestra do Ministro Celso Amorim como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 5 de janeiro de 2009.

* * *

O sistema internacional encontra-se em processo de transformação. A ordem bipolar característica da Guerra Fria não foi substituída, de forma estável, por domínio unipolar de qualquer país nem tampouco por distribuição

multipolar, tal como no século XIX. É verdade que muitos analistas falam hoje de um G-2, com EUA e China assumindo, em certa medida, o papel do EUA e União Soviética tiveram no pós-Guerra. Mas os componentes ideológicos não são os mesmos. (...) Além disso, há evidências que apontam no sentido de uma redistribuição das forças no sistema internacional em favor de países em desenvolvimento. O próprio G20 é uma ilustração dessa tendência. A incorporação de países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, às discussões do G8 idem. Em um mundo multipolar, países em desenvolvimento terão maiores oportunidades de influir nas decisões internacionais. Um sistema internacional caracterizado pela multipolaridade tem mais chances de ser regido pelas normas do que pelas arbitrariedades do poder hegemônico.

Aula Inaugural do Ministro Celso Amorim por ocasião da abertura do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 13 de abril de 2009.

* * *

Os temas que estão no centro de nossas preocupações – a crise financeira, a nova governança mundial e a mudança do clima – têm um forte denominador comum. Ele aponta para a necessidade de construir uma nova ordem internacional, sustentável, multilateral, menos assimétrica, livre de hegemonismos e dotada de instituições democráticas. Esse mundo novo é um imperativo político e moral. Não basta remover os escombros do modelo que fracassou, é preciso completar o parto do futuro. É a única forma de reparar tantas injustiças e de prevenir novas tragédias coletivas.

Discurso do Presidente Lula no Debate Geral da 64ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Nova York, 23 de setembro de 2009.

América do Sul

INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA – GERAL

A integração sul-americana cria um centro de gravitação alternativo ao que sempre existiu no Norte. Prepara, assim, o caminho para a integração do conjunto maior latino-americano e caribenho. Sem a integração da América do Sul, a integração latino-americana não passa de uma figura de retórica, de um sonho baseado em realidades culturais e lingüísticas, sem dúvida importantes, mas sem lastro na estrutura econômica e social.

**“Criação e Inovação na Política Externa Brasileira”.
Conferência do Ministro Celso Amorim na Coordenação
dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia
(COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ). Rio de Janeiro, 25 de abril de 2008.**

* * *

O Brasil fez acordos de livre comércio com todos os países sul-americanos, além de obras de infra-estrutura, que beneficiarão estados como Acre, Rondônia e Roraima. Na América do Sul não podemos separar totalmente o que é bilateral, o que é multilateral para a região. Nossos esforços

são para fortalecer essa integração entre os países para crescermos juntos e nos posicionarmos frente ao mundo.

Entrevista do Ministro Celso Amorim ao programa de rádio *Bom dia Ministro*. Brasília, 7 de agosto de 2008.

* * *

A política externa brasileira está fortemente alicerçada na América do Sul. Nossa política ativa de integração sul-americana parte da compreensão de que uma vizinhança próspera e pacífica é boa para o nosso desenvolvimento e propicia uma melhor inserção internacional para o Brasil. Mas a integração é de interesse de todos os países sul-americanos. Aumenta as oportunidades de desenvolvimento e bem-estar na região.

“Por uma nova arquitetura internacional”. Palestra do Ministro Celso Amorim como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 5 de janeiro de 2009.

* * *

Há três níveis de integração: (1) o MERCOSUL, uma união aduaneira, com Parlamento, e já com políticas comuns em muitos aspectos; (2) a América do Sul, que é uma integração bastante forte. Do ponto de vista política externa, de política internacional, acho que ela tem um papel tão grande, ou talvez maior do que o do MERCOSUL, porque os grandes temas que existem na região, em geral, transcendem o aspecto do MERCOSUL exclusivamente, portanto, é muito importante, nos seus aspectos econômicos, comerciais, culturais etc.; (3) e num nível um pouco menos cerrado, há o conjunto da América Latina e Caribe, que reconhece os diferentes graus de desenvolvimento.

Palestra do Ministro Celso Amorim no VI Curso para Diplomatas Sul-americanos. Rio de Janeiro, 9 de abril de 2009.

INTEGRAÇÃO FÍSICA

Nós já tínhamos a IIRSA, que teve que ser adaptada às novas prioridades, mas, basicamente, eram obras de infraestrutura nos vários países que, pela primeira vez, estarão ligando o Atlântico ao Pacífico, de maneira efetiva em vários pontos: no meio norte do continente, saindo pelo Peru ou eventualmente pelo Equador; mais ao sul, passando pela Bolívia, Argentina e Chile. Enfim, pela primeira vez, a América do Sul vai ter ligações efetivas entre o Atlântico e o Pacífico, reais, coisa que na América do Norte aconteceu no século XIX. Nós levamos praticamente um século e meio para fazer o que foi feito há muito tempo na América do Norte e que foi uma das bases do desenvolvimento do mercado interno norte-americano. Digo isso porque acho que algo em que nós temos que pensar é num mercado interno sul-americano.

Palestra do Ministro Celso Amorim no VI Curso para Diplomatas Sul-americanos. Rio de Janeiro, 9 de abril de 2009.

* * *

[O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner] reiteraram o interesse de ambos os países em acelerar a execução dos projetos prioritários para a integração física sul-americana, em especial nas áreas de infraestrutura, transportes e telecomunicações que integrem os países, atendendo a critérios de desenvolvimento social e econômico sustentável e preservando o equilíbrio dos ecossistemas. Renovaram o compromisso de avançar em direção da plena incorporação do âmbito de trabalho da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) no marco do Conselho Sul-Americano de Infra-estrutura e Planejamento da UNASUL.

Declaração Conjunta por ocasião da visita ao Brasil da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner. Brasília, 18 de novembro de 2009.

UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL)

Num mundo de grandes blocos e que cada vez mais se organiza em regiões, devemos fortalecer a integração da América do Sul. A assinatura este ano do Tratado Constitutivo da UNASUL amplia nossa perspectiva integracionista, conferindo maior equilíbrio aos vários processos associativos na região. Resgata parte de uma longa história de desconhecimento recíproco entre os países sul-americanos.

Discurso do Ministro Celso Amorim na XII Sessão Ordinária do Parlamento do MERCOSUL. Montevideú, 18 de agosto de 2008.

* * *

A UNASUL foi um feito extraordinário: o primeiro Tratado entre todos os países sul-americanos e somente eles. É uma nova entidade que surge para dar à região a moldura política que irá aglutinar os esforços integracionistas e reforçar a identidade internacional da América do Sul. No mês passado, aprovamos a criação do Conselho Sul-Americano de Defesa, como uma instância de consulta, cooperação e coordenação no âmbito da UNASUL, e estabelecemos o Conselho de Saúde Sul-Americano.

“Por uma nova arquitetura internacional”. Palestra do Ministro Celso Amorim como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 5 de janeiro de 2009.

* * *

Com a criação da UNASUL, passamos a ter uma base econômico-comercial que conta não apenas com toda essa infraestrutura, mas também com a possibilidade de uma ação política conjunta. Há alguns meses, a crise política na Bolívia esteve muito grave e foi justamente a UNASUL que pôde agir. Talvez fosse mais difícil para a OEA, talvez fosse difícil para uma ação de fora da América do Sul, mas a UNASUL pôde fazer isso.

Palestra do Ministro Celso Amorim em Seminário organizado pelos jornais *Valor Econômico* e *The Wall Street Journal*. Nova York, 16 de março de 2009.

* * *

No ano passado, finalmente, foi concluído o Tratado da UNASUL, com várias vertentes: a vertente do livre comércio, da integração comercial; a vertente da infraestrutura; a vertente da energia, que ganhou muita força nesses anos; a vertente de defesa, que, na realidade, só veio a se materializar um pouco mais tarde com a criação do Conselho de Defesa; e agora já tem o Conselho de Saúde, enfim, há vários outros que estão se desenvolvendo. Eu acho que a UNASUL é um processo extremamente vivo e importante, e que permite à região se coordenar e se apresentar diante do mundo. Eu costumo dizer que algo que chama a atenção é que nunca esses países tenham assinado um tratado, um instrumento jurídico entre eles, como tal, pelo menos, de caráter mais amplo. (...) Temos ainda algumas questões para resolver, mas, o fato é que a UNASUL, mesmo antes de estar totalmente consolidada juridicamente, até porque, foram poucos os países que já ratificaram (...) ela já é uma realidade.

Palestra do Ministro Celso Amorim no VI Curso para Diplomatas Sul-americanos. Rio de Janeiro, 9 de abril de 2009.

* * *

Em 2008, em Brasília, os líderes dos países sul-americanos assinaram o tratado constitutivo da primeira Organização Internacional exclusivamente sul-americana. A UNASUL está montada em um tripé: integração econômico-comercial, por meio de acordos entre o MERCOSUL e outros blocos e países; a integração física, por meio de obras de infraestrutura, especialmente nos setores de energia e transportes; e a integração política, por meio das cúpulas presidenciais e de reuniões e de Ministros das Relações Exteriores. O Conselho de Defesa Sul-americano foi outro avanço importante, destinado a aproximar as forças armadas da região, estimulando sua confiança recíproca.

Aula Inaugural do Ministro Celso Amorim por ocasião da abertura do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 13 de abril de 2009.

* * *

A Cúpula da UNASUL marcará a transferência da Presidência Pro Tempore (PPT) do Chile para o Equador. Durante o encontro, serão criados, por meio de decisões presidenciais, quatro novos Conselhos ministeriais da UNASUL: Infra-Estrutura e Planejamento; Desenvolvimento Social; Combate ao Narcotráfico; e Educação, Cultura, Tecnologia e Inovação. Virão somar-se aos três já existentes - de Energia, de Saúde e de Defesa.

Nota à Imprensa. “III Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e Posse do Presidente Rafael Correa”. Brasília, 7 de agosto de 2009.

* * *

Quero ressaltar a importância da UNASUL como fórum de diálogo à disposição dos países da América do Sul. Muitos críticos se apressaram em apontar atritos entre os países da região. Eles concluíram que essas divergências implicam fracasso prematuro da organização sul-americana. Mas a existência de um fórum permanente de diálogo justamente contribui para a atenuação das tensões e para evitar a tomada de posições irreconciliáveis.

“Agir por uma governança global melhor”. Palestra do Ministro Celso Amorim na Conferência Anual dos Embaixadores Franceses. Paris, 27 de agosto de 2009.

* * *

O que eu tenho consciência é que a UNASUL, no século XXI, pode fazer uma mudança radical do que aconteceu no século XX, descolonizar a

mente intelectual de boa parte da nossa elite e começar a acreditar que a solução de nossos problemas está em nós e não está fora do nosso continente.

Intervenção do Presidente Lula durante a reunião extraordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL. San Carlos de Bariloche, 28 de agosto de 2009.

* * *

[Os Chefes de Estado e de Governo da UNASUL decidem] fortalecer a América do Sul como zona de paz, comprometendo-nos a estabelecer um mecanismo de confiança mútua em matéria de defesa e segurança, sustentando nossa decisão de abster-nos de recorrer à ameaça ou ao uso da força contra a integridade territorial de outro Estado da UNASUL. (...) Reafirmar nosso compromisso de fortalecer a luta e cooperação contra o terrorismo e a delinquência transnacional organizada e seus delitos conexos: o narcotráfico, o tráfico de armas pequenas e leves, assim como o rechaço à presença ou ação de grupos armados à margem da lei. (...) Reafirmar que a presença de forças militares estrangeiras não pode, com seus meios e recursos vinculados a objetivos próprios, ameaçar a soberania e integridade de qualquer nação sul-americana e em consequência a paz e segurança na região.

Decisão da Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL. San Carlos de Bariloche, 28 de agosto de 2009.

ARGENTINA

A aliança estratégica entre a Argentina e o Brasil é imprescindível para que alcancemos nossos objetivos nacionais, que só fazem sentido se forem tomados como parte de um projeto amplo de integração sul-americana. Daí meu convencimento de que juntos temos de fortalecer o Mercosul e forjar uma integração consistente entre os países da América do Sul. (...) Argentina e Brasil estão juntos hoje e estarão juntos amanhã. Nosso futuro está na

integração. Estaremos juntos na defesa de nossas liberdades, na construção de nossa riqueza e na criação de condições sociais mais justas.

Discurso do Presidente Lula por ocasião de almoço oferecido pela Presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner. Buenos Aires, 22 de fevereiro de 2008.

* * *

O Brasil já é o terceiro maior investidor na Argentina. A partir de 2002 passou a ser o primeiro investidor em fluxo de capitais. Muitas empresas brasileiras apostam na Argentina: são fábricas tecnologicamente avançadas e competitivas em setores estratégicos como energia, alimentos, bebidas, têxtil, cimento e siderurgia. Da mesma forma, capitais argentinos no Brasil conquistam espaço em áreas cruciais como infra-estrutura, alimentos e fármacos. Tenho dito, enfaticamente, que uma Argentina industrializada e competitiva fortalece o Brasil, o Mercosul e nosso projeto sul-americano. Por isso, a presidenta Cristina e eu examinamos medidas concretas para reforçar esse ciclo virtuoso. No Brasil, já estamos dando um passo importante: a criação de um fundo soberano que ajudará empresas brasileiras a investirem na América do Sul e na América Latina. (...) Argentina e Brasil não temem divergências que nascem daquilo que construímos juntos. Responderemos com serenidade e perseverança, na certeza de que nossos interesses soberanos sempre se reforçarão no seio de nosso projeto comum. Não me canso de repetir: juntos seremos mais soberanos.

Discurso do Presidente Lula durante a cerimônia de abertura do Encontro Empresarial Brasil-Argentina, com a presença da Presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner. Buenos Aires, 4 de agosto de 2008.

* * *

Outra iniciativa que trará muitos benefícios para as empresas, especialmente as pequenas e médias, é a implementação do sistema de pagamento em moedas locais, que funcionará primeiramente entre o Brasil e a Argentina, a partir de

setembro próximo. Esperamos que, a partir da experiência entre o Brasil e a Argentina, os demais Estados Partes possam juntar-se à iniciativa.

Discurso do Ministro Celso Amorim na XII Sessão Ordinária do Parlamento do MERCOSUL. Montevideú, 18 de agosto de 2008.

* * *

No quadro mais amplo da integração da América do Sul, a colaboração entre o Brasil e a Argentina, que têm hoje os sistemas de ciência e tecnologia mais avançados da região, pode gerar importantes efeitos positivos para a redução das assimetrias e o desenvolvimento regional. (...) A cooperação entre o Brasil e a Argentina constitui exemplo de parceria equilibrada e mutuamente benéfica, que reforça a confiança e consolida a paz. Suplantada definitivamente a lógica artificial de “rivalidade” de tempos passados, soubemos construir uma colaboração abrangente em ciência e tecnologia nas principais áreas do conhecimento. Juntos, o Brasil e a Argentina dão ao mundo um testemunho concreto da vitalidade e do enorme potencial da cooperação Sul-Sul.

“Brasil e Argentina: cooperação para o desenvolvimento”. Artigo do Ministro Celso Amorim para a revista *Ciência Hoje*. Brasília, 23 de setembro de 2008.

* * *

Na realidade, o grande impulso à aproximação Brasil-Argentina foi de natureza política. Quando os dois países saíram de governos militares, governos autoritários, eles perceberam que era preciso criar uma comunidade de interesses e que essa comunidade de interesses não poderia se esgotar nos contatos políticos, que era importante que essa comunidade de interesses também se lastreasse na parte econômica que, naturalmente, é fundamental. Foi por isso que, no processo de aproximação Brasil-Argentina, se deu tanta ênfase ao aspecto comercial a partir do primeiro momento. Eu estou me referindo ao ano de 1985, quando o Presidente Alfonsín (...) e o Presidente Sarney (...) iniciaram um processo de diálogo que teve várias vertentes.

Palestra do Ministro Celso Amorim no VI Curso para Diplomatas Sul-americanos. Rio de Janeiro, 9 de abril de 2009.

* * *

O Mecanismo (de Integração e Coordenação Bilateral Brasil – Argentina [MICBA]) abrange, atualmente, mais de vinte projetos, dentre os quais o sistema de pagamentos em moedas locais, a cooperação BNDES – Banco de La Nación – Banco de Inversión y Comercio Exterior (BICE), o empreendimento hidrelétrico de Garabi e diversos projetos de cooperação nas áreas de defesa, nuclear, espacial, saúde, transportes, ciência e tecnologia. As Reuniões do Mecanismo de Integração e Coordenação oferecem oportunidade para que os Chefes de Estado passem em revista temas prioritários na agenda bilateral. O envolvimento direto dos Presidentes confere maior impulso político à execução dos projetos de cooperação. Trata-se de mecanismo inovador que o Brasil mantém apenas com a Argentina e que reflete a densidade do relacionamento bilateral, bem como o firme propósito de continuar fortalecendo a parceria estratégica entre os dois países.

Nota à Imprensa. “Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Argentina”. Brasília, 22 de abril de 2009.

* * *

Acabou o tempo em que Argentina e Brasil disputavam quem era mais querido pelos Estados Unidos ou pela União Europeia. Nós descobrimos, nesses últimos seis anos, que muito mais bonito é fazermos o esforço que for necessário fazer para, a partir da nossa integração e da complementaridade da nossa competência científica, tecnológica, política, cultural, construirmos nos nossos países tudo aquilo que nós precisamos para melhorar a vida do nosso povo.

Discurso do Presidente Lula durante almoço oferecido pela Presidente da Argentina, Cristina Kirchner. Buenos Aires, 23 de abril de 2009.

MALVINAS

O Presidente da República Federativa do Brasil reiterou o respaldo de seu país aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania relativa à Questão das Ilhas Malvinas. A Presidenta da República Argentina agradeceu o permanente apoio do Brasil nesta questão, da maior importância para seu país. Nesse sentido, ambos os Presidentes destacaram que a adoção de medidas unilaterais não é compatível com o que estabelecem as Nações Unidas, e recordaram o interesse regional em que a prolongada disputa de soberania entre a República Argentina e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes, alcance quanto antes uma solução pacífica e definitiva, de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas e as declarações da Organização dos Estados Americanos, do MERCOSUL e de outros foros regionais e multilaterais.

Declaração Conjunta por ocasião da visita ao Brasil da Presidente da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner. Brasília, 18 de novembro de 2009.

BOLÍVIA

Os Governos da Argentina, do Brasil e da Colômbia, que conformam o Grupo de Países Amigos da Bolívia, vêm empreendendo nos últimos meses, a pedido do Governo boliviano, esforços de aproximação entre os principais atores políticos do país, com vistas a contribuir para um processo genuíno de diálogo e concertação nacional. O Grupo de Países Amigos lamenta que até o momento não se tenham dado as condições para a concretização de tal processo, e faz um enfático chamado a todos os setores políticos da Bolívia para que contribuam para o estabelecimento das condições que permitam levar a cabo um diálogo amplo e consistente, voltado para a solução sustentável das dificuldades que afetam o país. Os Governos da Argentina, do Brasil e da Colômbia reiteram sua confiança de que os bolivianos saberão encontrar os caminhos necessários de concertação

e concórdia, e mantém sua determinação de continuar a fazer todo o possível para ajudar nesse processo.

Comunicado do Grupo de Países Amigos da Bolívia. La Paz, 13 de junho de 2008.

* * *

O Governo brasileiro acompanha com grande preocupação a evolução dos acontecimentos na Bolívia e lamenta o recrudescimento da violência e dos atos de desacato às instituições e à ordem legal. O Governo brasileiro se solidariza com o Governo constitucional da Bolívia e espera que cessem imediatamente as ações dos grupos que lançam mão da violência e da intimidação. O Governo brasileiro insta todos os atores políticos a que exerçam comedimento, respeitem a institucionalidade democrática e retomem os canais do diálogo e da concertação, na busca de uma solução negociada e sustentável.

Nota à Imprensa. “Situação na Bolívia”. Brasília, 10 de setembro de 2008.

* * *

No último ano, as exportações bolivianas para o Brasil cresceram 60%. Nossos programas bilaterais de cooperação agrícola e industrial ajudarão a modernizar o parque produtivo da Bolívia e a diversificar suas exportações. Queremos oferecer novas oportunidades no mercado brasileiro para os produtos bolivianos. (...) O Brasil não é uma ilha. Não teremos prosperidade duradoura se não houver prosperidade para todos os nossos irmãos sul-americanos. É com essa certeza que afirmo que a Bolívia poderá sempre contar com o Brasil e com o povo brasileiro.

Discurso do Presidente Lula na cerimônia de entrega dos trechos Arroyo Concépcion-El Carmen e El Carmen-Roboré do Corredor Bioceânico. Arroyo Concépcion, 15 de janeiro de 2009.

CHILE

A amizade entre os nossos países é histórica. Nossa relação vem atravessando um período excepcional nos últimos anos. Desde quando lançamos a Aliança Renovada, em 2006, reafirmamos compromissos e adotamos instrumentos para fortalecer nossa cooperação. A conformação da comissão bilateral Brasil-Chile, presidida pelos ministros de Relações Exteriores, permitirá impulsionar os principais temas da agenda bilateral, com destaque para o comércio, investimentos, temas sociais, infraestrutura e energia. (...) Brasil e Chile devem seguir determinados a fazer do comércio e dos investimentos um fator de desenvolvimento. Em 2008, nossas trocas alcançaram a cifra recorde de US\$ 8,8 bilhões. O Chile foi, no ano passado, o segundo parceiro comercial do Brasil na América Latina e Caribe.

Discurso do Presidente Lula na sessão de encerramento do Seminário Empresarial Brasil-Chile. São Paulo, 30 de julho de 2009.

COLÔMBIA

A pedido do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e com a anuência do Governo da Colômbia, o Governo brasileiro prestou apoio logístico, por meio da cessão de helicópteros e tripulações militares, às operações de libertação, em território colombiano, de seis reféns que se encontravam sequestrados pelas FARC. (...) O Governo brasileiro manifesta a expectativa de que essa iniciativa bem-sucedida dê ensejo à libertação de todos os sequestrados que permanecem ainda distantes de seus familiares, e possibilite novas perspectivas para o processo de paz e reconciliação de todos os colombianos.

Nota à Imprensa. “Libertação de reféns em poder das FARC”. Brasília, 5 de fevereiro de 2009.

* * *

O excelente nível de nossas relações se expressou na criação da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia, que nos vai permitir realizar uma agenda ambiciosa de cooperação nas áreas de desenvolvimento sustentável na Amazônia, ciência e tecnologia, agroindústria, educação e cultura. Nos últimos quatro anos, nosso comércio aumentou 150%. Em 2008, as trocas alcançaram a cifra recorde de US\$ 3 bilhões, sendo que as exportações colombianas para o Brasil subiram 94%. A Comissão de Monitoramento do Comércio, que decidimos instituir, permitirá aumentar e equilibrar nosso intercâmbio nesse contexto de crise em que vivemos. Os investimentos brasileiros na Colômbia somam US\$ 1,5 bilhão. Nossas empresas levam empregos, tecnologia e competitividade aos principais setores da economia colombiana, como energia, infraestrutura, siderurgia e automobilística.

Declaração à imprensa do Presidente Lula após assinatura de atos, por ocasião da visita do presidente da Colômbia, Álvaro Uribe. Brasília, 17 de fevereiro de 2009.

* * *

Obviamente, o Brasil respeita o direito soberano da Colômbia de celebrar os acordos internacionais que julgar pertinentes para preservar a ordem em seu país. Mas a presença de bases estrangeiras na América do Sul sempre provoca sensibilidades de natureza política – e mesmo psicológica -, que também precisam ser levadas em conta. Essa tipo de arranjo - que pode ser chamado de bases, instalações ou simplesmente “presença” - exige, de um lado, transparência - e até mesmo garantias legais - quanto ao emprego do pessoal e equipamentos estrangeiros.

“Agir por uma governança global melhor”. Palestra do Ministro Celso Amorim na Conferência Anual dos Embaixadores Franceses. Paris, 27 de agosto de 2009.

EQUADOR

O Governo brasileiro recebeu com séria preocupação a notícia da decisão do Governo equatoriano de impetrar juízo arbitral junto à Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), com vistas a suspender o pagamento da dívida junto ao BNDES relativa ao financiamento da construção da Hidrelétrica San Francisco. A decisão do Governo equatoriano foi anunciada em evento público sem prévia consulta ou notificação ao Governo brasileiro. O BNDES se pronunciará sobre as alegações feitas pelo Governo equatoriano relativas ao contrato de financiamento. O Governo brasileiro considera que a natureza e a forma de adoção das medidas tomadas pelo Governo equatoriano não se coadunam com o espírito de diálogo, de amizade e de cooperação que caracteriza as relações entre o Brasil e o Equador. O Ministro Celso Amorim chamou o Embaixador do Brasil no Equador para consultas.

Nota à Imprensa. “Decisão do Governo equatoriano de recorrer à Câmara de Comércio Internacional no caso da dívida junto ao BNDES relativa à construção da Hidrelétrica San Francisco”. Brasília, 21 de novembro de 2008.

* * *

No dia 8 de janeiro de 2009, o Governo brasileiro recebeu do Equador, no âmbito do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR) da ALADI, o valor referente às parcelas vencidas em dezembro do financiamento do BNDES para a construção da Hidrelétrica de San Francisco. O Embaixador do Brasil em Quito, Antonino Marques Porto, chamado pelo Ministro Celso Amorim para consultas, em 21 de novembro de 2008, deverá retornar ao Equador no início da próxima semana. O Governo brasileiro continuará a acompanhar com atenção a evolução de suas relações econômicas e financeiras com o Equador.

Nota à Imprensa. “Retorno ao Equador do Embaixador do Brasil em Quito”. Brasília, 10 de janeiro de 2009.

* * *

O Governo Brasileiro recebeu com satisfação a notícia de que (...) os Chanceleres da Colômbia e do Equador anunciaram que designarão, até o dia 15 de novembro, seus Encarregados de Negócios em Quito e Bogotá. (...) Ao felicitar os dois governos, o Brasil exorta os dois países a continuar a trabalhar na direção da retomada plena das relações bilaterais.

Nota à Imprensa. “Colômbia – Equador”. Brasília, 5 de novembro de 2009.

GUIANA

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, manterão encontro de trabalho em 14 de setembro em Bonfim (Roraima), por ocasião da inauguração da Ponte sobre o Rio Tacutu, na fronteira entre os dois países. A Ponte estabelece ligação física direta entre o Brasil e a Guiana e constitui a etapa inicial do projeto de interconexão rodoviária, que deverá ser completado com a pavimentação da estrada Lethem-Linden, na Guiana, que permitirá ligação, por via terrestre, entre Manaus, Boa Vista e Georgetown, no Mar do Caribe. (...) Em 2008, o fluxo de comércio entre Brasil e Guiana alcançou US\$ 21 milhões, dos quais cerca de US\$ 20,8 milhões corresponderam a exportações brasileiras.

Nota à Imprensa. “Encontro do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, por ocasião da inauguração da Ponte sobre o Rio Tacutu”. Bonfim, 14 de setembro de 2009.

* * *

Com a inauguração da ponte sobre o Rio Tacutu, damos um passo concreto e irreversível. Estamos integrando a Guiana e o Brasil e trazendo prosperidade para nossos povos. Esta é a primeira ligação física entre dois países que viveram muito tempo de costas um para o outro. Estamos fazendo de nossa fronteira um ponto de encontro. Não seremos apenas vizinhos. Queremos ser parceiros para tornar realidade o potencial de nossa herança amazônica.

Discurso do Presidente Lula durante cerimônia de inauguração da ponte binacional sobre o Rio Tacutu. Boa Vista, 14 de setembro de 2009.

PARAGUAI

O tratado prevê que a energia de Itaipu é para o Paraguai e para o Brasil. Isso é essencial. Itaipu foi feito com esse espírito e isso tem que ser mantido. (...) É do nosso interesse que o Paraguai se desenvolva, que o Paraguai seja estável, que o Paraguai possa participar, digamos, do desenvolvimento sul americano maior, do qual o Brasil é uma parte fundamental.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim à revista *Terra Magazine*. Brasília, 5 de maio de 2008.

* * *

O Governo brasileiro recebeu com preocupação notícias de que movimentos sociais de camponeses ameaçaram desencadear ações de violência contra comunidades brasileiras residentes no Paraguai, caso não tenha início imediato programa de reforma agrária naquele país. A existência de ameaças e manifestações de animosidade contra comunidades brasileiras têm sido objeto de manifestações de apreensão por parte das autoridades brasileiras. (...) As autoridades brasileiras confiam em que o Governo paraguaio conduzirá os entendimentos da melhor forma e acolhem com satisfação as manifestações do Presidente Lugo de que seu Governo garantirá as necessárias condições de segurança para promover uma convivência harmoniosa e a paz social nas comunidades agrárias. A situação migratória e fundiária das comunidades brasileiras no Paraguai tem sido objeto de entendimentos bilaterais em nível político no âmbito de grupos criados por iniciativa das respectivas Chancelarias. O Governo brasileiro reitera sua melhor disposição de cooperar com o Governo paraguaio em programas sociais que contribuam, inclusive, para melhorar a situação no campo.

Nota à Imprensa. “Comunidades brasileiras no Paraguai”. Brasília, 22 de outubro de 2008.

* * *

Os Governos do Brasil e do Paraguai assinaram hoje, em Assunção, notas reversais relativas aos novos valores a serem recebidos pelo Paraguai a título de cessão de energia da hidrelétrica de Itaipu. As notas reversais prevêem a elevação para 15,3 (quinze inteiros e três décimos) do fator de multiplicação aplicável aos valores estabelecidos no Anexo C (Bases Financeiras e de Prestação dos Serviços de Eletricidade) do Tratado de Itaipu para os pagamentos por cessão de energia. Segundo as cifras de 2009, com o aumento proposto, os pagamentos anuais feitos ao Paraguai a título de cessão de energia deverão passar de aproximadamente US\$ 120 milhões para cerca de US\$ 360 milhões.

Nota à Imprensa. “Assinatura de Notas Reversais sobre Cessão de Energia de Itaipu”. Brasília, 1º de setembro de 2009.

PERU

Tenho plena consciência do papel que nossos governos podem e devem desempenhar para induzir e promover negócios entre os dois países. Concluímos o Acordo de Complementação Econômica entre Mercosul e Peru, e assinamos, ainda, instrumento para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal, como estímulo adicional aos fluxos comerciais e de investimentos. (...) A nossa aliança estratégica está assentada no firme compromisso com a integração sul-americana. Queremos construir a infraestrutura energética, de transporte e de comunicação, indispensável para unir nosso continente. Já passamos do discurso à ação. Inauguramos a ponte do rio Acre, a primeira ligando nossos países.

Discurso do Presidente Lula durante a abertura do Seminário Empresarial Brasil-Peru. Lima, 17 de maio de 2008.

SURINAME

A Embaixada do Brasil em Paramaribo vem prestando apoio às vítimas brasileiras dos ataques da madrugada de 24 de dezembro e continua a buscar informações. Até o momento, não há confirmação oficial de nenhum óbito. Em sua grande maioria, os brasileiros que vivem na região de Albina trabalham em garimpos no interior do Suriname e da Guiana Francesa e costumam passar semanas na floresta, incomunicáveis. (...) Os brasileiros transferidos de Albina para Paramaribo estão instalados provisoriamente em hotéis na capital e poderão também ser transportados para o Brasil, caso expressem esse desejo. Em reunião com o Embaixador do Brasil, a Chanceler do Suriname, Lygia Kraag, expressou, em nome do Presidente Ronald Venetiaan, a profunda desolação do Governo do Suriname em relação ao ocorrido.

Nota à Imprensa. “Situação dos brasileiros no Suriname”. Brasília, 29 de dezembro de 2009.

URUGUAI

No tocante à agenda bilateral, o Brasil e o Uruguai têm intensificado a cooperação para a integração ao longo dos mais de 1.000 km de fronteira comum. Os dois Governos estão engajados em aperfeiçoar as condições da população que vive na fronteira por meio de soluções inovadoras que facilitem o trânsito, o trabalho, o comércio e o acesso aos serviços públicos. No âmbito regional, o início do funcionamento do Fundo Estrutural de Convergência do MERCOSUL (FOCEM) é exemplo do esforço de correção dos desequilíbrios e assimetrias entre os sócios, a ser seguido por outras iniciativas no campo da integração de cadeias produtivas e do apoio às micro e pequenas empresas. O Brasil é o principal parceiro comercial do Uruguai, ocupando o primeiro lugar como fornecedor de bens e serviços e como destino das exportações uruguaias. Em 2007, a corrente de comércio chegou a US\$ 2,07 bilhões, o que representou um aumento de quase 30% em relação ao ano anterior. Além disso, os investimentos brasileiros na economia uruguaia têm sido crescentes nos últimos anos, sobretudo nos setores de energia, finanças e agronegócio.

Nota à Imprensa. “Visita do Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Gonzalo Fernández”. Brasília, 5 de maio de 2008.

* * *

A parceria privilegiada entre Uruguai e Brasil vem se reafirmando em resposta a uma realidade internacional que exige de nós clareza de propósito, coesão e solidariedade. É significativo que sua visita ocorra quando comemoramos os 100 anos do Tratado da Lagoa Mirim, de 1909. Nele estabeleceu-se mais do que o condomínio entre nossos países sobre aquela lagoa. Forjou-se a aliança entre dois povos determinados a compartilhar um futuro de prosperidade e solidariedade. A implantação do projeto da hidrovia da Lagoa Mirim consolidará uma convivência verdadeiramente sem limites. É por isso que estamos empenhados em levar adiante projetos de construção de pontes, portos e hidrovias. A nova ponte sobre o rio Jaguarão e a reforma da atual melhorarão nossas comunicações e nosso comércio. A abertura do escritório do BNDES em Montevidéu é outro passo importante para consolidar nosso projeto de integração.

Discurso do Presidente Lula por ocasião da visita do Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez. Brasília, 10 de março de 2009.

VENEZUELA

No plano energético, os dois Presidentes [Lula e Chávez] terão a oportunidade de analisar o andamento das negociações entre Petrobras e PDVSA. Deverão ser assinados atos bilaterais relacionados à interconexão elétrica. A assinatura dos documentos facilitará a comercialização de energia, tendo em vista a capacidade complementar de geração elétrica dos dois países, de acordo com a estação do ano.

Quanto à cooperação na área de fronteira, os Presidentes examinarão atividades destinadas a conformar uma zona de integração e desenvolvimento, conforme acordado no Recife. Discutirão, particularmente, a criação de uma

Área de Controle Integrado (ACI), que facilitará o trânsito de pessoas e mercadorias mediante a racionalização dos serviços aduaneiros, sanitários e migratórios. Além disso, deverá ser implementada a conexão de cabo ótico para internet entre o Estado de Roraima, no Brasil, e o Estado de Bolívar, na Venezuela. No que concerne à cooperação técnica industrial, serão examinados os projetos desenvolvidos na Venezuela pela Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e pelo Ministério de Indústrias Leves e Comércio da Venezuela (MILCO), que deverão firmar novo Termo de Cooperação.

Nota à Imprensa. “Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Venezuela”. Brasília, 27 de junho de 2008.

* * *

O Brasil tem o maior saldo comercial com a Venezuela. É mais do que com qualquer outro país do mundo, de mais de 4 bilhões de dólares ao ano. (...) Politicamente também é importante ter a Venezuela perto. É nosso vizinho e tem tradições culturais, apesar da língua espanhola, muito parecidas com as nossas, muita mistura, um componente negro mais forte que outros países da América do Sul. Temos de confiar na nossa capacidade de exercer uma influência positiva. Não uma intromissão, mas o contato conosco só pode fazer bem à Venezuela.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim à revista *Carta Capital*. Brasília, 11 de maio de 2009.

* * *

A mim me alegra muito a quantidade de empresários brasileiros que firmam acordos e convênios com empresas da Venezuela e com o governo da Venezuela. E a mim também me alegra o fato de que a transferência do conhecimento tecnológico brasileiro na área industrial e na área da agricultura tropical pode transformar a Venezuela, num médio espaço de tempo, em um país autossuficiente na produção de alimentos, portanto, em um país com segurança alimentar, que não precisa importar aquilo que é considerado vital para a sobrevivência da comunidade e, ao mesmo tempo, ver a Venezuela ter um desenvolvimento industrial e tecnológico que pode colocá-la como um país industrializado. Quando isso acontecer, e muitos de vocês vão viver

para ver isso, eu penso que a Venezuela será transformada num polo de desenvolvimento muito importante em toda a América do Sul, em toda a América Latina, e eu penso que a Venezuela passará a ser, finalmente, um país desenvolvido.

Discurso do Presidente Lula durante cerimônia de assinatura de atos. El Tigre, 30 de outubro de 2009.

Mercosul

Há alguns anos este bloco parecia desacreditado. Nossas economias passavam por dificuldades e muitos de nós experimentávamos sentimentos de frustração. Os parceiros menores sentiam, com razão, que não lhes chegavam os benefícios da integração. Resolvemos enfrentar as dificuldades dobrando a aposta no Mercosul. Com mais integração e com mais solidariedade, aprofundamos onde era possível aprofundar. (...) Hoje estamos colhendo os frutos das decisões tomadas ao longo desses últimos anos. O Mercosul demonstrou ser um instrumento fundamental para aumentar o comércio, fomentar os investimentos e gerar empregos. Permite aos nossos cidadãos se conhecerem melhor e se sentirem cada vez mais parte desse projeto comum.

Discurso do Presidente Lula durante Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados. San Miguel de Tucumán, 1º de julho de 2008.

* * *

Passados mais de 17 anos desde o Tratado de Assunção, o comércio intra-Mercosul cresceu de modo expressivo e a integração ganhou novas dimensões. Hoje, segmentos da sociedade civil

organizada se mobilizam e se articulam em nível regional. Anseiam, sobretudo, por maior representatividade na formulação e implementação das políticas de integração. Esse anseio decorre em grande medida da clara percepção da importância da integração regional como instrumento para o desenvolvimento econômico e social dos países do Mercosul.

Discurso do Ministro Celso Amorim na XII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul. Montevideú, 18 de agosto de 2008.

* * *

Estamos desenvolvendo marcos institucionais que estão em harmonia com entidades ou mecanismos pré-existentes, a começar pelo Mercosul, que no nosso entender é o núcleo em torno do qual se articulará a integração sul-americana. A despeito de todas as vicissitudes, o Mercosul tem avançado, criando, por exemplo, um Parlamento próprio e um Fundo de Convergência Estrutural. Embora modesto, o FOCEM procura reduzir assimetrias dentro do bloco, como foi feito na Europa. Temos também trabalhado para fortalecer a Tarifa Externa Comum do Mercosul e dado crescente atenção às questões sociais, inclusive facilitando o movimento de pessoas no bloco.

“Por uma nova arquitetura internacional”. Palestra do Ministro Celso Amorim como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 5 de janeiro de 2009.

* * *

O Mercosul tem que continuar fazendo os progressos que são necessários, como a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum para que se transforme numa verdadeira união aduaneira, com as compensações adequadas para os países mais pobres. Foi o que se fez na Europa.

Palestra do Ministro Celso Amorim no VI Curso para Diplomatas Sul-americanos. Rio de Janeiro, 9 de abril de 2009.

* * *

Nosso processo de integração ainda se defronta com dificuldades. Mas os críticos da integração regional não podem desconhecer certas realidades. Foi graças ao dinamismo do comércio Sul-Sul, e em especial do comércio intra-Mercosul, que conseguimos atenuar o impacto decorrente da redução da demanda dos países desenvolvidos. Nosso comércio intrabloco já está retomando sua função de poderoso indutor do crescimento e atuando como importante fator anticíclico. As estatísticas revelam que o Mercosul gerou benefícios para todos nós. Em 2008, as importações brasileiras de nossos sócios atingiram nível recorde, de cerca de US\$ 15 bilhões, um crescimento de 28% com relação ao ano anterior. O perfil das nossas trocas tem também qualidade inegável. Mais de 90% do comércio do Brasil com os sócios do Mercosul é composto de produtos manufaturados.

Discurso do Presidente Lula por ocasião da 37ª Reunião do Conselho do Mercado Comum. Assunção, 24 de julho de 2009.

PARLAMENTO DO MERCOSUL

No Brasil e nos demais países da região, os debates realizados no Parlamento do Mercosul são acompanhados com crescente interesse. Suas manifestações públicas revestem-se de grande significado político, como, por exemplo, no caso do repúdio à Diretiva de Retorno da União Europeia. Quando se ocupa de importantes temas da agenda internacional, tais como segurança alimentar e energética, mudança do clima e crises financeiras, o Parlamento vocaliza os anseios e interesses da nossa cidadania. Empresta, assim, maior legitimidade e respaldo à ação diplomática dos nossos países. Mas é sobretudo como espaço para o fortalecimento da institucionalidade democrática do Mercosul que o Parlamento cumpre sua maior vocação. A

consolidação do Parlamento traduz o fato de que o Mercosul é patrimônio das sociedades, do conjunto da comunidade política dos países da região.

Discurso do Ministro Celso Amorim na XII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul. Montevidéu, 18 de agosto de 2008.

* * *

Os parlamentares do Mercosul lançaram as bases para uma representação cidadã regional. As eleições diretas serão um marco no processo de integração, reforçando nosso compromisso com a democracia e a transparência. O Parlamento do Mercosul deve consolidar-se como canal de manifestação e debate sobre os rumos do processo de integração.

Discurso do Presidente Lula por ocasião da 37ª Reunião do Conselho do Mercado Comum. Assunção, 24 de julho de 2009.

FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL (FOCEM)

O FOCEM demonstrou o que somos capazes de empreender quando nos dispomos a trabalhar por uma integração ambiciosa e ousada. O FOCEM significou o reconhecimento, na prática, das assimetrias. Seu impacto já se faz sentir em comunidades com necessidades em matéria de habitação, saneamento, energia, transporte e capacitação tecnológica. Já são 23 projetos aprovados, entre os quais 13 apresentados pelo Paraguai e 6 pelo Uruguai, somando cerca de 130 milhões de dólares de recursos do Fundo. Há ainda projetos para lidar com problemas que afetam a todos, como é o caso do combate à febre aftosa.

Discurso do Ministro Celso Amorim na XII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul. Montevidéu, 18 de agosto de 2008.

* * *

Com ambição, agilidade e equilíbrio, devemos superar divergências conjunturais e atacar de frente as assimetrias. Nesse esforço, é fundamental aprimorarmos os mecanismos do FOCEM. Em 2010, serão quase US\$ 500 milhões em benefício, sobretudo, do Paraguai e do Uruguai. Vamos realizar projetos de integração produtiva que ajudarão a capacitar empreendedores dos setores de petróleo e gás, e automotivo.

Discurso do Presidente Lula durante a 38ª Reunião do Conselho do Mercado Comum. Montevideu, 8 de dezembro de 2009.

ADESÃO DA VENEZUELA

O ingresso definitivo da Venezuela dará vértebra à integração sul-americana. Um Mercosul que se estenda do Caribe à Terra do Fogo, com seu grande potencial produtivo, sua capacidade energética e sua diversidade climática e biológica, terá grande peso nas relações internacionais. Num mundo de grandes blocos e que cada vez mais se organiza em regiões, devemos fortalecer a integração da América do Sul.

Discurso do Ministro Celso Amorim na XII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul. Montevideu, 18 de agosto de 2008.

* * *

O Ministro Celso Amorim congratula-se com o Senado Federal pela aprovação, em 15 de dezembro, do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul. Essa decisão, fruto de debate amplo e democrático no âmbito do Legislativo brasileiro, reforça o empenho do Brasil em avançar na integração da América do Sul. Com a participação da Venezuela, o Mercosul passará a constituir um bloco com cerca de 270 milhões de habitantes e PIB superior a 2 trilhões de dólares. Em 2009, a Venezuela, que já é o segundo maior comprador de mercadorias brasileiras na América do Sul, figura como o sexto destino das exportações brasileiras para o mundo e responde pelo segundo maior superávit nas trocas comerciais do Brasil com o exterior.

Nota à Imprensa. “Aprovação do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul pelo Senado Federal”. Brasília, 16 de dezembro de 2009.

América Central, Caribe e México

A prioridade que desde o início o Presidente Lula deu à aproximação com nossos vizinhos se estende a toda a América Latina e Caribe, elo necessário e conseqüente da integração sul-americana. Assim, também em dezembro passado, o Brasil sediou na Costa do Sauípe, no litoral da Bahia, a primeira Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento. Esse encontro, que chamamos de CALC, coincidiu com outras Cúpulas: Mercosul, UNASUL e Grupo do Rio. Esta última consagrou a participação de Cuba, um passo importante para a distensão e a paz no nosso continente. Foi uma reunião inédita. Por incrível que pareça, nunca em 200 anos de vida independente todos os países latino-americanos e caribenhos haviam-se reunido sem a presença ou dos Estados Unidos ou de potências de outras regiões.

“Por uma nova arquitetura internacional”. Palestra do Ministro Celso Amorim como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 5 de janeiro de 2009.

CUBA

As mudanças em Cuba já estão ocorrendo. O Brasil percebeu isso rapidamente, a União Europeia está percebendo, e os EUA também irão. Isso virá naturalmente porque o embargo é um anacronismo. Não funciona, nem vai funcionar. (...) O Brasil esta tendo uma postura de aproximação efetiva, empresarial, comercial. Acho que terá um papel positivo na transição, nunca para intermediar diálogo, porque os cubanos têm capacidade e orgulho suficiente para dialogar, mas nossa atitude acaba influenciando.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim ao *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 de junho de 2008.

* * *

Cuba e Brasil são unidos por laços de história, cultura e afeto que nos fazem compartilhar um compromisso com um mundo mais igual e solidário. Muitas gerações de brasileiros, inclusive a minha, celebraram as transformações sociais que Cuba realizou nesses 50 últimos anos. Essas mudanças colocaram seu país na condição de nação extremamente desenvolvida em matéria de saúde e de educação. Igualmente, admiramos o sentimento de solidariedade que Cuba revelou em relação aos países pobres da América Latina, do Caribe e da África. (...) Desde 2002, nosso comércio bilateral multiplicou-se por cinco, alcançando US\$ 412 milhões no ano passado. Para que esse crescimento seja mais equilibrado, inaugurei, durante minha última visita a Havana, o escritório da Apex. (...) Saudamos a adesão de Cuba aos Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Isso demonstra que o caminho é o da negociação, e não apenas do enfrentamento. Por essa razão, é fundamental que tenha fim um embargo que não tem sustentação econômica, política, ética e moral. (...) A participação de Vossa Excelência na Primeira Cúpula América Latina e Caribe deixa claro que Cuba também quer ter uma voz nos destinos de nossa região. É esse o sentido da incorporação, anteontem, de Cuba no Grupo do Rio, nosso tradicional mecanismo de concertação política. E é por isso que o Brasil vai se empenhar, com outros países, para que seja revogado o ato de exclusão de Cuba da Organização dos Estados Americanos. Aquela decisão teve, em seu momento, a oposição

firme e inteligente do grande brasileiro Santiago Dantas, chanceler do governo do presidente João Goulart.

Discurso do Presidente Lula em almoço oferecido ao Presidente da República de Cuba, Raúl Castro. Brasília, 18 de dezembro de 2008.

* * *

O Brasil tem uma relação boa com Cuba desde o governo Sarney, quando foram restabelecidas as relações. Elas se aprofundaram agora no governo do presidente Lula, com um comércio muito maior, presença de empresas brasileiras lá. (...) Há um interesse nosso em participar desse processo de evolução natural, positiva, que eu acho que Cuba está tendo na parte econômica.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim ao jornal *Correio Braziliense*. Brasília, 3 de maio de 2009.

HAITI

Ao decidir ter essa presença forte o Brasil modificou a maneira como o tema do Haiti era tratado. Primeiro porque nós não estamos sozinhos. Isso trouxe uma grande presença latino-americana e sul-americana, o que influi na maneira de conduzir as questões políticas no Haiti e a questão do desenvolvimento do Haiti. (...) O Haiti é muito mais parecido com o Brasil, em muitos aspectos (...) É o primeiro país das Américas a libertar os escravos, que é para nós também um motivo até de reflexão, então eu acho que é um país que nós devemos ajudar e podemos ajudar (...) Hoje em dia se pensa muito mais no desenvolvimento do Haiti do que se pensou em todas as outras vezes em que houve presença militar estrangeira no Haiti.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim à revista *Terra Magazine*. Brasília, 5 de maio de 2008.

* * *

Foi aqui que primeiro germinou, em 1804, a semente da liberdade em nossa América Latina e Caribe. E vai ser aqui, estamos seguros, onde germinará um novo exemplo de cooperação internacional. Uma cooperação com o objetivo de reduzir a fome, a pobreza e as desigualdades. Que possa melhorar o cotidiano das pessoas e criar condições e oportunidades de vida digna para todos. (...) O Brasil vem demonstrando todos os dias a seriedade e o empenho com que encaramos a revitalização e o desenvolvimento do Haiti. Por acreditar que o trabalho da comunidade internacional não se limita à garantia da estabilidade, o governo brasileiro tem procurado identificar projetos bilaterais de cooperação em diversas áreas.

Discurso do Presidente Lula durante cerimônia de assinatura de atos e declaração à imprensa. Porto Príncipe, 28 de maio de 2008.

* * *

O Brasil está presente no Haiti e procura ajudar no processo de recuperação desse país. Até hoje, todas as vezes em que, seja a OEA, seja a ONU, agiram no Haiti, a ação ocorria de maneira exclusivamente voltada para a questão da estabilidade e a segurança. Pela primeira vez, o Brasil lidera uma ação de paz que também é voltada para o desenvolvimento. Temos, em conjunto com os Estados Unidos, um projeto que será emblemático para o próprio desenvolvimento do setor produtivo no Haiti, envolvendo a área de indústria têxtil e muitas outras atividades na área dos biocombustíveis.

Palestra do Ministro Celso Amorim em Seminário organizado pelos jornais *Valor Econômico* e *The Wall Street Journal*. Nova York, 16 de março de 2009.

HONDURAS

O Governo brasileiro condena de forma veemente a ação militar que resultou na retirada do Presidente de Honduras, José Manuel Zelaya, do Palácio Presidencial em Tegucigalpa no dia de hoje e sua condução para fora do país. Ações militares desse tipo configuram atentado à democracia e não

condizem com o desenvolvimento político da região. Eventuais questões de ordem constitucional devem ser resolvidas de forma pacífica, pelo diálogo e no marco da institucionalidade democrática. O Governo brasileiro solidariza-se com o povo hondurenho e conclama a que o Presidente Zelaya seja imediata e incondicionalmente reposto em suas funções.

Nota à Imprensa. “Situação em Honduras”. Brasília, 28 de junho de 2009.

* * *

A América Latina e o Caribe foram unânimes na condenação do golpe militar contra o Presidente de Honduras, Manuel Zelaya – um inaceitável retrocesso no processo de consolidação dos regimes democráticos no continente. A deposição de um Presidente eleito democraticamente é um precedente perigoso que precisamos evitar. O Brasil apóia os esforços da Organização dos Estados Americanos para restabelecer a ordem democrática naquele país. Aplaudimos as tentativas de encontrar uma solução pacífica para a crise, no quadro das resoluções da OEA.

Discurso do Ministro Celso Amorim na V Conferência Ministerial da Comunidade das Democracias. Lisboa, 12 de julho de 2009.

* * *

Como sabem os membros do Conselho de Segurança, o Presidente José Manuel Zelaya abriga-se, juntamente com familiares e colaboradores mais próximos, na chancelaria da Embaixada brasileira em Tegucigalpa desde segunda-feira, 21 de setembro de 2009. O Presidente Zelaya chegou à Embaixada de maneira pacífica e por seus próprios meios. Foi recebido em sua legítima qualidade de Presidente constitucional de Honduras e permanece sob a proteção da Embaixada. (...) É imperativo que o Governo de facto de Honduras respeite e cumpra plenamente a Convenção de Viena no que se refere à Embaixada do Brasil, em particular sua inviolabilidade e a segurança de seu pessoal e das pessoas que se encontrem nas instalações daquela Embaixada. O Brasil rejeita categoricamente todas as ameaças contra nossa

Embaixada e a segurança do Presidente Zelaya e aqueles sob sua proteção. (...) O Brasil apoia firmemente a Carta das Nações Unidas. Apoia firmemente também a democracia e a solução pacífica das controvérsias. Como tal, não poderia negar proteção a um Presidente democraticamente eleito e reconhecido por toda a comunidade internacional como o único Governante legítimo de Honduras.

Discurso do Ministro Celso Amorim no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nova York, 25 de setembro de 2009.

México

México e Brasil são dois grandes países. Representamos, juntos, mais da metade do território, da população e da produção da América Latina e do Caribe. Comungamos valores e ideais, lutamos pela paz, pelo fortalecimento do multilateralismo e pela promoção do desenvolvimento com justiça social. Estamos conscientes das responsabilidades que temos na região e no mundo. (...) A parceria que estamos construindo se assenta em números fortes. Nosso comércio mais do que dobrou desde 2003, atingindo no ano passado US\$ 7,4 bilhões. A crise mundial nos deixou um desafio: não só recuperar esses níveis de intercâmbio, mas superá-los, em vista do enorme potencial de duas economias emergentes e altamente dinâmicas. (...) México e Brasil estão determinados a fortalecer as instâncias de coordenação e decisão coletivas e a defender o respeito aos direitos humanos. Sabemos, também, que não há desenvolvimento sustentável sem justiça social para todos. Somos países megadiversos, multiétnicos e multiculturais. Somos, acima de tudo, democracias que se fortalecem com o aumento da participação popular. Aprendemos no Brasil a admirar as notáveis conquistas da civilização mexicana. As lutas sociais que mobilizaram essa nação ao longo de sua rica história ajudaram a despertar toda a América Latina e continuam a nos desafiar e a nos inspirar na construção de sociedades mais justas e menos desiguais. É com esse México, orgulhoso de seu passado e confiante no seu futuro, que o Brasil quer ter relação cada vez mais forte.

Declaração à imprensa concedida pelo Presidente Lula em conjunto com o presidente do México, Felipe Calderón, após cerimônia de assinatura de atos. Brasília, 17 de agosto de 2009.

* * *

[Os Presidentes] reconheceram a importância que a relação bilateral tem para o Brasil e para o México, não apenas para cada um dos países individualmente, mas também como fundamento para o papel significativo que ambos os países desempenham no âmbito regional e mundial. Nesse contexto, reiteraram a profunda vocação latino-americana e caribenha de seus países e o firme propósito de privilegiar a amizade, o diálogo, a concertação política e a cooperação com todos os países da região.

Comunicado Conjunto por ocasião da visita de Estado ao Brasil do Presidente do México, Felipe Calderón Hinojosa. Brasília, 17 de agosto de 2009.



América do Norte

CANADÁ

O Ministro Cannon será recebido pelo Ministro Celso Amorim, no dia 16, para tratar de temas da agenda bilateral, regional e global. Os dois Ministros examinarão as tendências do comércio bilateral - cujo volume total em 2008 cresceu 24,7% em relação a 2007 - e do fluxo de investimentos entre os dois países, bem como medidas para intensificá-los. Tratarão também da próxima Cúpula das Américas e da cooperação com o Governo haitiano e com a MINUSTAH. Os Ministros examinarão, igualmente, possíveis medidas para superar a crise financeira internacional, no contexto da preparação da próxima reunião do G-20 financeiro. Discutirão também temas como a situação no Oriente Médio e a reforma das organizações internacionais, particularmente das Nações Unidas e das instituições financeiras multilaterais. A visita do Ministro Cannon dá continuidade às visitas do Chanceler Peter MacKay ao Brasil, em fevereiro de 2007, e do Ministro Celso Amorim ao Canadá, em maio de 2007.

Nota à Imprensa. “Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Lawrence Cannon”. Brasília, 13 de fevereiro de 2009.

ESTADOS UNIDOS

[A visita da secretária de Estado Condoleezza Rice ao Brasil representa] a continuidade de um processo de diálogo muito intenso que tem havido entre Brasil e Estados Unidos. Houve duas visitas do presidente Lula aos EUA, duas visitas do presidente Bush ao Brasil. Tenho conversado com a secretária de Estado com uma frequência muito grande. É um diálogo aberto, sobre temas variados. (...) Trocamos Ideias sobre a América Latina, sim, mas também sobre o Oriente Médio, onde eu e ela estivemos recentemente. Falamos também sobre biocombustíveis. Nesse ponto, os dois países têm interesses que não são idênticos mas parecidos. Apenas defendemos que o etanol da cana de açúcar é mais eficiente. Muitas pessoas nos Estados Unidos concordam com a gente.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim ao jornal *O Estado de São Paulo*. Brasília, 16 de março de 2008.

* * *

Mantemos com os Estados Unidos, em que pese às diferenças que não tentamos ocultar, uma parceria madura, mutuamente respeitosa. O diálogo constante entre os dois países inclui temas que vão do intercâmbio bilateral e da cooperação trilateral em benefício de países mais pobres na África, no Caribe e na América Central, à situação política no Oriente Médio e à OMC.

“Criação e Inovação na Política Externa Brasileira”. Conferência do Ministro Celso Amorim na Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 25 de abril de 2008.

* * *

O Brasil e os Estados Unidos intensificaram, ao longo dos anos, os vínculos bilaterais de modo tão notável que estes alcançaram o nível de um diálogo estratégico sobre questões regionais e globais. Nossas sociedades multiétnicas

e abertas, firmemente comprometidas com os princípios e os valores democráticos, contribuíram significativamente para o aprimoramento do diálogo fluido entre nossos países. Estou sinceramente convencido de que, juntos, seremos capazes de aproveitar a oportunidade para aprofundarmos, ainda mais, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, de modo a avançarmos no fortalecimento do multilateralismo e a criarmos parcerias em áreas fundamentais, além daquelas em que já estamos envolvidos, tais como biocombustíveis, Haiti e cooperação na África.

Mensagem de congratulações do Ministro Celso Amorim à Senadora Hillary Clinton. Brasília, 1º de dezembro de 2008.

* * *

Temos densas relações com os Estados Unidos, como demonstrado na troca de visitas entre os Presidentes Lula e Bush em 2007. Assinamos um Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Biocombustíveis, criamos o Fórum de CEOs Brasil-Estados Unidos e aprofundamos a cooperação em terceiros países, como São Tomé e Príncipe (contra a malária) e Guiné-Bissau (para o fortalecimento do Legislativo), além de vários acordos na área de biocombustíveis com países da América Central e do Caribe. O Brasil e os Estados Unidos assinaram acordo pioneiro para o intercâmbio de experiências em políticas de promoção da igualdade racial.

“Por uma nova arquitetura internacional”. Palestra do Ministro Celso Amorim como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 5 de janeiro de 2009.

* * *

Como sociedades multiétnicas, democráticas e de grande diversidade cultural, Estados Unidos e Brasil têm muitas semelhanças e propósitos comuns. Compartilho sua intenção de buscar soluções políticas para os grandes problemas que ameaçam a segurança coletiva no mundo de hoje desde uma perspectiva multilateral. Compartilho,

igualmente, suas preocupações em encontrar soluções urgentes e profundas para enfrentar a grave crise financeira e econômica que, originada no mundo desenvolvido, ameaça os países em desenvolvimento. O Brasil e os demais países da América Latina souberam reconstruir nos últimos anos suas economias com inegáveis ganhos sociais e políticos. Esse esforço de dezenas de milhões de homens e mulheres não pode ser frustrado.

Mensagem do Presidente Lula ao Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Brasília, 21 de janeiro de 2009.

* * *

Os Estados Unidos da América têm a obrigação e uma chance extraordinária de restabelecer uma nova relação com a América Latina. Não a Aliança pelo Progresso, da década de 60, nem muito a política de ingerência, também na década de 60, mas estabelecer uma relação de parceria, de ajudar os países mais pobres a se desenvolverem, de se apresentarem como amigos e construir aquilo que falta ser construído.

Discurso do Presidente Lula durante Seminário “Brasil: Parceiro Global em uma Nova Economia; Estratégias Sólidas para Momentos Desafiadores”. Nova York, 16 de março de 2009.

* * *

Com os EUA, creio que estamos vivendo um momento de novas oportunidades. O encontro do Presidente Lula com o Presidente Obama foi excelente. Já tínhamos uma boa relação com a administração anterior. O fluxo comercial do Brasil com os EUA também duplicou nos últimos cinco ou seis anos. As pessoas comentam muito, com toda essa discussão sobre a ALCA, que o Brasil estava deixando os EUA de lado. Bem, vejam os senhores, o comércio do Brasil com os EUA, sobretudo exportações do Brasil para os EUA, cresceu mais do que o de qualquer outro país que tenha acordo de livre comércio com os EUA.

AMÉRICA DO NORTE

Palestra do Ministro Celso Amorim em Seminário organizado pelos jornais *Valor Econômico* e *The Wall Street Journal*. Nova York, 16 de março de 2009.



Fóruns Multilaterais das Américas

CÚPULA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE SOBRE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CALC)

Hoje, nos reunimos, os líderes da América Latina e do Caribe, para afirmar nossa singularidade regional e debater um futuro comum. Queremos dar respostas nossas para as aspirações de bem-estar e prosperidade de nossos povos. Passados dois séculos desde nossas independências, esta é a primeira vez que a região une suas vozes. Vivíamos uma mesma realidade, mas olhando para longe, em busca de soluções que muitas vezes estavam à mão, em nosso entorno. Esta Cúpula tem uma mensagem simples, mas fundamental: só superaremos os desafios à integração e ao desenvolvimento se assumirmos nossa vocação latino-americana e caribenha. Devemos fazê-lo sem espírito de confrontação com quem quer que seja. Nossa unidade deve ser entendida como contribuição para um novo mundo, multipolar e multilateral. Os desafios são muitos, como mostram os temas que escolhemos para as nossas discussões: as crises financeira, energética, alimentar e ambiental. As incertezas que o mundo vive tornam mais urgente conjugarmos esforços e demonstrarmos liderança na busca de soluções inovadoras e solidárias. Os diferentes mecanismos de integração em nossa região oferecem um sólido ponto de partida.

Discurso do Presidente Lula na abertura da Reunião de Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento – CALC. Costa do Sauípe, 16 de dezembro de 2008.

* * *

Os Chefes de Estado e de Governo examinaram, a partir de uma perspectiva latino-americana e caribenha, as questões relativas à integração e ao desenvolvimento no contexto dos desafios representados pela crise financeira, de energia, alimentar e pela mudança do clima. Expressaram a convicção de que a integração política, econômica, social e cultural da América Latina e do Caribe é uma aspiração histórica de seus povos e constitui fator necessário para avançar em direção ao desenvolvimento sustentável e ao bem-estar social em toda a região. Recordaram também a importância da integração regional para a interação da América Latina e do Caribe com o resto do mundo. (...) Assinalaram a importância de que o diálogo e a cooperação entre os países latino-americanos e caribenhos gerem resultados tangíveis e benefícios mútuos, consoantes com as altas aspirações de desenvolvimento e prosperidade de suas respectivas sociedades, tendo por base o intercâmbio de experiências e de conhecimentos e com fundamento no patrimônio acumulado pelas instituições regionais existentes. Destacaram a importância de promover o diálogo com outros países e regiões do mundo.

Declaração de Salvador da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento – CALC. Costa do Sauípe, 17 de dezembro de 2008.

CÚPULA DAS AMÉRICAS

Esta cúpula demonstra que nossa região não admite fórmulas rígidas, pensamento único e imposições unilaterais. A integração das Américas supõe diálogo político e cooperação para o desenvolvimento. (...) O êxito desta cúpula depende do engajamento pleno de todos os países da região nessa empreitada. Nossos atos e gestos concretos demonstrarão que não há mais lugar em nosso continente para políticas de isolamento. Por meio da

solidariedade, da inclusão e do respeito às diferenças poderemos estabelecer as bases para uma nova fase do desenvolvimento das Américas. Vamos tornar realidade o sonho de assegurar a todos os países acesso às oportunidades de crescimento econômico, à educação, à saúde, à segurança e à paz.

Discurso do Presidente Lula na Segunda Sessão Plenária da V Cúpula das Américas. Porto de Espanha, 18 de abril de 2009.

GRUPO DO RIO

Nos difíceis anos 80, a vontade de superar os conflitos na América Central aproximou os países latino-americanos. Por meio do Grupo de Contadora e do Grupo de Apoio, que mais tarde resultaram no Grupo do Rio, o continente se uniu para trazer paz à região. Hoje nos anima o mesmo espírito de diálogo e cooperação. Sabemos que, coesos, estaremos mais fortes para responder aos desafios de uma economia crescentemente globalizada.

Discurso do Presidente Lula durante almoço oferecido ao Presidente da Costa Rica, Oscar Arias, em visita oficial ao Brasil. Brasília, 30 de julho de 2008.

* * *

Ambos os Presidentes referendaram, da mesma forma, seu compromisso de apoiar os mecanismos de consulta e concertação política na América Latina e Caribe, coincidindo em que o processo de fortalecimento do Grupo do Rio contribuirá para a ampliação das capacidades regionais em resolver e atender melhor os desafios que a região enfrenta. Destacaram a vontade de seus Governos em somar esforços a fim de assegurar o êxito da XXI Cúpula do Grupo do Rio, que se celebrará no México, em 2010.

Comunicado Conjunto por ocasião da visita ao Brasil do Presidente de El Salvador, Mauricio Funes. Brasília, 9 de setembro de 2009.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

Na Organização dos Estados Americanos, o Brasil foi autor do Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância. O Brasil também preside o Grupo de Trabalho encarregado de negociar esse Projeto. A Convenção Interamericana busca aprofundar as medidas de promoção da igualdade racial e ampliar o escopo de proteção contra todas as formas de discriminação e intolerância. Faço aqui um apelo aos países da região para que possamos concluir, o mais breve possível, as negociações deste instrumento internacional. Essa Convenção contribuirá significativamente para a promoção e a proteção dos direitos humanos nas Américas. Se há uma área em que a OEA tem sido pioneira, tem sido justamente na questão da afirmação dos direitos humanos. Ocorreu com a Convenção dos Direitos da Mulher, ocorreu com várias outras. É muito importante que isso ocorra, também, na área da discriminação racial.

Discurso do Ministro Celso Amorim na Conferência da América Latina e do Caribe Preparatória à Conferência de Revisão de Durban contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. Brasília, 17 de junho de 2008.

* * *

Claro que a OEA foi criada numa determinada época, serviu a uma determinada função (...) mas ela é algo mais complexo que as motivações que a originaram. A OEA foi pioneira em várias coisas, por exemplo, em matéria de convenção sobre direitos da mulher; a convenção inter-americana, acho que é a primeira, porque no plano global há mais dificuldades nesse aspecto. A OEA continua a ser útil, por exemplo, em fiscalização de eleições. E, mesmo que haja um organismo latino americano e caribenho, ou que a UNASUL se consolide, frequentemente será útil ter a OEA presente.

Palestra proferida pelo Ministro Celso Amorim aos alunos do Instituto Rio Branco. Brasília, 5 de junho de 2009.

Europa

UNIÃO EUROPEIA

Esta reunião tem importância singular para o aprofundamento das relações Brasil-União Europeia. Adotamos o Plano de Ação da Parceria Estratégica, que constituirá o principal marco de nosso diálogo e cooperação. A Parceria resultou de uma convergência de interesses que vai além dos valores e princípios que defendemos nos foros internacionais. Neste momento de tanta incerteza e turbulência no cenário global, podemos trabalhar juntos em temas cruciais para nossos países e para a comunidade internacional. Desde que lançamos a Parceria, na Cúpula de Lisboa, em 2007, confirmaram-se as expectativas quanto ao potencial dessa aliança. Neste ano, nosso intercâmbio comercial cresceu 26% e superou os US\$ 77 bilhões, ou seja, 22% do comércio global do Brasil. Os investimentos diretos dos países membros da União Europeia no Brasil, em 2007, somaram US\$ 18 bilhões. Isso equivale a 54% do que recebemos naquele ano. (...) O Plano de Ação vai muito além dos temas econômicos e comerciais, abrange amplo conjunto de áreas para ação conjunta. Sublinha nosso compromisso com o fortalecimento do sistema multilateral, inclusive nas áreas da paz e segurança. Ressalta nosso empenho em intensificar a colaboração no campo social e ambiental. Dá ênfase à diversificação da cooperação em ciência, tecnologia, inovação, educação e cultura, e à aproximação das sociedades civis. Queremos um diálogo

condizente com uma parceria que já nasceu madura. Vamos falar sobre direitos humanos, educação, cultura, juventude e esportes. Vamos examinar de que forma podemos contribuir para a governança global em temas cruciais como desarmamento e não-proliferação, desenvolvimento sustentável, mudança do clima e política energética. Decidimos dar prioridade a setores de ponta como biotecnologia e nanotecnologia, e vamos negociar acordo de cooperação no campo da pesquisa nuclear, para que o Brasil participe do Projeto ITER sobre geração de energia nuclear. Essa é uma agenda ambiciosa.

**Declaração à imprensa do Presidente Lula após II
Cúpula Brasil-União Europeia. Rio de Janeiro, 22 de
dezembro de 2008.**

* * *

Há mais de um século, empresas europeias vêm se instalando no Brasil, consolidando uma aliança exemplar entre nossos países. São Paulo é uma verdadeira cidade industrial europeia: são centenas de empresas gerando milhares de empregos. O estoque de investimentos de países da União Europeia no Brasil é de US\$ 142 bilhões. E, hoje, capitais brasileiros começam a fazer o caminho inverso, levando tecnologia e experiência brasileiras. (...) Não surpreende que, entre 2003 e 2008, o comércio entre a União Europeia e o Brasil tenha passado de US\$ 31 bilhões para US\$ 82 bilhões. Estamos criando as condições para multiplicar esses avanços e identificar novos horizontes de cooperação. (...) Sob a presidência sueca, estou convencido que podemos fazer da parceria estratégica Brasil-União Europeia uma poderosa voz na defesa de uma governança global mais justa e solidária. Contamos com a liderança europeia para ajudar a garantir que o G-20 cumpra seu solene compromisso de concluir rapidamente a Rodada de Doha. Só assim faremos do comércio internacional um instrumento efetivo de desenvolvimento, sobretudo para os países mais pobres.

**Discurso do Presidente Lula durante sessão de
encerramento da III Cúpula Brasil-União Europeia.
Estocolmo, 6 de outubro de 2009.**

* * *

A III Cúpula reflete a intensificação e o aprofundamento das relações entre o Brasil e a União Europeia. O Presidente Lula e as autoridades da União Europeia avaliarão a implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica, lançado na Cúpula do Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 2008, que constitui a moldura central do diálogo e da cooperação bilateral. O Plano conta com propostas concretas de ação conjunta nas seguintes áreas: promoção da paz e da segurança por meio do fortalecimento do sistema multilateral; promoção da parceria econômica, social e ambiental; promoção da cooperação em ciência, tecnologia e inovação; promoção da cooperação regional e da cooperação triangular em benefício de países em desenvolvimento; intercâmbio nas áreas de educação e cultura; e aproximação das sociedades civis.

Nota à Imprensa. “III Reunião de Cúpula da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia.” Estocolmo, 6 de outubro de 2009.

CÚPULA AMÉRICA LATINA E CARIBE-UNIÃO EUROPEIA (ALC-UE)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará, no próximo dia 16 de maio, em Lima, da V Reunião de Cúpula América Latina e Caribe-União Europeia (ALC-UE). O mecanismo reúne-se a cada dois anos, no mais alto nível, para o debate de temas de interesse comum. Os temas centrais da reunião de Chefes de Estado e de Governo serão “pobreza, desigualdade e inclusão” e “meio ambiente, mudança do clima e energia”. O encontro de Cúpula será precedido de reunião de Chanceleres ou seus representantes, no dia 15 de maio, que terá como foco principal os temas “migração” e “diálogo intercultural”. (...) As duas regiões estão unidas por estreitos laços históricos e culturais e compartilham valores e pontos de vista em vários temas de interesse global. O Mecanismo ALC-UE reuniu-se pela primeira vez no Rio de Janeiro, em 1999. Constitui foro de diálogo para o fortalecimento das relações nos planos político, econômico, financeiro, educacional, científico, tecnológico, cultural, humano e social.

Nota à Imprensa. “V Cúpula América Latina e Caribe e União Europeia (ALC-UE)”. Brasília, 14 de maio de 2008.

CÚPULA IBEROAMERICANA

Na Cúpula de São Salvador, o Brasil pretende tratar, com seus parceiros ibero-americanos, da cooperação em áreas como capacitação e emprego, educação, cultura, saúde, segurança, direitos humanos e migração. O Brasil compartilhará, igualmente, sua experiência na formulação e na implantação da Política Nacional de Juventude, lançada em 2005, e do projeto “Segundo Tempo”, que visa à integração social de jovens por meio do esporte.

Nota à Imprensa. “XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo”. El Salvador, 29 de outubro de 2008.

* * *

Neste momento, torna-se ainda mais urgente que nossa comunidade também se pronuncie de forma coesa sobre a questão das migrações, por sua relação com o emprego e com a renda, e por seu impacto sobre os jovens. E, sobretudo, à luz da Diretiva de Retorno da União Europeia, que vemos com preocupação. A Cúpula Ibero-americana é foro privilegiado para discutir esse tema com franqueza e muita serenidade. Laços históricos e culturais profundos unem Portugal, Espanha e América Latina. O Brasil, em particular, recebeu de braços abertos milhões de imigrantes e descendentes europeus, hoje plenamente integrados à sociedade brasileira. Por isso, peço o empenho de todos na construção de uma agenda positiva sobre as migrações, valorizando a contribuição do imigrante para nossas sociedades.

Discurso do Presidente Lula na primeira sessão plenária de Chefes de Estado e de Governo da XVIII Cúpula Ibero-americana. São Salvador, 30 de outubro de 2008.

* * *

A XIX Cimeira Ibero-Americana, que se encontra sob a presidência pro tempore de Portugal, terá como tema central “Inovação e Conhecimento”. Durante a Cúpula, deverá ser lançado o Programa Ibero-América Inova, orientado para a cooperação em investigação aplicada e inovação tecnológica

entre empresas, com ênfase em micro, pequenas e médias empresas dos países ibero-americanos. A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Ministério da Ciência e Tecnologia, assumirá a secretaria do Programa. Além de debater inovação e conhecimento no espaço ibero-americano, os Chefes de Estado e de Governo terão oportunidade de discutir temas de interesse global, entre os quais a mudança do clima e as respostas à crise econômica e financeira internacional.

Nota à Imprensa. “Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Portugal para a XIX Cimeira Ibero-Americana”. Estoril, 29 de novembro de 2009.

ALEMANHA

O Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Alemanha, que acabamos de assinar, abre novas perspectivas de cooperação entre os dois países, com um rico patrimônio de realizações. Nossa aliança no combate à fome e na reforma do Conselho de Segurança nos habilita a explorar outras vertentes de fortalecimento e democratização do sistema multilateral. A iniciativa de Vossa Excelência permitiu lançar o Processo de Heiligendamm, abrindo caminho para um diálogo mais estruturado entre o G-5 e o G-8. Confiamos que a Alemanha atuará com igual sentido de liderança para ajudar a superar as divergências que vêm impedindo a conclusão da Rodada de Doha. O Brasil tem se empenhado muito para chegar a um resultado justo nas negociações. Só assim garantiremos às nações em desenvolvimento a oportunidade de gerar riqueza e crescimento. (...) O Brasil, no Mercosul e no G-20, e a Alemanha, na União Europeia, têm condições de exercer uma liderança inovadora e construtiva. (...) Nosso compromisso com o fortalecimento do multilateralismo nos estimula, também, a ampliar nossa cooperação na área de desarmamento e não-proliferação, no combate ao terrorismo e ao crime organizado, e no respeito aos direitos humanos. Brasil e Alemanha têm responsabilidade muito especial na Convenção sobre Diversidade Biológica. Em poucos dias, passaremos o bastão à Alemanha, na reunião de Bonn. Confiamos na liderança alemã para chegarmos a regime equilibrado de acesso e repartição de benefícios oriundos do uso de recursos genéticos.

Declaração à imprensa do Presidente Lula e entrevista coletiva por ocasião da visita oficial da Chanceler Federal da Alemanha, Angela Merkel. Brasília, 14 de maio de 2008.

* * *

A convite do Presidente Horst Köhler, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita de Estado à Alemanha, nos dias 3 e 4 de dezembro de 2009, acompanhado de missão empresarial. (...) A visita ocorre quando se celebram 60 anos da fundação da República Federal da Alemanha e 20 anos da queda do muro de Berlim. (...) No período de 2003 a 2008, o intercâmbio comercial Brasil-Alemanha cresceu mais de 180%, tendo atingido a cifra recorde de US\$ 20,9 bilhões no final do ano passado. No primeiro quadrimestre de 2009, a Alemanha foi o maior investidor direto no Brasil, tendo investido valor próximo a US\$ 2 bilhões.

Nota de Imprensa. “Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Federal da Alemanha”. Brasília, 1º de dezembro de 2009.

* * *

O Presidente do Brasil Lula da Silva e a Chanceler Federal Merkel decidiram hoje continuar a fortalecer as estreitas e profundas relações nos campos político, cultural, econômico e social. Concordaram em intensificar o diálogo político entre Brasil e Alemanha com base no Plano de Ação da Parceria Estratégica nas seguintes áreas: Governança Global; Mudança do Clima e Diversidade Biológica; Desarmamento e Não-Proliferação; Defesa; Ciência, Tecnologia e Inovação; Desenvolvimento Sustentável e Energia e Cooperação Econômica e Empresarial.

Comunicado de imprensa conjunto por ocasião da visita à Alemanha do Presidente Lula e de seu encontro com a Chanceler da Alemanha, Angela Merkel. Berlim, 3 de dezembro de 2009.

* * *

Ainda no século XX, no Sul do Brasil, imigrantes alemães construíram o que hoje é um importante polo industrial. Seu nome: Novo Hamburgo, lá no Rio Grande do Sul. A cooperação com a Alemanha proporcionou ao Brasil um salto em nossa industrialização, nos anos 50 e nos anos 60. As indústrias automobilísticas e de bens de consumo foram as locomotivas do desenvolvimento brasileiro na segunda metade do século XX. (...) Temos que ter clareza da importância que tem a Alemanha para o Brasil e da importância que tem o Brasil para a Alemanha. A verdade é que nós temos um fluxo de intercâmbio comercial ainda aquém do tamanho dos dois países, do potencial dos dois países e da riqueza dos dois países. No ano passado, chegamos praticamente a US\$ 21 bilhões, e, neste ano, caiu para 13 bilhões, em função da crise econômica. Isso demonstra que nós ainda não exploramos corretamente todo o potencial de trocas comerciais entre Brasil e Alemanha. (...) Nós precisamos levar para o Brasil aquilo que é a excelência da competência científica e tecnológica da Alemanha, sobretudo quando se discute inovação.

Discurso do Presidente Lula durante Seminário Empresarial Brasil-Alemanha. Hamburgo, 4 de dezembro de 2009.

ESPAÑA

O Ministro das Relações Exteriores (...) tomou conhecimento, com profundo desagrado, de mais um episódio, ocorrido ontem, 5 de março, de denegação de entrada de brasileiros na Espanha pelas autoridades imigratórias do Aeroporto de Madri. Há poucas semanas, o Ministro Celso Amorim havia manifestado ao Chanceler espanhol a insatisfação do Governo brasileiro com a repetição de tais medidas restritivas e ressaltado a importância de que se conceda tratamento digno e adequado a cidadãos brasileiros que ingressam na Espanha.

Nota à Imprensa. “Denegação de entrada de brasileiros na Espanha”. Brasília, 6 de março de 2008.

* * *

Os espanhóis têm dado uma contribuição extraordinária ao desenvolvimento do Brasil, são muitos os investimentos espanhóis no Brasil, tem aumentado muito a nossa balança comercial. Nós temos uma parceria estratégica com a Espanha, e eu penso que depois das coisas que nós anunciamos aqui – seja a Política de Desenvolvimento Produtivo, o PAC, seja o desenvolvimento que vamos ter no Brasil a partir das necessidades da Petrobras de explorar a camada pré-sal, o campo de Tupi, no qual os espanhóis são nossos sócios – vai aumentar muito a oportunidade de intercâmbio entre Espanha e Brasil.

**Discurso do Presidente Lula durante visita ao Brasil do
Presidente de Governo da Espanha, José Luis Rodríguez
Zapatero. Brasília, 15 de maio de 2008.**

* * *

A visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Governo da Espanha, Senhor José Luis Rodríguez Zapatero, reflete o interesse mútuo de aprofundar a Parceria Estratégica Brasil-Espanha e insere-se no processo de intensificação do diálogo bilateral no mais alto nível, na seqüência da visita à Espanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em setembro de 2007. Os dois presidentes passaram em revista os principais temas da pauta bilateral, em suas vertentes política, econômico-comercial, cultural e científica e tecnológica. Analisaram também as respectivas conjunturas regionais e trocaram impressões sobre temas da agenda global de interesse comum. (...) Ao avaliarem os principais temas da agenda bilateral, os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e José Luis Rodríguez Zapatero destacaram o dinamismo das relações econômico-comerciais, sendo a Espanha um dos mais importantes investidores no Brasil. (...) Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e José Luis Rodríguez Zapatero expressaram satisfação com a excelência do diálogo bilateral e reiteraram a disposição de dar continuidade a iniciativas voltadas para a intensificação do relacionamento entre o Brasil e a Espanha. Nesse contexto, sublinharam a importância da assinatura do Plano de Ação em Ciência e Tecnologia, em fevereiro último, além da conclusão do Acordo de Cooperação no Domínio da Defesa, o qual constitui marco jurídico de grande relevância para todas as atividades de cooperação entre os dois países.

Declaração Conjunta por ocasião da visita ao Brasil do Presidente do Governo da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero. Brasília, 15 de maio de 2008.

* * *

O fluxo de comércio bilateral cresceu de US\$ 2,53 bilhões, em 2003, para US\$ 6,55 bilhões, em 2008 - o que representou um aumento de cerca de 160%. O estoque dos investimentos espanhóis no Brasil somou US\$ 35 bilhões em 2008, posicionando a Espanha como o segundo principal investidor no Brasil.

Nota à Imprensa. “Visita ao Brasil da Primeira Vice-Presidente, Ministra da Presidência e Porta-Voz do Governo da Espanha, Maria Teresa Fernández de la Vega”. Brasília, 3 de agosto de 2009.

FRANÇA

Os mecanismos atuais para a governança global são inadequados para lidar com o caráter sistêmico e a inter-relação dos diversos desafios que enfrentamos. A escala da crise econômica cria uma oportunidade única para que se comece a reformar amplamente as instituições internacionais. O Brasil e a França desejam oferecer ao mundo sua visão compartilhada de um novo multilateralismo adaptado ao mundo multipolar. Não podemos lidar com os problemas do século 21 com instituições internacionais que são legado do século 20. Junto com outros líderes mundiais, precisamos forjar uma “Aliança para Mudança”, a fim de promover essa visão de uma ordem mundial mais democrática, fundada em maior solidariedade e justiça. Isso é o que os cidadãos do mundo esperam de nós. Somente assim estaremos à altura dos desafios do nosso século.

“Aliança para mudança”. Artigo do Presidente Lula e do Presidente da França, Nicolas Sarkozy, publicado na *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 de julho de 2009.

* * *

As relações Brasil-França estão atravessando período de notável expansão. Existe, entre nossos países, amplo acervo de interesses e pontos de vista comuns. Os Presidentes Lula e Sarkozy têm-se encontrado com grande freqüência. (...) A Parceria Estratégica Brasil-França, cujo plano de ação foi firmado em dezembro do ano passado, prevê a implementação de projetos em diversas áreas, tais como ciência e tecnologia, defesa, energia, meio ambiente, economia, migrações, educação e cooperação com terceiros países. Brasil e França compartilham quase 700 quilômetros de fronteira, o maior limite terrestre francês. (...) É nesse contexto que se insere a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, cujas obras deverão ser concluídas em 2010. Os dois Presidentes decidiram a criação de um Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade, cujo objetivo é assegurar a conservação, o uso sustentável dos recursos naturais e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos. As iniciativas no âmbito de defesa, que têm por base o compromisso com a transferência de tecnologia e que apresentam vertentes técnica, operacional e de formação constituem um elemento importante de nossa Parceria Estratégica. Nossas relações econômicas florescem. O comércio bilateral tem apresentado grande expansão nos últimos anos. A França foi, no ano passado, a sexta principal fonte de investimentos diretos no Brasil. Brasil e França demonstram potencial para se tornar grandes parceiros na cooperação técnica trilateral. Com Moçambique, já temos capacitado técnicos em agricultura. Com os camaroneses, estamos prestes a viabilizar projeto de apoio à aquicultura. No Haiti (...) estamos trabalhando para criar banco de leite no interior do país, visando a melhorar a saúde materno-infantil da população. (...) A parceria entre Brasil e França não se resume à diplomacia, à política internacional e às trocas econômicas. Há mais que uma associação, há uma verdadeira cumplicidade entre nossos povos. A cultura francesa tem atraído gerações de brasileiros, particularmente nas artes e nas ciências. A diversidade da cultura brasileira, por seu turno, tem despertado vivo interesse na sociedade e nos meios intelectuais franceses. A grande repercussão do Ano do Brasil na França, em 2005, e do Ano da França no Brasil neste ano é prova dessa integração. (...) O fortalecimento das relações bilaterais entre Brasil e França tem-se traduzido em crescente sintonia no plano multilateral. Nossos governos compartilham da percepção de que a Parceria Estratégica deve servir à busca de respostas comuns aos desafios do mundo atual. Brasil e França têm a mesma visão quanto à necessidade de uma ordem internacional mais justa, democrática e solidária.

“Agir por uma governança global melhor”. Palestra do Ministro Celso Amorim na Conferência Anual dos Embaixadores Franceses. Paris, 27 de agosto de 2009.

* * *

Hoje, o Brasil já é o principal parceiro comercial da França na América Latina, fora da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Somos o quarto parceiro comercial da França. As trocas comerciais franco-brasileiras foram intensificadas em 2008, alcançando quase 9 bilhões de dólares. Isso significou uma progressão de 12,8% em relação a 2007. (...) Na área da defesa, firmamos acordos para a construção do primeiro submarino de propulsão nuclear brasileiro, além de outros quatro submarinos convencionais, e a construção no Brasil de 50 helicópteros na Helibras. Esses acordos, que movimentarão cerca de R\$ 24 bilhões, são importantíssimos para a economia, para a defesa, para o desenvolvimento tecnológico do Brasil, a partir da transferência de conhecimento, e para a cooperação internacional. Criamos um centro franco-brasileiro da biodiversidade, que fortalecerá a capacidade científica e tecnológica dos dois países e promoverá a formação de novos talentos. (...) Em 2005, com o Ano do Brasil na França, houve um crescimento de 27% de turistas franceses no Brasil. Foi registrado, também, aumento nas matrículas em cursos de português na França, da ordem de 20%, em comparação ao ano anterior. Para o Ano da França no Brasil foram realizados mais de 390 eventos, em 22 estados brasileiros, com atividades que vão da arte à ciência. (...) Nós distribuímos por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – a Capes – bolsas de estudo para que nossos estudantes tenham oportunidade de se aprofundar em outra cultura e trocar experiências e saberes. Das cerca de 4.400 bolsas distribuídas pela Capes neste ano, 27% são para estudos na França. O número de bolsistas na França mantidos pela Capes praticamente dobrou de 2003 para 2009. E, de 2007 para cá, temos mais bolsistas estudando na França do que nos Estados Unidos. Esse é um dado extremamente importante na preferência que o Brasil começa a ter pela França. Isso traduz a sinergia entre a França e o Brasil e a necessidade de dialogarmos cada vez mais.

Discurso do Presidente Lula durante almoço do Fórum da Inovação França-Brasil, alusivo ao encerramento do

Ano da França no Brasil. São Paulo 10 de novembro de 2009.

* * *

O presidente Sarkozy, ao tomar posse, deu um passo gigantesco para consolidar essa que era uma boa amizade política, cultural (...) em uma relação profissional entre o Estado francês e o Estado brasileiro. Ou seja, além de sermos amigos, nós precisamos ter um pensamento estratégico para os próximos 50, 100, ou quem sabe, para o século XXI inteiro. E começamos a estabelecer nessa ideia da estratégia entre França e Brasil os acordos do submarino, os acordos dos helicópteros, os acordos dos aviões caça, que mantém os mesmos princípios que nós acordamos em Brasília. (...) A França é o único país da Europa que pode orgulhosamente dizer que tem 700 quilômetros de fronteira na Amazônia com o Brasil. É um privilégio extraordinário ao mesmo tempo ser um país europeu e um país amazônico. Da mesma forma, a França tem um pé cultural muito forte no continente africano. Ora, se nós (...) não transformarmos essas características naturais em uma força política que permita que nas negociações não sejamos apenas França ou apenas Brasil ou apenas França e Brasil, mas que seja um conjunto de forças políticas (...) a gente terá muito mais dificuldade de fazer no mundo contemporâneo as mudanças que precisam ser feitas, desde a questão climática à questão da governança global.

Declaração seguida de entrevista coletiva, concedida pelo Presidente Lula em conjunto com o presidente da França, Nicolas Sarkozy. Paris, 14 de novembro de 2009.

ITÁLIA

Por qualquer ângulo que se observe esta relação – político, econômico, cultural – nos reconhecemos uns nos outros. Não poderia ser diferente. Temos hoje, no Brasil, mais de 30 milhões de descendentes de italianos, provenientes das mais variadas regiões deste país. Pessoas que, em diferentes períodos da história, buscaram o Brasil como novo lar. Esses homens e mulheres de coragem foram sempre recebidos com generosidade e prestaram valiosa contribuição à

formação da nação brasileira. (...) O presidente Napolitano e eu concordamos que esse elo humano entre nossos países é, sem dúvida, o mais valioso patrimônio das relações entre a Itália e o Brasil. Minha visita coincide com os primeiros frutos da parceria estratégica que lançamos em 2007. Nos últimos cinco anos, o intercâmbio comercial bilateral dobrou, passando a US\$ 8 bilhões. Ampliamos nossa cooperação em temas econômicos, comerciais e financeiros, e em ciência e tecnologia. Avançamos no diálogo entre governos, entre regiões e na cooperação triangular em benefício de terceiros países.

Declaração à imprensa do Presidente Lula, após encontro com o Presidente Giorgio Napolitano. Roma, 10 de novembro de 2008.

* * *

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente do Conselho de Ministros da República Italiana, Silvio Berlusconi, reafirmaram o interesse em conferir maior impulso à parceria estratégica existente entre os dois Países, com base nos valores democráticos, no respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, que o Brasil e a Itália compartilham e que orientam sua visão do futuro das relações internacionais. O Brasil e a Itália reafirmam seu empenho comum em prol do reforço do multilateralismo, da defesa da paz e da segurança internacionais e da promoção do desenvolvimento e da justiça social. (...) No contexto da dinamização do diálogo no mais elevado nível político, examinaram os desdobramentos da cooperação bilateral, estabelecendo linhas prioritárias com vistas ao seu fortalecimento, com destaque às áreas econômico-comercial, financeira, cultural e científico-tecnológica. (...) Os dois Chefes de Governo expressaram satisfação com a realização do Fórum empresarial, que reuniu representantes das Confederações de Indústrias dos dois Países, com o objetivo de intensificar a cooperação econômica e o intercâmbio comercial, e sublinharam as oportunidades de investimentos oferecidas pelo Programa brasileiro de Aceleração do Crescimento (PAC).

Declaração Conjunta do Presidente Lula e do Presidente do Conselho de Ministros da República Italiana, Silvio Berlusconi. Roma, 11 de novembro de 2008.

PORTUGAL

Portugal foi expoente na definição do acordo União Europeia-Brasil, numa ação em relação estratégica. Foi em Lisboa que nós assinamos o acordo. As empresas brasileiras já não vêem mais Portugal como um país pequeno, porque sabem que Portugal é uma porta extraordinária para que lá possamos aportar as nossas indústrias, os nossos produtos e, de Portugal, se dirigirem para o conjunto da Europa. (...) Os nossos artistas transitam em Portugal com muita facilidade. Os artistas portugueses transitam no Brasil com muita facilidade. Se Brasil e Portugal, nessa relação estratégica com a União Europeia, fizerem valer o potencial econômico dos dois países, nós poderemos, daqui a 10, 15 ou 20 anos ter uma balança comercial infinitamente maior do que a que nós temos hoje, ter mais investimentos portugueses no Brasil e mais investimentos brasileiros em Portugal. E quem sabe, a gente possa recuperar aquela relação mais humana, mais fraterna, que historicamente Portugal e Brasil construíram.

Discurso do Presidente Lula no almoço em sua homenagem oferecido pelo presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva. Rio de Janeiro, 8 de março de 2008.

* * *

Os dois Mandatários [Lula e Sócrates] congratularam-se pelas comemorações alusivas aos 200 Anos da Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, marcadas por importantes celebrações em ambos os países. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recordou, com satisfação, a visita ao Brasil do Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva, em março último, no marco do lançamento, no Rio de Janeiro, da efeméride. Os Chefes de Governo constataram, com satisfação, a excelência do relacionamento bilateral e concordaram em que o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, assinado em 2000, propicia notável quadro para o desenvolvimento de inúmeras iniciativas que têm aprofundado e intensificado não só o relacionamento entre Altas Autoridades dos dois países, mas também o intercâmbio em inúmeras áreas da cooperação bilateral. (...) Congratularam-se ainda com a

instituição do Ano do Brasil em Portugal em 2010 e do de Portugal no Brasil em 2011.

**Declaração Conjunta da IX Cimeira Brasil-Portugal.
Salvador, 28 de outubro de 2008.**

* * *

O relacionamento entre o Brasil e Portugal tem evoluído com vigor, acompanhando o mecanismo das Cimeiras bilaterais. A última delas foi em outubro passado, quando o Presidente Lula recebeu o Primeiro-Ministro José Sócrates em Salvador, primeiro porto de parada da Corte portuguesa em sua viagem ao Brasil em 1808. No plano das consultas políticas, os contatos que tenho tido com meu colega Luís Amado têm sido intensos e profícuos. Nossa convergência de posições nos principais temas internacionais é garantia de que o Brasil e Portugal estão destinados a uma ação conjunta em prol da paz, do desenvolvimento e da dignidade humana. Nosso comércio bilateral triplicou nos últimos cinco anos, tendo ultrapassado 2,2 bilhões de dólares nos onze primeiros meses de 2008. Portugal é o sétimo maior investidor no Brasil, com mais de 8 bilhões de dólares de investimentos em setores como energia, telecomunicações e turismo. O Brasil tem ampliado sua presença na economia portuguesa, inclusive na área financeira e em setores de tecnologia avançada. Um exemplo notável é o caso da Embraer, que irá instalar duas fábricas de componentes para aeronaves em Évora – um investimento estimado em 150 milhões de euros.

**“Por uma nova arquitetura internacional”. Palestra do
Ministro Celso Amorim como convidado de honra do
Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios
Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 5 de janeiro de 2009.**

REINO UNIDO

O Brasil e o Reino Unido, duas das maiores potências comerciais do mundo, coincidem na avaliação de que um sistema global de comércio aberto trará prosperidade para todos os países do mundo e ajudará a tirar milhões

de pessoas da pobreza. Nós acreditamos firmemente que, em uma época de incerteza econômica em escala global e altos preços de alimentos, o que precisamos fazer é abrir mercados e expandir o comércio, e não recorrer ao protecionismo.

Declaração Conjunta do Presidente Lula e do Primeiro-Ministro do Reino Unido, Gordon Brown. Sapporo, 9 de julho de 2008.

* * *

Em 2008, o fluxo de comércio bilateral apresentou crescimento de 20,7%, tendo alcançado a cifra de US\$ 6,3 bilhões. O Brasil é o maior receptor sul-americano de investimentos britânicos.

Nota à Imprensa. “Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Reino Unido, Gordon Brown”. Brasília, 24 de março de 2009.

* * *

O Presidente e o Primeiro-Ministro congratularam-se pelos avanços verificados no desenvolvimento da parceria estratégica entre os dois países desde a Visita de Estado do Presidente Lula ao Reino Unido em 2006. A visita do Primeiro-Ministro ao Brasil constituiu oportunidade para elevar essa parceria a um novo patamar. (...) Reiteraram sua visão comum de um mundo sem fome e sem pobreza, no qual os benefícios da educação e da saúde sejam amplamente difundidos e no qual todos possam viver com dignidade e segurança. Sublinharam a importância central da democracia e do Estado de Direito, da promoção do crescimento econômico por meio do comércio inclusivo e de mercados abertos, bem como a necessidade de enfrentar com urgência a ameaça representada pela mudança do clima e de empreender a reforma de instituições internacionais, de modo a torná-las mais legítimas, efetivas e representativas. (...) O Primeiro-Ministro salientou a contribuição da comunidade brasileira à vibrante sociedade multicultural do Reino Unido. Ambos os Mandatários comprometeram-se a garantir que o fluxo, nas

duas direções, de estudantes, visitantes e executivos seja incentivado e que os procedimentos de imigração sejam transparentes e não-discriminatórios, com respeito à dignidade das pessoas; e a trabalhar em conjunto para eliminar práticas ilegais, inclusive o tráfico de pessoas.

Declaração Conjunta por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Reino Unido, Gordon Brown. Brasília, 26 de março de 2009.

RÚSSIA

A data de 3 de outubro de 2008 assinala efeméride de elevada importância para o Brasil. Neste dia, comemoramos o 180º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas com a Rússia. Desde 1828, nossas relações têm-se lastreado nos sólidos princípios e valores que compartilham nossos governos e nossos povos. Entre eles, destaco o empenho do Brasil e da Rússia na construção de uma ordem internacional mais justa e democrática. Compartilhamos também o interesse na construção de uma ordem internacional multipolar e atribuímos especial relevância ao papel da Organização das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança global. Mais recentemente, estabelecemos a Parceria Estratégica e a Aliança Tecnológica entre nossos dois países. Além disso, o diálogo que hoje desenvolvemos no âmbito dos BRICs enseja nova vertente de cooperação quanto ao encaminhamento de questões de nosso mútuo interesse. Na base da Parceria Estratégica estão nossas marcadas similaridades. Somos gigantes territoriais e populacionais, detentores de expressivos recursos naturais. Temos explorado ao máximo as complementaridades em nossas relações políticas, econômicas e culturais. Nutrimos mútua admiração pela riqueza e diversidade cultural de nossos povos e congratulamo-nos pelo crescente intercâmbio nos campos da literatura, da música, das artes e do esporte, áreas em que podemos aprofundar ainda mais nosso relacionamento. Ressalto como expressões concretas do nosso mútuo enriquecimento cultural a Escola do Teatro Bolshoi de Moscou no Brasil e as escolas de futebol brasileiro na Rússia. O vasto patrimônio que já construímos nos mais diversos campos constitui sólido fundamento para ampliarmos e diversificarmos nossa parceria.

Mensagem do Ministro Celso Amorim ao Chanceler da Rússia, Sergei Lavrov, por ocasião do 180º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia. Brasília, 3 de outubro de 2008.

* * *

Os dois Presidentes [Lula e Medvedev] passarão em revista temas de cooperação entre o Brasil e a Rússia nos campos econômico-comercial, agrícola, energético, espacial e científico-tecnológico. Examinarão, igualmente, a ampliação dos investimentos recíprocos, incluindo o interesse da Rússia em participar de projetos de infra-estrutura no Brasil nos setores de ferrovias, hidrelétricas, energia nuclear e gasodutos e oleodutos. O volume de comércio bilateral tem apresentado crescimento constante e, já em agosto deste ano, ultrapassou o recorde histórico de US\$ 5,4 bilhões, atingido em 2007. De janeiro a outubro de 2008, o fluxo comercial superou a cifra de US\$ 7,3 bilhões. Para 2010, o Brasil e a Rússia estabeleceram a meta de US\$ 10 bilhões para o volume de comércio.

Nota à Imprensa. “Visita ao Brasil do Presidente da Federação da Rússia, Dmitri Medvedev”. Rio de Janeiro, 24 de novembro de 2008.

* * *

Os Presidentes [Lula e Medvedev] realçaram que a Rússia e o Brasil compartilham valores comuns de respeito ao direito internacional, aos princípios da democracia, ao desenvolvimento sustentável, à garantia da paz e da segurança internacionais e à defesa dos direitos humanos. (...) Reafirmaram a convergência de posições entre o Brasil e a Rússia quanto à necessidade de consolidar a primazia do multilateralismo no mundo contemporâneo. Realçaram, mais uma vez, a importância de manter o papel central e coordenador da Organização das Nações Unidas (ONU). Concordaram na necessidade de fortalecer e reformar a Organização para reagir de forma adequada às demandas contemporâneas e refletir a realidade política e econômica em transformação. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu o apoio da Federação da Rússia à candidatura do Brasil

para membro permanente de um CSNU reformado, no entendimento de que seja tomada decisão, mediante acordo, sobre a ampliação do Conselho de Segurança, tanto na categoria de membros permanentes quanto na de não-permanentes. (...) O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou o apoio do Brasil à acessão da Rússia à Organização Mundial do Comércio (OMC), destacando o peso do país no comércio internacional. Sublinhou que a presença da Rússia na OMC favorecerá sua plena integração à economia mundial e contribuirá para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio. (...) Os Presidentes reiteraram o caráter prioritário que atribuem ao uso e à exploração do espaço exterior para fins pacíficos e salientaram a disposição dos dois Governos de aprofundarem o intercâmbio nessa área de especial relevância. Os dois Mandatários manifestaram pleno apoio aos trabalhos bilaterais em curso para a modernização do Veículo Lançador de Satélites brasileiro (VLS) e expressaram sua determinação em promover a parceria tecnológica para o desenvolvimento de veículos lançadores de nova geração.

**Declaração Conjunta por ocasião da visita ao Brasil do
Presidente da Federação da Rússia, Dmitri Medvedev.
Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2008.**

* * *

Brasil e Rússia são países mais próximos do que a distância geográfica sugere. Gigantes territoriais com populações numerosas e etnicamente diversas, abrigamos economias complexas. Possuímos culturas ricas e criativas, e estamos presentes nos debates dos mais importantes temas da agenda global. Compartilhamos do compromisso com uma ordem internacional multipolar e mais justa. Isso nos levou a estabelecer uma parceria estratégica e uma aliança tecnológica às quais queremos dar significado concreto, ampliando e aprofundando nossa cooperação. (...) No Brasil, sempre admiramos as realizações da nação russa: sua história, seu desenvolvimento científico, a vastidão e riqueza de sua produção artística, seus feitos esportivos. O povo russo mostrou ao mundo sacrifício e coragem, determinação e superação, quando teve em suas mãos o destino da Humanidade. O vasto patrimônio diplomático que continuamos a construir reflete nosso empenho em estreitar uma cooperação em benefício de nossos povos e do mundo. Traduz nossa

determinação de continuar a trabalhar para fazer da amizade Brasil-Rússia um elo inquebrantável.

Declaração à imprensa do Presidente Lula após cerimônia de assinatura de atos com o Presidente da Federação da Rússia, Dmitri Medvedev . Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2008.

SÉRVIA

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grande apreensão, dos atos de violência na Sérvia, envolvendo ataques a missões diplomáticas em Belgrado. O Governo brasileiro tem confiança em que as autoridades sérvias restabelecerão a ordem, de forma a garantir a segurança da população e a adequada proteção das missões e do pessoal diplomáticos naquele país. O Governo brasileiro reitera apelo ao comedimento e reafirma sua convicção de que uma solução pacífica para a questão do Kosovo deve continuar a ser buscada por meio do diálogo e da negociação, sob os auspícios das Nações Unidas e no marco legal da Resolução 1244 (1999) do Conselho de Segurança.

Nota à Imprensa. “Ataques a missões diplomáticas em Belgrado”. Brasília, 22 de fevereiro de 2008.

Kosovo

A última resolução das Nações Unidas a respeito da situação do Kosovo defendia a integridade territorial do que veio a ser a Sérvia, que na realidade era a Iugoslávia da época, ainda. Isso foi desrespeitado com essa declaração unilateral. É algo que está ocorrendo sem a participação das Nações Unidas – ignorando, aliás, uma resolução das Nações Unidas –, e nós não achamos isso um bom precedente. Por outro lado, você olha nas ruas e vê que, evidentemente, a grande maioria do povo do Kosovo queria efetivamente isso. Mas você tem que balancear essas questões, porque se nós formos procurar – se cada etnia, ou cada cultura, ou cada língua, ou mesmo cada

dialeto – criar um Estado-Nação próprio, isso é receita para a anarquia nas relações internacionais. Então, como é que você equilibra a necessidade de uma maior democracia nas relações internacionais com respeito à integridade territorial dos Estados? Este é o grande desafio. O caso do Kosovo é complexo. O Brasil não reconheceu a independência do Kosovo porque achou que a decisão do Conselho de Segurança não foi totalmente respeitada.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim ao programa *Roda Viva*. São Paulo, 24 de março de 2008.

TURQUIA

A convite do Presidente da Turquia, Abdullah Gül, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, realizará visita à Turquia de 20 a 22 de maio, acompanhado de comitiva de cerca de trinta empresários brasileiros dos setores de energia, turismo, infra-estrutura, defesa, aviação, alimentos, máquinas e equipamentos, entre outros. Trata-se da primeira visita de um Presidente brasileiro à Turquia. (...) A visita presidencial insere-se no contexto de intensificação das relações bilaterais nas áreas política, comercial e consular. Exemplos disso são a dinamização do fluxo de comércio e investimentos e o fomento ao turismo favorecido pela abertura da linha aérea entre São Paulo e Istambul pela “Turkish Airlines”. O intercâmbio comercial entre Brasil e Turquia mais que dobrou de 2003 a 2008, evoluindo de US\$ 395,2 milhões para US\$ 1,15 bilhão, o que representou incremento de mais de 190%. A Petrobras vem realizando importantes investimentos na Turquia, atuando na prospecção de petróleo e gás natural no Mar Negro, em parceria com sua congênere turca, a TPAO.

Nota à Imprensa. “Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Turquia”. Brasília, 19 de maio de 2009.

UCRÂNIA

Os ucranianos descobriram o Brasil há muito tempo. Ou seja, há 120 anos que chegaram os primeiros imigrantes ucranianos para morar no Brasil

e hoje perfazem uma comunidade de 450 mil descendentes de ucranianos que lá moram, e lá ajudam os brasileiros a construir o Brasil. Mas, do ponto de vista econômico e do ponto de vista político, nós estivemos muito distantes. Parte das razões nós sabemos, mas agora não há nada que possa atrapalhar o crescimento das relações entre Brasil e Ucrânia. Nós temos muitas, mas muitas similaridades. Muitas coisas são bastante comuns entre Ucrânia e Brasil na perspectiva de desenvolvimento, na perspectiva da criação de parcerias entre empresários brasileiros e empresários ucranianos, e na perspectiva da melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro e do povo ucraniano.

Discurso do Presidente Lula durante encontro com a Primeira-Ministra da Ucrânia, Yulia Tymoshenko. Kiev, 2 de dezembro de 2009.

* * *

A visita à Ucrânia do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil reflete a disposição dos dois países de aprofundar o diálogo e a cooperação bilateral nas mais diferentes esferas, com especial destaque para o projeto conjunto na área espacial. (...) Os dois mandatários reiteraram a importância das históricas relações de amizade ucraniano-brasileiras em cujo contexto se insere a importante contribuição da comunidade ucraniana para a sociedade brasileira. (...) No que diz respeito à área espacial, reafirmaram o compromisso com a parceria em curso para o lançamento do veículo Cyclone-4, pela empresa binacional “Alcântara Cyclone Space”, a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, no Estado do Maranhão, empreendimento considerado de importância estratégica para os dois países.

Declaração Conjunta do Presidente Lula e do Presidente da Ucrânia, Victor Yushchenko. Kiev, 2 de dezembro de 2009.

VATICANO

O Presidente Lula retomará temas de interesse comum abordados por ocasião da visita ao Brasil do Papa Bento XVI, a primeira a um país das

Américas desde o início de seu Pontificado, em abril de 2005. Será assinado o Acordo Brasil-Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, cuja proposta original foi apresentada pela Santa Sé ao Governo brasileiro em setembro de 2006. A agenda da política externa brasileira apresenta pontos de convergência com a da Santa Sé, em especial nas vertentes relacionadas à construção de condições mundiais que assegurem maior equidade política, econômica e social e à solução de conflitos entre os países com base no direito internacional.

Nota à Imprensa. “Audiência Privada do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com Sua Santidade o Papa Bento XVI”. Brasília, 7 de novembro de 2008.



Brasil, Rússia, Índia e China (BRICs)

Os BRICs defendem um cenário internacional baseado no multilateralismo e no direito internacional, com maior participação dos países em desenvolvimento nas instâncias decisórias. Por suas características políticas, econômicas e sociais, os BRICs podem servir como ponte entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento na promoção do desenvolvimento sustentável e de uma agenda internacional mais equilibrada.

Nota à imprensa. “Reunião dos BRICs em Ecaterimburgo.” Brasília, 12 de maio de 2008.

* * *

Depois de anos existindo apenas na cabeça de analistas, os BRICs decidiram se assumir. A realidade é que será difícil que o G-7 possa se reunir e tomar decisões a partir de agora sem ouvir os BRICs. O bloco será cada vez mais influente e a reunião de hoje (ontem) começou a delinear uma agenda, tanto política como econômica.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim ao jornal *O Estado de São Paulo*. Ecaterimburgo, 17 de maio de 2008.

* * *

OS BRICs estão na moda. A sigla, criada por analistas financeiros, estava associada sobretudo ao impacto que o grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China tem -e terá cada vez mais- na economia global. Com quase metade da população mundial, 20% da superfície terrestre, recursos naturais abundantes e economias diversificadas em ritmo sustentado de crescimento, era natural que fossem considerados grupo de indiscutível peso econômico, equivalente hoje a 15% do PIB mundial. Diante da desaceleração da economia norte-americana e das incertezas que se afiguram à evolução do comércio e das finanças internacionais, os BRICs têm contribuído para manter nos trilhos a economia mundial. É caso exemplar da capacidade de países “não ricos” de mitigar possíveis efeitos de uma crise que se origina principalmente no mundo desenvolvido. Agora, os quatro países decidiram ampliar a agenda de atuação conjunta. Buscam se fortalecer politicamente como um bloco que ajude a equilibrar e democratizar a ordem internacional deste início de século. Os BRICs são um exemplo de como países com culturas diversas podem se unir em torno de projetos comuns em favor da paz, do multilateralismo e do respeito ao direito internacional. A convergência que soubermos cultivar, sem prejuízo da pluralidade de pontos de vista, deverá reforçar a ação dos quatro em diversas instâncias e foros multilaterais.

**“Os BRICs e a Reorganização do Mundo”. Artigo do
Ministro Celso Amorim no jornal *Folha de São Paulo*.
Brasília, 8 de junho de 2008.**

* * *

A cidade de Ecatimburgo, na Rússia, recebe hoje os líderes de Brasil, Rússia, Índia e China - os chamados BRICs -, que realizam seu primeiro encontro. Essa reunião celebra mais que apenas a primeira cúpula dos BRICs. Ela marca uma profunda mudança na maneira pela qual nossos países se engajam em um mundo que experimenta profundas mudanças. Em Ecatimburgo, selaremos um compromisso que objetiva trazer novas respostas a velhos problemas e oferecer uma liderança corajosa para enfrentarmos a inércia e a indecisão. Afinal, o mundo enfrenta hoje desafios de grande complexidade, mas que exigem respostas urgentes. Estamos diante de ameaças que nos afetam a todos - para as quais alguns muito contribuíram, enquanto outros se veem na posição de vítimas inocentes de suas

consequências. Mas vivemos entre paradigmas superados e instituições multilaterais desacreditadas. A atual crise econômica apenas aumenta um sentimento crescente de perplexidade e impotência diante da mudança do clima e do risco de escassez mundial de alimentos e energia. Claramente, a sociedade moderna precisa repensar um sistema que, de forma acintosa, fomenta o desperdício dos recursos naturais e finitos da Terra, ao mesmo tempo que condena bilhões de pessoas à pobreza e ao desespero.

**“Em Ecaterimburgo, os Bric atingem sua maioria”.
Artigo do Presidente Lula no jornal *Valor Econômico*.
Brasília, 16 de junho de 2009.**

* * *

Acordamos os passos para promover o diálogo e a cooperação entre nossos países de forma crescente, proativa, pragmática, aberta e transparente. O diálogo e a cooperação entre os países do BRIC é proveitoso não apenas para os interesses comuns das economias de mercados emergentes e dos países em desenvolvimento, mas, também, para a construção de um mundo harmonioso de paz duradoura e prosperidade comum.

**Declaração Conjunta por ocasião da Cúpula dos Chefes
de Estado e de Governo dos BRICS. Ecaterimburgo,
16 de junho de 2009.**

* * *

Entre 2003 e 2007, o crescimento dos países do Grupo BRIC representou 65% da expansão do PIB mundial. Em 2003, os BRICS correspondiam a 9% do PIB global. Já em 2008, as economias dos quatro países responderam, em conjunto, por 15% da economia mundial, com o PIB totalizando US\$ 8,9 trilhões. Considerado pela paridade de poder de compra, esse índice supera US\$ 15 trilhões, o que representa 21% do total. O comércio entre os quatro países desenvolveu-se significativamente e com grande complementaridade, no período de 2003 a 2008. O comércio Brasil-Rússia cresceu de US\$ 2 bilhões, em 2003, para US\$ 8 bilhões, em 2008; o comércio Brasil-Índia, de US\$ 1 bilhão para US\$ 4,7 bilhões; e o comércio

Brasil-China, de US\$ 6,7 bilhões para US\$ 36,4 bilhões. No conjunto, o comércio do Brasil com os demais países do Grupo cresceu de US\$ 9,8 bilhões, em 2003, para US\$ 49 bilhões, em 2008 – aumento de 500%.

Nota à imprensa. “Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo dos BRICs”. Ecaterimburgo, 16 de junho de 2009.

* * *

As reuniões dos BRICs que antecederam e prepararam a Cúpula de Ecaterimburgo demonstram que a agenda de temas do grupo já foi muito além da dimensão econômica, privilegiada inicialmente nas análises sobre o surgimento do grupo. Os assuntos políticos têm ocupado parte importante dessa agenda, como evidenciam os comunicados já emitidos pelo grupo. Entre esses assuntos podem ser mencionados, além da reforma da ONU, a mudança do clima, o debate sobre energia e segurança alimentar, as Metas de Desenvolvimento do Milênio no combate à pobreza e o financiamento da cooperação internacional. Tenho a convicção de que, já a partir de Ecaterimburgo, outros temas serão incorporados à agenda, e o Brasil estará pronto para oferecer sua contribuição, com base na sua tradição diplomática da busca de soluções negociadas e de fórmulas que reforcem o multilateralismo em questões como a relativa à segurança internacional.

Entrevista concedida pelo Presidente Lula à agência russa *Itar-Tass*. Ecaterimburgo, 16 de junho de 2009.

* * *

O Brasil é reconhecido por sua história de atuação diplomática em defesa da paz e do multilateralismo e, no mundo em transformação acelerada em que vivemos, tem hoje como uma das prioridades de sua política externa a necessidade de reforma e de fortalecimento das instituições multilaterais, sejam as financeiras ou as políticas. Com os BRICs, buscamos oferecer uma alternativa em matéria de concertação política e de coordenação diplomática. Estamos seguros de que a consolidação do grupo vai contribuir para encontrarmos soluções mais eficazes para os desafios do mundo atual,

marcado por profundas assimetrias nos processos decisórios e por novas fontes de instabilidade em vários âmbitos, do econômico-financeiro ao de segurança, do ambiental ao de saúde, para citarmos alguns exemplos.

Entrevista concedida pelo Presidente Lula ao jornal francês *Les Echos*. Ecatemburgo, 16 de junho de 2009.



Ásia e Oceania

ÁSIA – GERAL

Nosso interesse em nos aproximar do continente asiático foi reiterado durante a Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (Focalal), que o Brasil sediou em 2007. Na ocasião, os países do Mercosul e da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) se reuniram pela primeira vez. Uma reunião ministerial mais estruturada Mercosul-ASEAN já está marcada para novembro deste ano. Fiz recentemente visita pioneira ao Vietnã (a primeira de um Chanceler brasileiro) e também a Cingapura. São duas realidades distintas, mas que têm em comum o dinamismo e a rapidez das mudanças. Em 2008, há viagens programadas do Presidente Lula à Ásia, procurando selar esta nova prioridade.

**“Criação e Inovação na Política Externa Brasileira”.
Conferência do Ministro Celso Amorim na Coordenação
dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia
(COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ). Rio de Janeiro, 25 de abril de 2008.**

* * *

A ascensão da Ásia é um dos traços cruciais de um novo mundo que está tomando forma neste exato momento. O crescimento e o desenvolvimento na Ásia criam oportunidades globais. O mesmo se aplica à América do Sul. Os fluxos de comércio do Mercosul com países da Ásia têm se tornado cada vez mais relevantes. Eles são agora tão importantes quanto nosso comércio com parceiros mais tradicionais como a União Européia e os Estados Unidos.

Discurso proferido pelo Ministro Celso Amorim na abertura da I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN. Brasília, 24 de novembro de 2008.

CHINA

Desde o restabelecimento das relações diplomáticas, em 1974, o Brasil e a China têm passado por um processo contínuo de aproximação, que ganhou nos últimos anos uma escala sem precedentes, em especial nas áreas de comércio e de ciência e tecnologia. A troca de visitas de alto nível tem sido, ao mesmo tempo, um reflexo e um fator dessa intensificação das relações bilaterais. Receberemos no Brasil nesta semana o vice-presidente chinês, Xi Jinping. Em maio próximo, o presidente Lula deverá voltar à China, na sequência de uma série de visitas recíprocas realizadas por ele e pelo presidente Hu Jintao. Foi nesse contexto de maior proximidade política que o comércio bilateral cresceu a um ritmo impressionante nos últimos anos. A corrente de comércio entre os dois países passou de US\$ 6,6 bilhões, em 2003, para US\$ 36,5 bilhões, em 2008, com um crescimento de mais de 550%, quando a expectativa dos dois governos era atingir o valor de US\$ 30 bilhões apenas em 2010. (...) Os resultados também são expressivos em outros setores e, em particular, em ciência e tecnologia, área crucial para o desenvolvimento dos dois países.

“A cooperação Brasil-China na área espacial”. Artigo do Ministro Celso Amorim e do Ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, no jornal *Folha de São Paulo*. São Paulo, 19 de fevereiro de 2009.

* * *

Há 35 anos, a China e o Brasil estabeleceram relações diplomáticas, iniciando uma cooperação que se fortaleceu sobretudo nos últimos anos. Com base na amizade e no respeito mútuo, aperfeiçoamos continuamente nossos canais de diálogo e avançamos lado a lado no desenvolvimento de importantes projetos. Somos economias dinâmicas e complementares. Por essa razão temos podido intensificar a cooperação em diversas frentes, como nas áreas de energia, de aviação e de exploração de recursos minerais. Temos uma bem sucedida cooperação em ciência e tecnologia, com o emblemático programa de satélites, cujos benefícios estendemos a outros países em desenvolvimento. O comércio bilateral vem alcançando números recordes a cada ano e nos mantemos empenhados em ampliar e diversificar nosso intercâmbio. Em 2009 a China passou a ser o principal parceiro comercial do Brasil. (...) A China e o Brasil são dois gigantes unidos pelo desejo permanente de melhorar as condições de vida de nossas populações. Pelos nossos interesses e dimensões estamos destinados a nos encontrar, unidos, em diversos tabuleiros da cena internacional e em diversas coalizões.

Discurso do Presidente Lula durante cerimônia de inauguração do Centro de Estudos Brasileiros. Pequim, 19 de maio de 2009.

* * *

As exportações brasileiras para a China estão concentradas em produtos como soja, minério de ferro, petróleo e celulose. São produtos importantes. Queremos incrementar essas exportações. Mas é necessário diversificá-las para garantir a expansão do fluxo de comércio bilateral no longo prazo. (...) No Brasil, o governo e o setor privado trabalham ativamente na “Agenda China”, que prevê ações positivas na área de comércio e de investimentos. A instalação em Pequim de escritório da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos se somará ao Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty no fomento e apoio a novas parcerias entre empresários brasileiros e chineses. Até o final de 2009, estará funcionando o Consulado do Brasil em Cantão, sede de uma das maiores feiras de negócio do mundo e pioneira do processo que transformou o país em potência comercial. Os acordos que serão assinados hoje entre o Banco de

Desenvolvimento da China, o Banco do Brasil e o Banco Itaú complementam a moldura para a expansão do comércio. (...) China e Brasil, hoje, são mais importantes do que alguns possam pensar. Aliás, não é possível qualquer decisão econômica (...) entre os países ricos do mundo, sem levar em conta a existência da China, sem levar em conta a existência do Brasil, sem levar em conta a existência da Índia, sem levar em conta a existência da Rússia, e sem levar em conta a existência de outros países importantes, inclusive países africanos, como a África do Sul.

Discurso do Presidente Lula durante cerimônia de encerramento do Seminário Brasil-China: Novas Oportunidades para a Parceria Estratégica. Pequim, 19 de maio de 2009.

* * *

Os dois Presidentes [Lula e Hu] coincidiram na avaliação de que, ao longo dos 35 anos de relações diplomáticas, a cooperação bilateral foi produtiva e amistosa, proporcionando benefícios mútuos. A criação da Parceria Estratégica, em 1993, a troca de visitas presidenciais, em 2004, a realização da Primeira Sessão da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), em 2006, a implementação do Diálogo Estratégico, em 2007, e os três encontros bilaterais entre os mandatários dos dois países, em 2008, demonstram o estreitamento do diálogo e do relacionamento bilaterais. Neste ano, já ocorreram importantes encontros de alto nível, por ocasião da Cúpula do G-20, em Londres, e com a viagem do Vice-Presidente Xi Jinping, da República Popular da China, ao Brasil. Ao reafirmarem o ainda maior significado do contínuo adensamento da Parceria Estratégica, na atual conjuntura internacional de grande complexidade, ambos os líderes reiteraram seu compromisso de conduzir o relacionamento bilateral a partir de perspectiva estratégica e de longo alcance. Reafirmaram o desejo de aprofundar ainda mais a confiança mútua e de intensificar e elevar o nível da cooperação, com base nos princípios de respeito mútuo, igualdade e benefício recíproco.

Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o Contínuo

Fortalecimento da Parceria Estratégica, por ocasião da visita do Presidente Lula à China. Pequim, 19 de maio de 2009.

TAIWAN

O Governo brasileiro tomou conhecimento de que prosseguiria sob exame projeto de promover a realização, em Taipé, de referendo sobre a apresentação de pedido de acessão da ilha à condição de país-membro das Nações Unidas sob a denominação “Taiwan”. O Governo brasileiro reitera seu firme apoio à “política de uma só China” e aos esforços pacíficos no sentido da reunificação do território chinês. O Governo brasileiro considera que a realização desse referendo em nada contribuirá para a paz, a estabilidade e a segurança na região.

Nota à Imprensa. “Referendo sobre pedido de acessão de “Taiwan” às Nações Unidas”. Brasília, 6 de março de 2008.

CINGAPURA

Membro fundador da ASEAN, Cingapura constitui o principal centro financeiro e o mais importante porto da Ásia. Tem-se também distinguido em segmentos de produção de alta tecnologia. Cingapura é, hoje, o principal parceiro comercial do Brasil entre os países da ASEAN. O comércio bilateral cresceu 350% entre 2003 e 2007, aumentando, no período, de US\$ 750 milhões para US\$ 2,6 bilhões. Devido a sua condição de pólo regional de negócios, Cingapura abriga escritórios de representação de várias empresas brasileiras com negócios na Ásia. É também o segundo principal investidor externo asiático no Brasil, depois do Japão, com presença importante em atividades ligadas à construção naval e à prospecção de petróleo em águas profundas. Em 2005, foi estabelecido Escritório Comercial de Cingapura em São Paulo. A agência oficial de investimentos de Cingapura deverá abrir escritório no Brasil ainda em 2008. Existem promissoras perspectivas de cooperação na área científico-tecnológica. Vale, também, recordar que, em

setembro de 2007, foi assinado, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, o Entendimento de Cooperação em Matéria de Comércio e Investimentos entre o MERCOSUL e Cingapura.

Nota à Imprensa. “Visita do Ministro Celso Amorim ao Vietnã e a Cingapura”. Brasília, 22 de fevereiro de 2008.

FILIPINAS

Apesar da distância geográfica, estamos unidos por traços históricos comuns. Filipinos e brasileiros compartilham o legado de povos multiculturais, forjados na diversidade e no desejo do desenvolvimento. Representamos dois grandes países, com democracias consolidadas, economias diversificadas e extenso patrimônio ambiental. Temos também os desafios próprios das sociedades em desenvolvimento. A luta contra a pobreza e as desigualdades é um objetivo comum. (...) Esse ambiente de mudanças cria condições efetivas para intensificar nossas relações. Claro indicador dessas potencialidades é o comércio bilateral crescente. Entre 2004 e 2008, o intercâmbio passou de 400 milhões a mais de 1 bilhão de dólares. Mas há um espaço significativo para aumentar e diversificar nossas trocas em bases equilibradas. (...) Sei que Vossa Excelência esteve em Pernambuco para a inauguração do terminal de contêineres do Porto de Suape. Esperamos que outros sigam os passos da Tecon Suape e ampliem investimentos em infraestrutura no Brasil. Nossas empresas também estão descobrindo nas Filipinas uma sólida plataforma para atividades no Sudeste da Ásia. A abertura do escritório da Vale do Rio Doce em Manila é um passo importante nessa direção.

Discurso do Presidente Lula por ocasião da visita da Presidente das Filipinas, Gloria Macapagal-Arroyo. Brasília, 24 de junho de 2009.

ÍNDIA

A visita da Presidente da Índia reveste-se de especial simbolismo, uma vez que o Brasil foi escolhido como destino de sua primeira viagem ao exterior

desde sua posse, em 2007. Ocorre, ademais, em contexto de vigorosa expansão da Parceria Estratégica, não apenas em sua dimensão bilateral, mas também multilateral, de que é exemplo a participação dos dois países no G-20, no IBAS (junto com a África do Sul) e nos BRICs (ao lado de China e Rússia). O Presidente Lula visitou a Índia em 2004 e 2007, e o Primeiro-Ministro da Índia veio ao Brasil em 2006. O Ministro Celso Amorim realizou visita bilateral em 2007, e o Ministro Pranab Mukherjee, em fevereiro último. Brasil e Índia desenvolvem extensa agenda de cooperação, em campos como os de energias renováveis, educação, desenvolvimento social, saúde, programa espacial, defesa e cultura. A Índia é o 4º maior parceiro comercial do Brasil na Ásia, e o Brasil é o maior parceiro comercial da Índia na América Latina. No ano passado, o comércio bilateral atingiu, pela primeira vez, a marca de 3,1 bilhões de dólares, com crescimento de cerca de 200% em relação a 2003.

Nota à Imprensa. “Visita de Estado ao Brasil da Presidente da República da Índia”. Brasília, 14 de abril de 2008.

* * *

A crescente aproximação entre Brasil e Índia decorre das nossas aspirações e potencialidades: somos duas democracias pujantes do mundo em desenvolvimento. Nosso compromisso democrático, no plano interno, reflete-se nas posições que assumimos nos foros multilaterais, em favor de uma ordem internacional mais justa e equilibrada. Construimos uma sólida parceria nas Nações Unidas, a fim de que o Conselho de Segurança se torne mais representativo da realidade contemporânea, com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre seus membros permanentes. Estamos juntos nas negociações da OMC – no G20 – para que o desfecho da Rodada Doha seja bem-sucedido, equilibrado e leve em conta os interesses e as necessidades dos países pobres e em desenvolvimento. Estamos também juntos em nossa interlocução com os países do G-8. Temos claro não ser mais possível excluir as principais economias emergentes das discussões sobre temas prioritários da agenda internacional. Índia e Brasil enfrentam desafios semelhantes na promoção do desenvolvimento sustentável. A mudança do clima exige alternativas para o modelo atual de desenvolvimento

global. Mas o novo consenso a ser alcançado não poderá prejudicar o crescimento econômico ou frustrar os esforços de redução da pobreza nos nossos países em desenvolvimento.

Discurso do Presidente Lula por ocasião da visita ao Brasil da Presidente da Índia, Pratibha Patil. Brasília, 16 de abril de 2008.

* * *

O Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a República da Índia, celebrado em Nova Délhi, em 25 de janeiro de 2004, entrou em vigor hoje, dia 1º de junho. Trata-se do primeiro acordo comercial extrarregional assinado pelo Mercosul a entrar em vigor. (...) Este acordo tem como principal objetivo facilitar o acesso aos mercados do Mercosul e da Índia, o que incrementará não somente o fluxo de mercadorias, mas também as oportunidades de investimentos para ambas as partes. O Mercosul ofereceu preferências em 452 linhas tarifárias, e a Índia, em 450 linhas. O ACP constitui o primeiro passo para a criação de uma área de livre comércio Mercosul-Índia. Juntamente com o ACP Mercosul-SACU (União Aduaneira da África Austral), cujo processo de assinaturas foi concluído em 3 de abril passado, o ACP Mercosul-Índia dá seguimento a processo gradual de criação das bases para a futura negociação de entendimento comercial trilateral Mercosul-Índia-SACU.

Nota à Imprensa. “Acordo de Comércio Preferencial Mercosul – Índia”. Brasília, 1º de junho de 2009.

INDONÉSIA

Nossos países são grandes democracias multiétnicas. Estamos aperfeiçoando nossas instituições políticas para dar a nossos povos os benefícios do crescimento com justiça social. Nossas sociedades valorizam a tolerância e respeitam as diferenças. Aprendemos a reconhecer, na variedade e na diversidade, uma riqueza de potencial inestimável. (...) As relações entre Indonésia e Brasil são um exemplo extraordinário do potencial para parcerias

entre países do Sul. Com o estabelecimento hoje de uma Comissão Mista, damos um grande passo na coordenação dos mecanismos e iniciativas de consulta e cooperação entre nossos governos. De nossa diversidade nascem inúmeras oportunidades para colaborar em educação, cultura e esportes, formação profissional, ciência e tecnologia, saúde e justiça.

Brinde do Presidente Lula por ocasião do almoço oferecido pelo presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono. Jacarta, 12 de julho de 2008.

* * *

Entre 2003 e 2007, a corrente de comércio entre Brasil e Indonésia passou de 575 milhões de dólares para 1,580 bilhão de dólares, um crescimento superior a 176%. Mas essas cifras estão muito aquém do potencial de nossas economias e do momento positivo que vivem nossos países. (...) A Companhia Vale do Rio Doce é uma das principais produtoras de níquel na Indonésia e que a empresa Riau Pulp investiu na produção de celulose no Brasil. Isso mostra que o caminho já foi desbravado e que novas parcerias são possíveis.

Discurso do Presidente Lula durante a cerimônia de encerramento do Encontro Empresarial Brasil-Indonésia. Jacarta, 12 de julho de 2008.

JAPÃO

Vivem no Brasil um milhão e meio de pessoas de origem japonesa, a maior comunidade nipônica existente fora do Japão. Essa comunidade está hoje totalmente integrada à sociedade brasileira. Os japoneses que para cá vieram são considerados por nós como brasileiros – em todos os sentidos. Encontramo-los ativos nas artes, na política, na diplomacia, em todos os setores, enfim, da vida nacional, sempre com uma contribuição extraordinária. A dimensão humana constitui, de fato, um dos principais patrimônios das nossas relações bilaterais. Existem hoje no Japão mais de 300 mil brasileiros (...), a terceira maior comunidade de brasileiros no exterior. Nossos

compatriotas contribuem com seu esforço para o bem-estar e a prosperidade da sociedade japonesa. É importante ouvir que o Japão valoriza a presença desses brasileiros lá da mesma maneira que nós valorizamos a presença de japoneses no Brasil. (...) Temos agora todas as condições de retomar – e aprofundar – nossa parceria, com uma nova leva de investimentos e a abertura de novas frentes de cooperação, da TV Digital ao etanol. (...) Nossos dois países têm posições afins – como foi lembrado – nos mais diversos temas da agenda internacional. Trabalhamos juntos na questão relativa à mudança do clima, na questão tão importante, tão vital, tão sentida no Japão como é a do desarmamento nuclear e também na questão da cooperação para o desenvolvimento.

Discurso do Ministro Celso Amorim na cerimônia oficial de abertura do Ano do Intercâmbio Brasil-Japão. Brasília, 17 de janeiro de 2008.

* * *

A realização do Ano do Intercâmbio Brasil-Japão é mais do que um momento de celebração. Oferece valiosa oportunidade para renovarmos uma amizade centenária, que tem gerado benefícios para ambos os países. Com base no já construído, vamos avançar novas frentes de atuação conjunta. No campo energético, podemos trabalhar juntos em matéria de biocombustíveis. Nos segmentos de tecnologia de ponta, estamos desenvolvendo conjuntamente novo sistema de TV digital.

Discurso do Presidente Lula durante a cerimônia oficial de chegada do príncipe herdeiro do Japão, Naruhito, e entrega de medalhas alusivas ao Centenário da Imigração Japonesa no Brasil. Brasília, 18 de junho de 2008.

REPÚBLICA DA COREIA

Nos últimos anos, a República da Coreia vem aumentando seus investimentos no Brasil, sobretudo nos setores automobilístico, eletrônico, mineral, siderúrgico, agrícola e financeiro. Também tem demonstrado

interesse no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no projeto do trem-bala, que interligará as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. No que respeita à área de ciência e tecnologia, progridem os entendimentos nos setores de biogenética e energia nuclear. A República da Coreia é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil na Ásia. A corrente de comércio bilateral atingiu, em 2007, US\$ 5,4 bilhões e, no período de janeiro a setembro do corrente ano, já superou US\$ 6,4 bilhões.

Nota à Imprensa. “Visita ao Brasil do Presidente da República da Coreia, Lee Myung-bak”. Brasília, 18 de novembro de 2008.

* * *

Desejo expressar meu reconhecimento aos membros da comunidade coreana no Brasil que, com elevado espírito de disciplina, determinação e capacidade empreendedora, integraram-se à nossa sociedade e contribuíram para seu desenvolvimento. Ao longo desses 50 anos, nossos dois países alcançaram avanços marcantes na consolidação de suas democracias, na modernização de suas bases produtivas e na melhoria das condições de vida de suas populações. A atuação de nossos países no G-20 é evidência das responsabilidades ampliadas que somos chamados a assumir na nova configuração das relações internacionais. As frequentes trocas de visitas e a cooperação de Brasil e Coreia do Sul em foros globais são mais uma prova da importância que atribuímos à nossa parceria. Dispomos de uma sólida base institucional, que inclui instrumentos bilaterais de grande aplicação prática, que cobrem desde a eliminação da dupla tributação até a cooperação judiciária, dos usos pacíficos da energia nuclear até a cooperação industrial. Este rico acervo traduz a maturidade alcançada no diálogo político entre nossos dois Governos e abre perspectivas favoráveis de ampliação das relações bilaterais, em particular nas áreas de alta tecnologia e biocombustíveis.

Saudação do Ministro Celso Amorim no sítio eletrônico do cinquentenário das relações Brasil-Coreia do Sul. Brasília, 22 de junho de 2009.

REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA

O Governo brasileiro acolheu com satisfação o anúncio do cumprimento, pelo Governo da República Democrática Popular da Coreia (Coreia do Norte), dos compromissos – assumidos no contexto das “Negociações Hexapartites” para o desarmamento da Península Coreana – de apresentar declaração referente a seu programa nuclear ao Governo chinês, que preside as negociações, e de desmantelar suas instalações nucleares, como no caso da demolição da torre de resfriamento do complexo nuclear de Yongbion. O Governo brasileiro espera que aquelas iniciativas, bem como a contrapartida assumida pelo Governo dos Estados Unidos – que tomou as medidas iniciais para o levantamento de algumas das sanções aplicadas à Coreia do Norte –, constituam passos efetivos para a evolução positiva do processo negociador hexapartite e para o desarmamento da Península Coreana.

Nota à Imprensa. “Declaração Nuclear da Coreia do Norte”. Brasília, 30 de junho de 2008.

* * *

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Coreia do Norte foram estabelecidas em março de 2001. A Embaixada residente da Coreia do Norte em Brasília foi instalada em janeiro de 2005. Criada pelo Decreto 6.587, de 20 de setembro de 2008, a Embaixada residente do Brasil em Pyongyang está em fase final de instalação. Em 2008, o comércio bilateral atingiu US\$ 381,1 milhões.

Nota à Imprensa. “Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Norte”. Brasília, 8 de maio de 2009.

* * *

O Governo brasileiro condena veementemente o teste nuclear realizado pela República Democrática e Popular da Coreia (RPDC), hoje, 25 de maio. O teste viola a Resolução 1718, adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 14 de outubro de 2006. O Brasil expressa a expectativa

de que a RPDC se reintegre, o mais rapidamente possível e como país não nuclearmente armado, ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Da mesma forma, o Governo brasileiro conclama a RPDC a assinar, no mais breve prazo, o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) e a observar estritamente a moratória de testes nucleares. O Brasil espera, ainda, que a RPDC retorne, com espírito construtivo, às Negociações Hexapartites, visando à desnuclearização da Península Coreana, e apela a todas as partes para que se abstenham de atos que possam agravar as tensões nos contextos regional e global.

**Nota à Imprensa. “Teste nuclear norte-coreano”.
Brasília, 25 de maio de 2009.**

TIMOR-LESTE

O Brasil e Timor-Leste desenvolvem intenso programa de cooperação em áreas essenciais à consolidação do nascente Estado timorense, como educação, justiça, segurança, saúde e formação profissional. (...) O Brasil vem também cooperando com Timor-Leste no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em particular nas áreas acadêmica e desportiva. Funcionários dos países da CPLP participam de cursos sobre negociações comerciais e sobre formação de diplomatas, promovidos pelo Instituto Rio Branco. (...) O Brasil nutre profundo sentimento de solidariedade em relação a Timor-Leste, único país da Ásia e Oceania que tem o português como língua oficial e que se tornou independente em 2002. As primeiras eleições de Timor-Leste como Estado independente realizaram-se em 2007.

Nota à Imprensa. “Visita do Presidente de Timor-Leste”. Brasília, 29 de janeiro de 2008.

* * *

O Timor ingressou na comunidade das nações fazendo seus os valores fundamentais da ONU. As Nações Unidas têm sido um dos alicerces da obra de edificação do Estado timorense. Um brasileiro ilustre, o saudoso Sérgio Vieira de Mello, foi o condutor do processo de transição do Timor-

Leste à independência. (...) É com grande orgulho e sentido de responsabilidade que o Brasil se engajou na caminhada do povo timorense rumo à autodeterminação. Os avanços alcançados são animadores e nos motivam a renovar programas de trabalho conjuntos e a lançar novas iniciativas de cooperação.

Discurso do Presidente Lula durante visita ao Parlamento Nacional do Timor-Leste. Díli, 11 de julho de 2008.

VIETNÃ

As relações do Brasil com o Vietnã, estabelecidas em 1989, vêm ganhando grande impulso nos últimos anos, com a intensificação das visitas de alto nível e o incremento do intercâmbio comercial. O comércio bilateral multiplicou-se quase sete vezes no período de 2003 a 2007, passando de US\$ 47 milhões para US\$ 323 milhões. Em 2006, foi aberto Escritório Comercial do Vietnã em São Paulo e, em 2007, foi criada a Câmara de Comércio Brasil-Vietnã. Os dois países estabeleceram a meta de US\$ 1 bilhão para o intercâmbio comercial até 2010.

Nota à Imprensa. “Visita do Ministro Celso Amorim ao Vietnã e a Cingapura”. Brasília, 22 de fevereiro de 2008.

* * *

Brasil e Vietnã têm percursos históricos muito distintos, mas encontram-se, hoje, em um momento em que suas agendas internas e externas têm muitos pontos de contato. Trata-se de momento auspicioso para aprofundar nossas relações. Nossos países têm um compromisso com a redução da pobreza e da desigualdade. Buscam o crescimento econômico sem perder de vista o imperativo da justiça social. Estamos juntos, também, no aprofundamento das relações com um número cada vez maior de países, em todas as partes do globo. Nossos governos e empresas estão conscientes de que a diversificação de sócios e de mercados só pode trazer vantagens e maior segurança no longo prazo. Desejamos valorizar o potencial das relações Sul-

Sul, seja em termos de comércio e de investimentos, seja no que diz respeito à cooperação e à troca de conhecimentos e de experiência.

Discurso do Presidente Lula durante cerimônia de encerramento do seminário empresarial “Brasil-Vietnã: Construindo Novas Parcerias”. Hanói, 10 de julho de 2008.

ÁSIA CENTRAL

AFEGANISTÃO

O Governo brasileiro repudia com veemência a série de recentes atos terroristas no Afeganistão. O último ataque, perpetrado hoje, em Cabul, causou a morte de doze pessoas, inclusive seis funcionários da ONU, e deixou dezenas de feridos. Ao manifestar seu pesar e solidariedade aos familiares das vítimas, bem como ao Secretário-Geral das Nações Unidas, o Governo brasileiro reafirma seu repúdio a ataques contra civis e funcionários de organismos internacionais. Da mesma forma, reitera seu apoio aos esforços do Governo e do povo afegãos e da comunidade internacional em prol da restauração da paz e da estabilidade no Afeganistão.

Nota à Imprensa. “Atentado em Cabul”. Brasília, 28 de outubro de 2009.

CAZAQUISTÃO

O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a independência cazaque. A abertura de nossa Embaixada residente em Astana, em 2006, e a troca de visitas presidenciais dão impulso ao relacionamento bilateral. Estamos reduzindo as distâncias e ampliando oportunidades de cooperação. (...) Na esfera comercial, os avanços são palpáveis. O intercâmbio entre os dois países quintuplicou nos últimos cinco anos, mas ainda está muito aquém do seu

potencial. Precisamos trabalhar em conjunto com nossos empresários para expandir e diversificar ainda mais essas trocas e atrair investimentos recíprocos. (...) Podemos trabalhar juntos no aperfeiçoamento da produção de carne, trigo e de cultivos agrícolas em regiões semi-áridas. O Cazaquistão é uma potência energética empenhada em diversificar sua matriz. Como o Brasil, apresenta condições de liderar a revolução dos biocombustíveis. Confio em que novas oportunidades se abrirão para a Embraer comprovar a competitividade dos seus aviões na Ásia Central. A abertura de escritório da Vale, no ano passado, em Almaty, ajudará o Cazaquistão a realizar o seu vasto potencial mineral. Ao tornar-se em breve o primeiro produtor mundial de urânio, o país demonstra o papel estratégico que está chamado a desempenhar para a economia mundial. (...) Queremos construir uma agenda que contribua para reduzir as assimetrias de poder e democratizar as instâncias decisórias internacionais. Compartilhamos a Ideia de um mundo multipolar e a importância de revigorar as instituições internacionais.

Discurso do Presidente Lula durante almoço oferecido pelo Presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev. Astana, 17 de junho de 2009.

* * *

Os Chefes de Estado [Lula e Nazarbayev] enfatizaram a dinâmica positiva do desenvolvimento das relações bilaterais, as coincidências de posições quanto à solução de questões de segurança regional e global, bem como às questões contemporâneas da política internacional. Mencionaram o crescimento do papel político e econômico de ambos os países no marco das organizações regionais e internacionais, e reiteraram o compromisso de aperfeiçoar suas atividades. Neste contexto, os Chefes de Estado confirmaram suas posições no sentido de reformar o Conselho de Segurança das Nações Unidas, a fim de assegurar maior participação dos países em desenvolvimento como membros permanentes e não permanentes e a permitir que o órgão se torne mais legítimo e eficaz. O Brasil agradeceu, mais uma vez, o apoio do Cazaquistão à aspiração brasileira a um assento permanente em um Conselho de Segurança das Nações Unidas ampliado. Reafirmaram a importância de iniciativas internacionais nos campos do desarmamento, não proliferação e de resolução pacífica de controvérsias. Concordaram que os avanços em

direção à não proliferação de armas de destruição em massa devem ser acompanhados de passos consistentes em direção ao desarmamento, sobretudo o nuclear. O Brasil congratulou, mais uma vez, o Cazaquistão pela assinatura (...) do Acordo que cria a “Zona Livre de Armas Nucleares na Ásia Central”, em vigor desde março passado. Apoiaram o fortalecimento do sistema multilateral de comércio, no entendimento de que a garantia de um comércio livre e equilibrado é essencial para o desenvolvimento e para o combate à pobreza.

Declaração Conjunta por ocasião da visita do Presidente Lula ao Cazaquistão. Astana, 17 de junho de 2009.

IRÃ

O Irã é um país sobre o qual o Brasil não pode ficar indiferente. Primeiro porque é um grande mercado. (...) No ano passado comprou quase dois bilhões de dólares do Brasil e não vendeu praticamente nada, o petróleo que produzem não é exatamente o que a gente compra. (...) Temos que manter relações. Concordamos com tudo que os líderes iranianos dizem ou fazem? Não. É um país importante, setenta milhões de habitantes, uma cultura milenar. (...) O Brasil é contra a proliferação. Agora, é preciso distinguir a questão da não-proliferação nuclear da questão do direito ao desenvolvimento da tecnologia nuclear para fins pacíficos. Como se chega a uma normalização? Por exemplo: o Conselho de Segurança adotou sanções contra o Irã, e nós não somos favoráveis, mas uma vez que o Conselho de Segurança adotou, nós seguimos. Agora, nós não seguimos sanções unilaterais.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim à revista *Caros Amigos*. Brasília, 1º de fevereiro de 2009.

* * *

Não deixamos de criticar, como foi criticada a declaração sobre o Holocausto do líder iraniano, mas é não nos recusarmos ao diálogo. É pelo diálogo que se pode ter influência sobre os países. Queiram ou não as pessoas, o Irã é um interlocutor importante para a questão do Oriente Médio. É um

país poderoso, de 70 milhões de habitantes, não adianta tentar ignorá-lo. O presidente Lula não deixará de dar a opinião dele, do Brasil, ao presidente Ahmadinejad ou a quem quer que ganhe a eleição em junho. Agora, se você só vai convidar e dialogar com as pessoas com as quais concorda, vai ter muito pouca gente.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim à revista *Carta Capital*. Brasília, 11 de maio de 2009.

* * *

Para toda a região do Médio Oriente seria melhor que todos concordassem com a ideia de criação de uma zona totalmente livre de armas nucleares e demais armas de destruição em massa. Isso, todavia, não quer dizer que os iranianos não tenham direito de promover sua indústria energética atômica para fins civis. Devemos reconhecer a Teerã tal direito, desde que queiramos alcançar um progresso na resolução do problema iraniano. Em troca, possivelmente, de umas inspeções mais rigorosas às instalações nucleares iranianas.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim à rádio *RUVR – The Voice of Russia*. Brasília, 5 de agosto de 2009.

* * *

O Governo brasileiro expressa satisfação com a realização, em 1º de outubro, em Genebra, de novo encontro de alto nível entre representantes dos países membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia) e Alemanha com representantes do Irã, a respeito do programa nuclear iraniano. O Brasil considera positiva a disposição construtiva demonstrada por todas as partes e saúda a perspectiva de que o diálogo tenha continuidade. O Governo brasileiro expressa, ainda, sua satisfação com o envolvimento direto dos Estados Unidos nessas conversas e a retomada dos contatos bilaterais de alto nível com o Irã. O Brasil reitera que o fortalecimento do diálogo é a única opção viável para o tratamento da questão nuclear iraniana.

Nota à Imprensa. “Encontro de Alto Nível sobre o Programa Nuclear Iraniano”. Brasília, 2 de outubro de 2009.

* * *

Os dois dirigentes expressaram seu inabalável repúdio às armas de destruição em massa, em particular às armas nucleares, cuja existência implica uma séria ameaça à paz e à segurança internacionais e à sobrevivência humana. Reafirmaram, nesse contexto, seu compromisso com o desarmamento e a não-proliferação nuclear e sublinharam a importância de que se tomem medidas práticas no campo do desarmamento, com vistas a uma conclusão exitosa da VII Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (2010). Os dois presidentes manifestaram seu apoio a uma zona livre de armas nucleares no Oriente Médio. (...) Os dois presidentes expressaram seu apoio à paz justa e duradoura no Oriente Médio. As duas partes condenaram o recurso sistemático ao uso da violência contra populações civis. (...) Os dois líderes expressaram sua satisfação com a intensificação do diálogo político bilateral, de que são exemplos não somente a vigência do mecanismo bilateral de consultas políticas, estabelecido em 2000 e que teve sua sétima reunião no segundo semestre deste ano em Teerã, como o recente intercâmbio de visitas de chanceleres entre os dois países (Teerã, 01 e 02 de novembro de 2008 e Brasília, 26 e 27 de março de 2009).

Comunicado conjunto por ocasião da visita ao Brasil do Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad – Brasília, 23 de novembro de 2009.

* * *

O Irã e o Brasil são dois grandes países em desenvolvimento. Têm aspirações comuns em matéria de progresso econômico e social. É grande nosso potencial de cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, do comércio e dos investimentos. (...) Pretendemos realizar, em parceria, projetos de geração de energia elétrica. E vamos levar para o Irã a experiência brasileira com veículos movidos a gás e a etanol. (...) Num

mundo cada vez mais multipolar, é fundamental reforçar as relações Sul-Sul e consolidar os mecanismos de integração em nossas regiões. Vemos positivamente os esforços do Irã para criar um mercado comum na Ásia Central, no âmbito da Organização de Cooperação Econômica. (...) Reconhecemos o direito do Irã de desenvolver seu programa nuclear para fins pacíficos, com pleno respeito aos acordos internacionais. Esse é o caminho que o Brasil vem trilhando, em obediência à nossa Constituição, que proíbe a produção e a utilização de armas nucleares. Não-proliferação e desarmamento nuclear devem andar juntos. O Brasil sonha com um Oriente Médio livre de armas nucleares como ocorre em nossa querida América Latina. Encorajo, assim, Vossa Excelência a continuar o engajamento com países interessados, de modo a encontrar uma solução justa e equilibrada para a questão nuclear iraniana. (...) O Irã pode ter um papel decisivo não só no Oriente Médio, mas também na Ásia Central. Confiamos na experiência milenar de sua cultura para forjar uma ordem internacional harmônica em sua própria região. Será particularmente importante a contribuição iraniana para lograr a unidade dos palestinos, sem a qual suas aspirações de liberdade não poderão ser alcançadas.

Declaração à imprensa do Presidente Lula por ocasião da visita do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad. Brasília, 23 de novembro de 2009.

PAQUISTÃO

O Governo brasileiro vê com grande preocupação a escalada da violência no Paquistão, onde uma série de ataques terroristas perpetrados nas últimas semanas deixou mais de 250 mortos e outras centenas de feridos entre a população civil. (...) Ao apresentar suas condolências às famílias das vítimas, o Governo brasileiro reitera sua mais veemente condenação a todos os atos de terrorismo e faz votos de que o povo paquistanês possa voltar a trilhar o caminho da paz e da estabilidade.

Nota à Imprensa. “Atentados no Paquistão”. Brasília, 28 de outubro de 2009.

UZBEQUISTÃO

Sua visita a meu país, a primeira de um chefe de Estado do Uzbequistão, abre nova página em nossas relações. Sinaliza a determinação de dois países em desenvolvimento, de ampliar sua coordenação nos grandes temas da agenda internacional. Fiel a sua história, o Uzbequistão continua a ser um ponto de encontro de diferentes povos e culturas na Ásia Central. Como o Brasil, é uma nação multiétnica e multicultural. (...) Os acordos que assinamos há pouco fornecem a base para uma parceria à altura das complementaridades de duas economias em franca expansão. É o que revelam os dados de nosso comércio. Ele triplicou entre 2003 e 2007. (...) Estou absolutamente convencido de que Uzbequistão e Brasil estarão melhor posicionados para o novo mundo que emergirá dessa crise. Nessa nova realidade, nossos países apostam em instituições internacionais fortalecidas. O Brasil é um incansável defensor da reforma das Nações Unidas, em particular da necessidade de ampliação do número de membros permanentes no Conselho de Segurança. O valioso apoio do Uzbequistão ao nosso pleito representa estímulo para perseverarmos com confiança nessa aspiração. Estou convencido de que estamos dando, com a visita pioneira do presidente Karimov, passos concretos para reduzir as distâncias entre nossos países, para que nos conheçamos mais e melhor. O Uzbequistão é o país mais populoso da Ásia Central. É também localizado estrategicamente no coração da Ásia, é berço de uma civilização milenar. Aqueles que querem desbravar novas fronteiras devem mirar-se no exemplo dos homens de negócios, que fizeram de Bukhara e de Samarkand um ponto de encontro entre o Ocidente e o Oriente.

Discurso do Presidente Lula por ocasião da visita do Presidente do Uzbequistão, Islam Karimov. Brasília, 28 de maio de 2009.

* * *

As Partes [Brasil e Uzbequistão] comprometem-se a aprofundar a cooperação nas áreas de cultura, ciência e tecnologia, energia, educação, arte, turismo, esporte e saúde, dentre outras. Será incentivado o contato direto entre universidades, centros científicos e culturais, museus e bibliotecas, bem como entre organizações que tratem de ciência, cultura e arte. (...)

Comprometem-se a cooperar para a consolidação do primado do direito, da democracia, do pluralismo político e do respeito aos direitos humanos, fazendo uso de mecanismos regionais, bem como de mecanismos previstos pela Carta e pelas Convenções das Nações Unidas.

Declaração Conjunta por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da República do Uzbequistão, Islam Karimov. Brasília, 28 de maio de 2009.

OCEANIA

AUSTRÁLIA

A Austrália de hoje não apenas continua investindo no Brasil, sobretudo na área de alimentação, continua sendo um ator importante das relações internacionais, na ONU, especialmente na OMC. Mas também recebe investimentos brasileiros. Curiosamente nós temos hoje dois grandes investimentos, um da Vale do Rio Doce, e o outro, da Friboi. Áreas em que a Austrália sempre teve grande protagonismo – tanto na área de frigoríficos, produção de carne e alimentos, quanto na área de mineração.

Palestra proferida pelo Ministro Celso Amorim no Seminário Comemorativo dos 10 anos do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Rio de Janeiro, 2 de setembro de 2008.

* * *

O Brasil é o principal parceiro comercial e o principal destino dos investimentos da Austrália na América Latina. O volume do comércio bilateral passou de US\$ 598 milhões em 2003 para US\$ 2,483 bilhões em 2008. Os investimentos australianos no Brasil atingiram US\$ 1,153 bilhão em 2008, o que fez da Austrália o 9º maior investidor no País, à frente de Alemanha, Reino Unido e Suíça.

Nota à Imprensa. “Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Exteriores da Austrália”. Brasília, 24 de agosto de 2009.

NOVA ZELÂNDIA

O Brasil tem sido foco prioritário da “Estratégia Latino-americana” da Nova Zelândia, desde o seu lançamento em 2000. As relações bilaterais entre o Brasil e a Nova Zelândia desenvolveram-se de forma significativa nesse período, por meio de esforços de ambos os Governos, tendo em vista os objetivos da referida Estratégia. (...) A esse respeito, os Ministros lembraram a visita à Nova Zelândia do Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Presidente da República, Professor Marco Aurélio Garcia, em 2006, a visita do Ministro Peters ao Brasil, em 2007, bem como as visitas do Ministro Phil Goff, como Ministro do Comércio, em 2007, e como Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 2004. (...) Esses desenvolvimentos não só espelham os êxitos alcançados nas relações bilaterais como também contribuem para o fortalecimento e o adensamento da cooperação mutuamente proveitosa no campo multilateral entre a República Federativa do Brasil e a Nova Zelândia.

Comunicado Conjunto por ocasião do encontro entre os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Nova Zelândia. Wellington, 28 de agosto de 2008.



Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS)

O Fórum IBAS, entre a Índia, o Brasil e a África do Sul, cuja origem remonta aos primeiros dias do Governo Lula, une três grandes democracias, três sociedades multiculturais, uma em cada continente do mundo em desenvolvimento. Promove a coordenação diplomática, o incremento do comércio e dos investimentos e a cooperação entre seus membros em múltiplas áreas, incluindo a acadêmica e cultural. O IBAS nos estimulou a lançar a Ideia de um acordo comercial trilateral entre o Mercosul, a Índia e União Aduaneira da África Meridional (SACU).

**“Criação e Inovação na Política Externa Brasileira”.
Conferência do Ministro Celso Amorim na Coordenação
dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia
(COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ). Rio de Janeiro, 25 de abril de 2008.**

* * *

A atuação do IBAS tem-se concentrado em três áreas principais: concertação de posições sobre temas da agenda internacional, cooperação econômico-comercial e científico-tecnológica, e cooperação técnica em benefício de países em desenvolvimento, por meio do Fundo IBAS. O Fundo

IBAS para Iniciativas de Alívio à Fome e à Pobreza financia projetos de cooperação técnica em países de menor desenvolvimento relativo. Desde 2004, o Brasil contribuiu com cerca de US\$ 3,5 milhões para o Fundo, reconhecido pelas Nações Unidas, em dezembro de 2006, com o prêmio de melhor iniciativa de cooperação Sul-Sul. O Fundo investiu US\$ 1,5 milhão em projetos como o de tratamento de resíduos sólidos no Haiti e de promoção da agricultura familiar em Guiné Bissau. Estão em exame, entre outros, projetos no Laos, na área de manejo de recursos hídricos, no Burundi, no combate à AIDS, e na Palestina, no campo da inclusão social pelo esporte.

**Nota à imprensa. “V Reunião Ministerial do IBAS”.
Brasília, 9 de maio de 2008.**

* * *

Cinco anos após sua fundação, o IBAS já é uma referência no cenário internacional. Não é possível falar em relações Sul-Sul sem mencionar nossa aliança. Ela é identificada como a aliança de grandes democracias do Sul, um espaço de cooperação entre países emergentes que estão determinados a redefinir seu lugar na comunidade de nações. (...) Vejo com alegria que o Foro se renova sem perder seus avanços. É esse o desafio que motivou nossa determinação de tornar o IBAS mais ágil e eficaz. Para isso, estamos reunindo os 16 grupos de cooperação do IBAS, e convocando reunião de pontos focais. Os eventos empresariais, culturais, acadêmicos e o Foro de Mulheres que foram organizados pela Índia reafirmam nossa ambição de fazer do IBAS um verdadeiro encontro de sociedades e culturas. O IBAS não tem uma sede, não tem um secretariado permanente, não tem sequer um documento que legisla sobre sua estrutura. Mas está aí, coeso e ampliado num exercício que se assenta em alicerces sólidos. Provamos que havia razões profundas para nos associarmos e tirarmos proveito pleno de nossa aproximação.

**Discurso do Presidente Lula durante abertura da III
Reunião de Cúpula do IBAS. Nova Delhi, 15 de outubro
de 2008.**

* * *

O Fórum IBAS reúne três grandes países em desenvolvimento que são democracias multiétnicas e referências importantes em seus respectivos continentes. Além de aumentar o diálogo político entre seus participantes sobre os grandes temas da agenda internacional, o agrupamento desenvolve projetos em países em desenvolvimento, como no Haiti, em Guiné-Bissau e na Palestina. A formação do grupo é reveladora da maior capacidade de ação dos países em desenvolvimento na conformação da ordem internacional.

Aula Inaugural do Ministro Celso Amorim por ocasião da abertura do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 13 de abril de 2009.

* * *

Criado em 2003, o IBAS reúne três grandes países em desenvolvimento, oriundos de continentes distintos, com sociedades multiculturais, multiétnicas e democráticas. Juntos, os três países somam população de cerca de 1,4 bilhão de pessoas, e PIB nominal de mais de US\$ 3,2 trilhões. O IBAS conta hoje com 16 grupos de trabalho, responsáveis pela cooperação intergovernamental em áreas que abrangem, entre outros, os setores de agricultura, ciência e tecnologia, comércio, turismo, cultura e administração tributária. Foram estabelecidos também foros de parlamentares, de acadêmicos, de mulheres e de empresários, que se reúnem anualmente. O Fundo IBAS, criado para financiar projetos de cooperação em países mais pobres, já desenvolveu iniciativas no Haiti, em Guiné-Bissau e em Cabo Verde. Estão em curso projetos na Palestina, no Burundi e Laos. O Fundo IBAS foi agraciado pela Nações Unidas em 2006 com o “Prêmio Parceria Sul-Sul”.

Nota à imprensa. “VI Reunião Ministerial do Foro IBAS”. Brasília, 28 de agosto de 2009.

* * *

Originalmente proposto como um espaço de articulação diplomática, o IBAS transformou-se em um instrumento amplo da concertação política e de

cooperação trilateral, com a participação de segmentos da sociedade civil e dos parlamentos. O Fundo IBAS de combate à pobreza já executou projetos de coleta de resíduos sólidos, no Haiti, e de melhoramento da agricultura e pecuária, na Guiné-Bissau. Novas fases desses projetos serão agora iniciadas. Dentre os novos projetos já aprovados e cuja implementação será iniciada no próximo ano destacam-se o combate à AIDS no Burundi; a irrigação e o manejo hidrográficos no Laos; a recuperação da infra-estrutura de saúde em Cabo Verde; e a construção de ginásio esportivo na Palestina.

Nota à imprensa. “III Cúpula do IBAS”. Brasília, 13 de outubro de 2008.

África

ÁFRICA – GERAL

O Presidente Lula (...) recolocou a África no lugar central que sempre deveria ter na política externa brasileira. Reforçamos e, em alguns casos, criamos laços bilaterais com número expressivo de países africanos, incluindo naturalmente os parceiros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, criada sob inspiração de José Aparecido de Oliveira. (...) Também estabelecemos uma interlocução mais estruturada com a União Africana. Juntamente com a Nigéria, promovemos a primeira Cúpula África-América do Sul, em Abuja.

**“Criação e Inovação na Política Externa Brasileira”.
Conferência do Ministro Celso Amorim na Coordenação
dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia
(COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ). Rio de Janeiro, 25 de abril de 2008.**

* * *

A II Conferência dos Intelectuais da África e da Diáspora (CIAD), realizada em Salvador (...) reuniu cerca de 400 estudiosos de renome. Nossas

relações com a África, continente de onde vieram milhões de homens e mulheres forçados pelo tráfico de escravos, são uma prioridade da política externa brasileira. O Brasil tem um enorme orgulho da profunda presença africana em nossa sociedade. Somos o país com a segunda maior população negra do mundo. Ao incrementar a cooperação, aumentar os fluxos comerciais e estreitar as relações culturais, estamos resgatando uma dívida histórica e – ao mesmo tempo – criando parcerias mutuamente benéficas com o continente africano.

Discurso do Ministro Celso Amorim na Conferência da América Latina e do Caribe Preparatória à Conferência de Revisão de Durban contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. Brasília, 17 de junho de 2008.

* * *

O Presidente Lula, pela primeira vez, transformou em realidade o anseio brasileiro de ter uma verdadeira política para a África. O Brasil está presente em vinte países africanos. Alguns afirmavam no Brasil que a busca do aprofundamento da parceria com a África era “um pouco poética”, “um pouco lírica”, e que não encontraria substrato na realidade. Não obstante, o comércio do Brasil com a África aumentou de US\$ 5 bilhões, em 2002, para US\$ 26 bilhões em 2008. Se tomássemos a África como um país individual, ela seria hoje nosso 4º maior parceiro comercial, atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Argentina, e na frente, por exemplo, da Alemanha e da Itália. A ação dos investidores brasileiros, cada vez mais ousada, vem acompanhada de ações de cooperação técnica, na área agrícola, na área da saúde, de combate à AIDS, etc.

Palestra do Ministro Celso Amorim em Seminário organizado pelos jornais *Valor Econômico* e *The Wall Street Journal*. Nova York, 16 de março de 2009.

* * *

A prioridade para as relações com a África, decidida pelo meu governo, passou a ser política de Estado. Ela vai além dos discursos e

das expressões de simpatia. Ela está respaldada por ações concretas. O Brasil não vem à África para expiar a culpa de um passado colonial. Tampouco vemos a África como extensa reserva de riquezas naturais a ser explorada. O Brasil deseja ser parceiro em projetos de desenvolvimento. Queremos compartilhar experiências e lições, somar esforços e unir capacidades. Só assim nos tornaremos atores e não meras vítimas na transformação da atual ordem mundial. Tenho me dedicado pessoalmente a esse objetivo. (...) Hoje temos 34 embaixadas em países africanos. Brasília é uma das capitais do mundo com maior número de embaixadas africanas.

Discurso do Presidente Lula na cerimônia de abertura da 13ª Assembleia da União Africana. Sirte, 1º de julho de 2009.

* * *

A aproximação com a África é uma prioridade da política externa brasileira. O Presidente Lula já fez dez viagens ao continente desde que tomou posse. Visitou mais de vinte países. Poucos outros líderes não-africanos - ou mesmo africanos - terão histórico similar. Como convidado especial da Cúpula da União Africana, em Sirte, em julho, o Presidente Lula reiterou compromisso com a cooperação solidária com a África. Vários acordos foram assinados com a Comissão Africana. Inauguramos escritório da empresa brasileira de pesquisa agropecuária (Embrapa) em Gana. Estamos desenvolvendo fazenda-modelo de algodão no Mali. Estamos trabalhando para instalar fábrica de medicamentos antirretrovirais em Moçambique. O desenvolvimento da África é responsabilidade, principalmente, dos próprios africanos. Mas é dever dos países que mais se beneficiaram do sofrimento dos africanos contribuir para a promoção do desenvolvimento desse continente ainda tão pobre, mas com um potencial tão grande.

“Agir por uma governança global melhor”. Palestra do Ministro Celso Amorim na Conferência Anual dos Embaixadores Franceses. Paris, 27 de agosto de 2009.

CÚPULA AMÉRICA DO SUL-ÁFRICA (ASA)

Estamos reunidos para dar um passo na consolidação de uma aliança entre dois continentes determinados a moldar o seu futuro. A América do Sul e a África estão construindo uma ponte de diálogo e de colaboração. Queremos reduzir distâncias, aproximar povos e consolidar uma parceria em prol do desenvolvimento e da paz. Foi essa visão audaz que reuniu africanos e sul-americanos pela primeira vez em Abuja, no ano de 2006. O mecanismo concebido pelo presidente Obasanjo está hoje no centro de nossa agenda diplomática. (...) O século XXI nos encontra cada vez mais unidos. Não há desafio global que não possa ser enfrentado, conjuntamente, pela África e pela América do Sul. E não há desafio global que possa ser enfrentado sem a América do Sul e sem a África. A integração regional, o multilateralismo e a cooperação Sul-Sul são nossas armas na construção de um mundo mais justo.

Discurso do Presidente Lula durante a II Cúpula América do Sul – África. Isla Margarita, 26 de setembro de 2009.

* * *

A I Cúpula foi realizada em Abuja, Nigéria, em 2006. Integram a ASA todos os 12 países sul-americanos, e os 53 africanos, bem como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a União Africana (UA). Brasil e Nigéria são Coordenadores Regionais da ASA, e a Venezuela exerce a função de Secretaria Pro-Tempore. Além de proporcionar espaço para o diálogo político, a ASA busca a cooperação bi-regional em diversos segmentos, com linhas de ação e projetos traçados em oito Grupos de Trabalho, co-presididos por um país africano e outro sul-americano. (...) O Brasil, além de Coordenador Regional e co-presidente de dois Grupos de Trabalho [Ciência e Tecnologia e Energia, Infra-Estrutura e Transportes], é sede do Comitê de Embaixadores da ASA. Deu início, ademais, a uma série de atividades de cooperação, entre elas a organização de seminário sobre negociações comerciais, em maio deste ano, e lançará, por ocasião da II Cúpula, catálogo de obras de referência para melhor conhecimento dos países das duas regiões.

Nota à Imprensa. “II Cúpula América do Sul – África (ASA)”. Isla Margarita, 26 de setembro de 2009.

UNIÃO AFRICANA

O Brasil muito aprecia o papel da União Africana na promoção da paz e da democracia na África. Admiramos, sobretudo, a persistência (...) dos ganhos cumulativos que norteiam os nichos africanos. Não se constrói um continente em harmonia do dia para a noite. Consolidar a democracia é um processo evolutivo. O Brasil aplaude a crescente conscientização de que ninguém melhor do que os africanos para lidar com seus próprios problemas e elaborar suas próprias soluções. A África dá mostras de maturidade e de apego aos valores comuns que inspiraram os próceres da unidade africana, ao chamar a si a responsabilidade pela consecução dos objetivos desta organização. Respaldamos o salutar envolvimento das organizações regionais africanas na busca de caminhos para o progresso pacífico de seus membros. Sabemos também que não é simples respeitar os desafios da paz, da estabilidade e da segurança diante de conflitos, muitos deles herdados do colonialismo ou fomentados pela ganância externa. Os esforços e iniciativas da União Africana na promoção do diálogo em mediações em missões de paz merecem o apoio de todos.

Discurso do Presidente Lula na cerimônia de abertura da 13ª Assembleia da União Africana. Sirte, 1º de julho de 2009.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

Nossa parceria na CPLP tem trazido bons frutos a uma comunidade de cerca de 250 milhões de habitantes, que faz de sua língua comum um poderoso instrumento de mobilização e conscientização. Juntamente com os demais países-irmãos da África e de Timor, estamos comprometidos com o desenvolvimento econômico, a justiça social e o fortalecimento da democracia.

Discurso do Presidente Lula durante visita à exposição “Um Novo Mundo, Um Novo Império—A Corte Portuguesa no Brasil”. Rio de Janeiro, 7 de março de 2008.

* * *

A CPLP tem lugar de destaque na política externa brasileira. O Brasil criou uma Missão em Lisboa exclusivamente para tratar dos assuntos da CPLP. Aumentamos nossos aportes financeiros à Comunidade e ampliamos nossa pauta de cooperação técnica: 40% do total da cooperação técnica brasileira se dirige a países da CPLP. Atribuímos grande importância à concertação político-diplomática entre os países da CPLP. A estabilização democrática na Guiné-Bissau e a consolidação institucional no Timor-Leste representam atualmente desafio similar ao que foi no passado a pacificação de Angola e Moçambique.

“Por uma nova arquitetura internacional”. Palestra do Ministro Celso Amorim como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 5 de janeiro de 2009.

ANGOLA

O Brasil desenvolve importantes projetos de cooperação técnica com Angola, em particular nas áreas de saúde e educação. (...) Há mais de 30 empresas brasileiras instaladas em Angola. No ano passado, o comércio bilateral superou os US\$ 2,1 bilhões. De 2003 a 2007, esse montante aumentou quase nove vezes. No mesmo período, as exportações brasileiras passaram de US\$ 235 milhões, para US\$1,21 bilhão. O fluxo comercial deve continuar crescendo, impulsionado pela linha de crédito de US\$ 1 bilhão, anunciada pelo Presidente Lula quando de sua visita a Angola, no ano passado.

Nota à Imprensa. “Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores de Angola, João Bernardo Miranda”. Brasília, 16 de julho de 2008.

* * *

O Governo brasileiro registra com satisfação o esforço do Governo de Angola de assegurar a realização de processo eleitoral no espírito do compromisso dos países-membros da CPLP com a democracia, o Estado

de Direito, os direitos humanos e a justiça social. O Governo brasileiro está confiante em que a apuração dos votos transcorrerá dentro da normalidade e contribuirá para o continuado fortalecimento das instituições democráticas, necessárias para a consolidação da paz e do desenvolvimento angolano.

**Nota à Imprensa. “Eleições legislativas em Angola”.
Brasília, 8 de setembro de 2008.**

CABO VERDE

O Brasil presta a Cabo Verde amplo programa de cooperação técnica, principalmente nos campos da formação profissional, da educação superior e da saúde. Cabo Verde é o segundo país que mais recebe cooperação técnica do Brasil em todo o mundo, e o maior no continente africano. O comércio bilateral aumentou de US\$ 9 milhões, em 2003, para US\$ 36 milhões, em 2007.

**Nota à Imprensa. “Visita do Ministro dos Negócios
Estrangeiros de Cabo Verde, Victor Borges”. Brasília,
5 de junho de 2008.**

GUINÉ-BISSAU

O Governo brasileiro saúda a realização, em 28 de junho, das eleições presidenciais na Guiné-Bissau, que transcorreram de forma pacífica e ordeira, conforme testemunho de observadores internacionais, entre os quais três representantes brasileiros integrantes de Missão de Observação Eleitoral da CPLP. (...) A realização das eleições presidenciais antecipadas, conforme estabelecido pela Constituição da Guiné-Bissau, é etapa importante no processo de retomada da normalidade institucional do país, após o assassinato, em março deste ano, do Presidente João Bernardo Nino Vieira. O Governo brasileiro tem a confiança de que a apuração continuará a ocorrer dentro da normalidade e de que as eleições contribuirão para o fortalecimento das instituições democráticas, a consolidação da paz e o processo de reconstrução nacional na Guiné-Bissau.

Nota à Imprensa. “Eleições presidenciais na Guiné-Bissau”. Brasília, 29 de junho de 2009.

* * *

Em visita a Bissau, em 2005, o Presidente Lula prometeu ajudar o país no seu processo de consolidação da democracia e expressou sua expectativa de que a reconciliação interna promovesse a convivência democrática na diversidade. Temos buscado contribuir para a democracia na Guiné-Bissau em momentos de instabilidade política e institucional por meio de auxílio financeiro e envio de missões técnicas para a realização do processo eleitoral. Assinei, em 2007, juntamente com Condoleezza Rice, pelos Estados Unidos, e António Isaac Monteiro, pela Guiné-Bissau, Memorando de Entendimento destinado a apoiar o Parlamento guineense na coordenação da assistência legislativa. Como coordenador da Configuração Específica da Comissão de Construção da Paz para a Guiné-Bissau, defendemos a adoção de medidas que conjuguem desenvolvimento econômico e inclusão social, essenciais para o equacionamento de outros problemas de longo prazo, por exemplo, na área de segurança.

“O Brasil e os Direitos Humanos: em busca de uma agenda positiva”. Artigo do Ministro Celso Amorim publicado na revista *Política Externa*, vol.18, nº2 – set-out-nov/2009.

* * *

Guiné-Bissau é um importante beneficiário da cooperação técnica brasileira. São desenvolvidos projetos nas áreas de educação, defesa, saúde, formação profissional, apoio à agricultura e à pecuária. O Brasil realizou doações para a organização das eleições legislativas em novembro de 2008 e para as eleições presidenciais antecipadas neste ano. O Brasil preside a Comissão para a Construção da Paz para a Guiné-Bissau nas Nações Unidas. O Governo brasileiro já anunciou que, durante seu novo mandato no Conselho de Segurança da ONU, buscará priorizar o caso da Guiné-Bissau.

Nota à Imprensa. “Visita do Ministro Celso Amorim à Guiné-Bissau”. Brasília, 23 de outubro de 2009.

MOÇAMBIQUE

Moçambique é hoje um importante pólo de atração de investimentos. Muito em breve, a produção mineral e energética moçambicana será fator determinante de projeção externa da África Austral. Algumas das nossas principais empresas estão em atividade neste país. (...) Todos sabemos os pontos de contato históricos entre Moçambique e Brasil. Nossas semelhanças ajudam a compartilhar experiências e facilitam os contatos. Temos um verdadeiro patrimônio de amizade e de simpatia que facilita nossas relações.

Discurso do Presidente Lula durante sessão de encerramento de encontro empresarial. Maputo, 16 de outubro de 2008.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

A visita do Chanceler de São Tomé e Príncipe é retribuição da visita do Ministro Celso Amorim àquele país, em maio de 2008. Entre as iniciativas mais importantes do relacionamento bilateral, destacam-se as ações de cooperação em gestão pública, governo eletrônico, saúde, educação e segurança alimentar. Durante o encontro do Ministro Carlos Tiny com o Ministro Celso Amorim, serão assinados acordos para cooperação em pesca e para a implementação do programa Alfabetização Solidária em São Tomé e Príncipe.

Nota à Imprensa. “Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe, Carlos Tiny”. Brasília, 19 de janeiro de 2009.

ÁFRICA DO SUL

O comércio bilateral Brasil-África do Sul alcançou US\$ 2,5 bilhões em 2008, com US\$ 1,7 bilhões de exportações e US\$ 773 milhões de importações brasileiras. Em abril último, foi firmado Acordo de Comércio

Preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (SACU), organismo de que faz parte a África do Sul.

Nota à Imprensa. “Visita ao Brasil do Presidente da África do Sul, Jacob Zuma.” Brasília, 8 de outubro de 2009.

* * *

No passado, celebramos a luta do povo sul-africano contra o *apartheid*. Hoje, homenageamos líderes como o companheiro Zuma, que sacrificaram a própria liberdade em defesa da liberdade de seu povo. Admiramos a diversidade da democracia que estão construindo. Como o Brasil, a África do Sul está agora engajada em outra batalha. Nossas nações estão superando uma herança de séculos de exclusão. Temos pressa em eliminar todas as formas de discriminação. O governo e a sociedade brasileira estão mobilizados para derrotar o racismo, essa forma particular e perversa de exclusão. Esse objetivo é mais que um imperativo da democracia. É o reconhecimento do legado maior da África à nossa cultura: a capacidade de moldar uma rica comunidade de diferentes etnias, de distintas religiões, de diversas origens nacionais. (...) A África do Sul e o Brasil se inserem soberanamente no mundo. Queremos ser mais parceiros. Nosso comércio triplicou em poucos anos, chegando a US\$ 2,5 bilhões, em 2008. Empresas brasileiras – como a Marcopolo, a Vale e a Odebrecht – já fazem investimentos na África do Sul. Firms sul-africanas apostam no Brasil. Criamos um Grupo de Trabalho para catalisar essas iniciativas. (...) O futuro de nossa parceria também passa por setores de ponta como a biotecnologia, astronomia, nanotecnologia e informática. Este é o sentido das atividades do Comitê Conjunto de Cooperação Científica e Tecnológica, que realizou sua 1ª reunião em maio deste ano. Outro campo de enorme potencial é o energético. A experiência brasileira em biocombustíveis e o domínio sul-africano em matéria de liquefação de carvão e gás natural nos fazem parceiros naturais no momento em que a comunidade internacional busca alternativas energéticas limpas e renováveis. Queremos incluir nossos vizinhos em nossa parceria. É o que estamos fazendo com a assinatura, este ano, do Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral. (...) Estamos construindo um mundo mais justo, mais democrático e multipolar, no qual os países em

desenvolvimento sejam protagonistas. Queremos um mundo sem guerras e, por essa razão, também cooperamos no campo da defesa, zelando pela paz no Atlântico Sul.

Entrevista coletiva concedida pelo Presidente Lula, em conjunto com o Presidente da África do Sul, Jacob Zuma. Brasília, 9 de outubro de 2009.

EGITO

O Ministro Celso Amorim realizará visita oficial ao Egito (...) Além de assuntos bilaterais, a pauta do encontro inclui a situação no Oriente Médio, particularmente o conflito israelo-palestino, e o entorno africano. Por ocasião da visita, deverá ser assinado Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Estratégico entre o Brasil e o Egito. A intensificação das relações Brasil-Egito tem-se refletido também no comércio bilateral. O intercâmbio comercial entre o Brasil e o Egito passou de 410 milhões, em 2002, para US\$ 1,63 bilhão, em 2008, o que representou uma expansão das trocas bilaterais de 296% no período considerado.

Nota à Imprensa. “Visita do Ministro Celso Amorim ao Egito”. Brasília, 24 de dezembro de 2009.

NIGÉRIA

Fui duas vezes à Nigéria. Recebi o presidente Obasanjo nas celebrações do 7 de Setembro, em 2005. Tenho, agora, o privilégio de tê-lo aqui conosco. Nossa agenda bilateral privilegia a exploração de parcerias que favoreçam o desenvolvimento econômico e a justiça social de nossa sociedade. O extraordinário aumento do nosso comércio bilateral também ilustra a aproximação de Nigéria e Brasil. Nossas trocas quintuplicaram entre 2002 e 2008, ultrapassando a cifra de US\$ 8 bilhões. A Nigéria é hoje o nosso principal parceiro comercial na África e o décimo no mundo. O Brasil é o segundo maior importador da Nigéria.

Discurso do Presidente Lula durante visita oficial do Presidente da Nigéria, Umaru Yar'Adua. Brasília, 29 de julho de 2009.

SOMÁLIA

O Governo brasileiro acompanha, com profunda preocupação, a espiral de violência na Somália, que vitimou mais de trinta pessoas nos últimos dias e que levou ao ataque ao aeroporto da capital Mogadíscio, em 22 de outubro, na tentativa de se atingir o avião que conduziu o Presidente Sheik Sharif Ahmed para visita oficial a Uganda. O Governo brasileiro condena a violência empregada por facções somalis para atingir seus objetivos políticos e exorta-as a respeitar o Governo Federal de Transição e a recorrer ao diálogo como meio para a resolução de suas divergências.

Nota à Imprensa. “Situação na Somália”. Brasília, 25 de outubro de 2009.

SUDÃO

A posição do Brasil nas discussões sobre a situação dos direitos humanos no Sudão é exemplo da atuação construtiva e isenta de alinhamentos automáticos do País no Conselho de Direitos Humanos. Durante a 2ª Sessão do órgão, em 2006, um impasse entre a União Europeia e o Grupo Africano poderia ter levado à suspensão do monitoramento da situação dos direitos humanos em Darfur. (...) O Brasil votou a favor do projeto de resolução apresentado pelo Grupo Africano, que, ao fim, garantiu o mandato de relator especial para monitorar a crise humanitária na região. Alguns meses mais tarde, com o agravamento da situação em Darfur, o Brasil apoiou os esforços da União Europeia para a realização da Sessão Especial sobre a situação no Sudão e contribuiu para a aproximação das posições defendidas pelos dois Grupos. Essa atitude garantiu a aprovação, por consenso, de resolução que determinou o envio de missão de Grupo de Peritos a Darfur. (...) Ao Brasil, antes que uma mera penalização ao Governo do Sudão, interessa a melhoria da situação de direitos humanos dos sudaneses.

“O Brasil e os Direitos Humanos: em busca de uma agenda positiva”. Artigo do Ministro Celso Amorim publicado na revista *Política Externa*, vol.18, nº2 – set-out-nov/2009.

ZIMBÁBUE

Estive no Zimbábue no final do ano passado, quando muitos países criticavam a possibilidade de uma aproximação entre o Governo de Robert Mugabe e a oposição liderada por Morgan Tsvangirai. (...) Conversei com Mugabe, com os líderes da oposição e com o principal mediador estrangeiro, o então Presidente sul-africano Thabo Mbeki. A todos expressei a posição do Governo brasileiro de que o diálogo e a aproximação entre as forças políticas era o melhor caminho para a estabilidade e o desenvolvimento do Zimbábue. Melhorar efetivamente as condições de vida da população, no terreno, era mais importante do que passar atestados de culpa de eficácia duvidosa por violações de direitos humanos, que pouco contribuiriam para a pacificação do país. Meses mais tarde, a formação de um Governo de coalizão revelou-se crucial para a normalização da vida política, econômica e social, com efetivos ganhos para a população do Zimbábue, como quase todos reconhecem hoje.

“O Brasil e os Direitos Humanos: em busca de uma agenda positiva”. Artigo do Ministro Celso Amorim publicado na revista *Política Externa*, vol.18, nº2 – set-out-nov/2009.



Oriente Médio

Na Síria eu estive com o Ministro do Exterior e com o Presidente; na Jordânia eu estive com o Ministro do Exterior e com o Rei; na Palestina, em Ramalá, eu estive com o Ministro do Exterior e com o Primeiro-Ministro (...); e, no Egito, eu estive com o Ministro do Exterior e com o Presidente. (...) O Brasil é um interlocutor, como eu disse, bem recebido em todos os países. O Brasil não só fala com os interlocutores, mas o Brasil tem a confiança desses interlocutores.

Palestra do Ministro Celso Amorim no Instituto Rio Branco. Brasília, 16 de janeiro de 2009.

* * *

A experiência brasileira de abrigar grandes comunidades árabe e judaica em convivência harmoniosa desmente o mito de que o Oriente Médio está condenado aos conflitos e sofrimentos que tem vivido por décadas. Mantemos um diálogo aberto e franco com todos os países da região. Com esse espírito, recebi, nos últimos dias, os Presidentes de Israel e da Autoridade Palestina. A Shimon Peres e a Mahmoud Abbas reiterei a posição brasileira sobre o conflito no Oriente Médio. Defendemos o direito do povo palestino a um Estado viável e a uma vida digna, ao lado de um Estado de Israel seguro e

soberano. Mas a busca de um entendimento, nesse e em outros temas regionais, exige a incorporação de novos interlocutores genuinamente interessados na paz. Para dialogar, é necessário construir canais de confiança, com desprendimento e coragem. São esses mesmos valores e princípios que devem prevalecer na busca de paz no Oriente Médio.

Declaração à imprensa do Presidente Lula após assinatura de atos, por ocasião da visita do Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad. Brasília, 23 de novembro de 2009.

CÚPULA AMÉRICA DO SUL-PAÍSES ÁRABES (ASPA)

O Fórum ASPA, do qual o Brasil é o Coordenador Sul-Americano, foi criado em 2005, por ocasião da I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília. Integrado por 34 países (12 sul-americanos e 22 árabes, além da UNASUL e da Liga dos Estados Árabes), a ASPA, além de proporcionar diálogo político, atua em cinco grandes segmentos: econômico, cultural, científico-tecnológico, ambiental e social. Ao longo dos últimos quatro anos, foram realizadas nove reuniões em nível ministerial, sobre Cultura, Recursos Hídricos, Economia, Meio Ambiente, Assuntos Sociais e Relações Exteriores. No campo da cooperação cultural, foi criada a Biblioteca ASPA e o Instituto de Pesquisa sobre a América do Sul, sediado no Marrocos.

Nota à Imprensa. “II Cúpula América do Sul-Países Árabes”. Brasília, 28 de março de 2009.

* * *

Queremos dar passos concretos e duradouros para consolidar a cooperação entre o Mundo Árabe e a América do Sul. Estamos reduzindo distâncias físicas, aproximando visões de mundo e integrando povos e culturas. Para isso, fortalecemos o intercâmbio econômico e comercial, estabelecemos ligações aéreas, lançamos projetos de cooperação técnica no combate à desertificação e vamos construir a Biblioteca ASPA, em Argel. Paralelamente,

teremos em Tanger um centro de pesquisas sul-americano. Vamos aproveitar a complementaridade entre nossos países para explorar as possibilidades de uma economia que cada vez mais se internacionaliza. O crescimento acelerado do intercâmbio birregional confirmou o que já sabíamos: o enorme potencial do comércio Sul-Sul. Entre a América do Sul e os países árabes, as trocas saltaram de US\$ 11 bilhões em 2004, para US\$ 30 bilhões no ano passado, um aumento de 170% em somente quatro anos.

Discurso do Presidente Lula na sessão de abertura da 2ª Cúpula América do Sul-Países Árabes. Doha, 31 de março de 2009.

ARÁBIA SAUDITA

Trata-se da primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro àquele país. (...) A Arábia Saudita foi, em 2008, o maior parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio. O intercâmbio comercial entre os dois países mais que quadruplicou desde 2002. No ano passado, chegou a US\$ 5,47 bilhões (exportações brasileiras de US\$ 2,56 bilhões e importações de US\$ 2,91 bilhões).

Nota à Imprensa. “Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Arábia Saudita”. Brasília, 15 de maio de 2009.

* * *

Podemos iniciar uma relação de novo tipo, que inclua a efetiva transferência tecnológica para a modernização da indústria local. (...) Temos grande expectativa de receber investimentos sauditas no setor do agronegócio. O Brasil já é um importante fornecedor de alimentos e matérias-primas para a Arábia Saudita, mas pode se tornar também um parceiro estratégico para a segurança alimentar deste país. (...) Para aqueles que têm receio das distâncias, ou do desconhecido, é bom lembrar o exemplo dos imigrantes árabes que vieram tentar a sorte no Brasil e lá foram acolhidos calorosamente. A comunidade árabe conquistou merecido espaço em todos os segmentos da sociedade brasileira. Apesar dos

problemas históricos distintos, estou convencido de que o Brasil e a Arábia Saudita são países que devem aproveitar suas complementaridades. Temos metas semelhantes e podemos trabalhar juntos em benefício de nossos povos.

Discurso do Presidente Lula por ocasião de almoço na Câmara de Comércio na Arábia Saudita. Riade, 17 de maio de 2009.

IRAQUE

No que se refere à situação no Iraque, ambas as partes [Brasil e Jordânia] manifestaram seu apoio aos esforços para alcançar a reconciliação nacional e a estabilidade no país. Os dois lados também enfatizaram a necessidade de inclusão de todos os setores da sociedade iraquiana no processo político, a fim de construir um Iraque seguro, estável e unido.

Comunicado Conjunto por ocasião da visita ao Brasil do Rei da Jordânia, Abdullah II. Brasília, 23 de outubro de 2008.

* * *

O Governo brasileiro recebeu, com profunda consternação, a notícia dos atentados terroristas ocorridos no Iraque nesta terça-feira, 8 de dezembro, que deixaram grande número de mortos e feridos. Um dos ataques, perpetrado contra o Tribunal Civil de Karkh, atingiu as instalações onde funcionará, no futuro, a Embaixada do Brasil em Bagdá, provocando danos materiais. Ao reiterar seu repúdio a todas as formas de terrorismo, o Governo brasileiro manifesta suas mais sinceras condolências e oferece sua solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao Governo do Iraque.

Nota à Imprensa. “Atentados no Iraque”. Brasília, 8 de dezembro de 2009.

ISRAEL

O Governo brasileiro deplora a incursão militar terrestre israelense na Faixa de Gaza, que tende a agravar ainda mais o conflito israelo-palestino. Reiterando declarações anteriores em que conclama ambas as partes a se absterem de atos de violência, o Governo brasileiro apóia os esforços, inclusive no Conselho de Segurança da ONU, por um cessar-fogo imediato, de modo a permitir a pronta retomada do processo de paz. A realização de uma conferência internacional em seguimento à reunião de Annapolis, conforme proposta feita pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, constituiria passo importante para o restabelecimento da paz na região, com base no reconhecimento do direito de constituição do Estado palestino e da existência de Israel em condições de segurança.

Nota à Imprensa. “Ofensiva terrestre israelense em Gaza”. Brasília, 3 de janeiro de 2009.

* * *

Exortamos o novo Governo de Israel a engajar-se inteiramente no processo de paz. Devem ser imediatamente interrompidos os graves obstáculos à solução da coexistência dos dois Estados, de que são exemplos a expansão dos assentamentos por Israel e o freqüente uso da força. Mais do que nunca, a persuasão por parte da comunidade internacional é um ingrediente essencial para atingir a paz. O Brasil acredita que todos os atores relevantes na região que estejam preparados para agir de forma construtiva devem ter uma chance de participar do processo. Incorporar às discussões países em desenvolvimento de fora da região também daria mais legitimidade e traria novas ideias às conversações de paz. O Brasil encoraja a convocação de uma conferência em seguimento à reunião de Annapolis.

Discurso proferido pelo Ministro Celso Amorim na Conferência Internacional em Apoio à Economia Palestina para a Reconstrução de Gaza. Sharm el-Sheikh, 2 de março de 2009.

* * *

A visita do Presidente Peres, cujos esforços em prol do processo de paz israelo-palestino valeram-lhe o Prêmio Nobel da Paz em 1994, é a primeira de um Chefe de Estado israelense ao Brasil desde que o Presidente Zalman Shazar esteve no Brasil, em julho de 1966. (...) A visita ocorre em momento de especial estreitamento das relações bilaterais, tradicionalmente alicerçada na presença de uma expressiva e atuante comunidade judaica no Brasil. O Ministro Celso Amorim realizou três visitas a Israel, em 2005, 2008 e janeiro de 2009, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros Avigdor Lieberman esteve no Brasil em julho passado. Nos últimos anos, o relacionamento Brasil-Israel fortaleceu-se com o crescente intercâmbio comercial, que atingiu patamar histórico de US\$ 1,6 bilhão em 2008 - mais de três vezes superior ao que era em 2002 - , e com o desenvolvimento da cooperação bilateral nos campos cultural e científico-tecnológico. Em 2007, foi firmado acordo de livre comércio entre o Mercosul e Israel, o primeiro do bloco com um parceiro extrarregional.

Nota à Imprensa. “Visita ao Brasil do Presidente de Israel, Shimon Peres”. Brasília, 9 de novembro de 2009.

* * *

A visita do presidente Shimon Peres ao Brasil é uma extraordinária oportunidade para renovarmos a nossa antiga amizade. Amizade que data do nascimento do Estado de Israel, que foi reiterada quando Oswaldo Aranha presidiu a histórica sessão das Nações Unidas, em 1947, quando se aprovou a criação do Estado de Israel. Naquele momento, a comunidade internacional apostou na paz para o Oriente Médio, castigado por tantas aventuras coloniais. Apostou na promessa de prosperidade para seus povos. Essa também foi nossa aposta, a aposta brasileira, da diplomacia brasileira. A paz no Oriente Médio é esperança de todos. Os interlocutores estão identificados, as dificuldades são conhecidas, e as soluções existem. Mas a paz e a reconciliação somente serão alcançadas pelo diálogo e pela negociação. Repudiamos todos os atos de terrorismo praticados sob qualquer pretexto, por quem quer que seja.

Declaração à Imprensa do Presidente Lula por ocasião da visita do Presidente de Israel, Shimon Peres. Brasília, 11 de novembro de 2009.

* * *

O Governo brasileiro recebeu com profunda preocupação a notícia de que o Governo israelense aprovou a construção de 900 novas casas no assentamento de Gilo, localizado em Jerusalém Oriental. A decisão do Governo israelense de expandir assentamento situado em território palestino viola resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas a respeito do tema e contraria as obrigações assumidas por Israel no âmbito do “Mapa do Caminho”. Representa um duro golpe nos esforços internacionais que visam à retomada do processo de paz na região e constitui novo obstáculo à consecução do objetivo de um futuro Estado palestino geograficamente coeso e economicamente viável. O Governo brasileiro conclama o Governo de Israel a rever a decisão anunciada, de modo a ampliar as condições políticas necessárias para que israelenses e palestinos voltem à mesa de negociações, com vistas a alcançar um acordo que viabilize a solução de dois Estados.

Nota à Imprensa. “Expansão de Assentamento na Cisjordânia”. Brasília, 19 de novembro de 2009.

LÍBANO

O Governo brasileiro acompanha com grande preocupação o agravamento da tensão política no Líbano, que já provocou a morte de pelo menos onze pessoas, em sua maioria civis, em enfrentamentos entre grupos rivais desde o dia 7 de maio. O Brasil, ao conclamar as diferentes forças políticas libanesas ao diálogo e à abstenção do uso da força, reitera seu firme respaldo ao Governo libanês em seus esforços para defender a ordem pública, a independência, a soberania, a integridade territorial e a unidade do Líbano, nos termos das Resoluções 1559 e 1701 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Governo brasileiro reafirma seu apoio aos esforços da comunidade internacional com vistas à superação do impasse político no país, com base na Iniciativa da Liga Árabe. O Ministério das Relações Exteriores

está acompanhando atentamente a situação da comunidade brasileira no Líbano, para tomar as providências de assistência que se façam necessárias.

Nota à Imprensa. “Situação no Líbano”. Brasília, 9 de maio de 2008.

* * *

O Governo brasileiro saúda a formação de novo Gabinete Ministerial no Líbano, anunciada em 10 de novembro. O Governo brasileiro confia que o novo Gabinete, liderado pelo Presidente do Conselho de Ministros, Senhor Saad Hariri, terá plenas condições de promover a união nacional e fortalecer a soberania, a independência e a unidade do Líbano, com o apoio de todas as forças políticas do país. O Brasil manifesta a expectativa de que, sob o novo Gabinete, o Líbano possa continuar no caminho do desenvolvimento e do progresso, e que Brasil e Líbano possam aprofundar a profícua cooperação bilateral, em benefício dos povos brasileiro e libanês.

Nota à Imprensa. “Formação do novo Gabinete Ministerial no Líbano”. Brasília, 12 de novembro de 2009.

QUESTÃO PALESTINA

Enquanto não se resolver o problema da Palestina, nenhum dos outros problemas será resolvido. É claro que não podemos esperar que o problema da Palestina seja resolvido para que outros, como o diálogo ou a paz no Líbano, sejam encontrados. Porém sabemos que a solução profunda para os problemas do Oriente Médio está na situação do povo palestino. Situação que é reconhecida mundialmente – e nos alegra ver líderes de todas as partes do mundo reconhecerem a necessidade do Estado palestino, condenarem a ocupação dos territórios na Palestina e, ao mesmo tempo, resolverem da maneira que a Liga Árabe tem proposto: o reconhecimento de dois Estados, com os problemas e as questões de Israel.

Discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião da Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Cúpula América do Sul-Países Árabes. Buenos Aires, 20 de fevereiro de 2008.

* * *

É indispensável que a Resolução 1860 seja plenamente implementada. A ajuda humanitária e o comércio normal e legítimo devem circular livremente em Gaza. Pré-condições para o cumprimento de uma decisão do Conselho de Segurança não são aceitáveis. O Brasil recebe com satisfação a disposição das forças políticas palestinas em formar um governo de reconciliação. (...) Na minha visita à região durante o conflito, entreguei, em nome do povo brasileiro, 14 toneladas de alimentos e remédios para aliviar a situação humanitária em Gaza. Esse não foi um evento isolado. Nas conferências de doadores de Estocolmo e Paris, o Brasil contribuiu com um total de US\$10,5 milhões. A nossa colaboração em Paris foi a maior já feita pelo Brasil e uma das mais altas realizadas por países em desenvolvimento não-islâmicos. (...) Hoje tenho a honra de anunciar que o Governo brasileiro decidiu doar mais US\$10 milhões para a reconstrução de Gaza.

Discurso proferido pelo Ministro Celso Amorim na Conferência Internacional em Apoio à Economia Palestina para a Reconstrução de Gaza. Sharm el-Sheikh, 2 de março de 2009.

* * *

Não podemos ficar insensíveis ao sofrimento do povo palestino. Não é possível que depois de tantos anos de negociações, freqüentemente interrompidas por ações militares, não tenhamos ainda um Estado palestino coeso e economicamente viável. É importante que o novo governo de Israel se engaje firmemente no processo de paz, com base nos acordos anteriormente alcançados e no plano árabe de paz. Por essa razão continuarei a defender, como fiz na Assembleia Geral das Nações Unidas de 2006, a convocação de uma conferência de paz com ampla representação, que inclua países em desenvolvimento. Aplaudimos também os esforços para a reconciliação

interpalestina. Não haverá solução para os graves problemas do Oriente Médio sem a participação de todos os atores relevantes. A reunião de Annapolis foi um primeiro passo na direção de um debate transparente e democrático sobre os rumos da paz na região. Precisamos lograr soluções que permitam reunir todas as partes envolvidas nos conflitos que sacodem o Oriente Médio, respeitadas as resoluções das Nações Unidas e o Direito internacional.

Discurso do Presidente Lula na sessão de abertura da 2ª Cúpula América do Sul-Países Árabes. Doha, 31 de março de 2009.

* * *

A paz justa e duradoura na região depende do estabelecimento de um Estado palestino próspero, coeso e sem restrições, que garanta a segurança de Israel e que tenha seus direitos e os de sua população respeitados. A comunidade internacional não pode se conformar com menos do que isso. A expansão dos assentamentos na Cisjordânia deve ser congelada. As fronteiras do futuro Estado palestino devem ser preservadas. Os palestinos devem ter maior liberdade de circulação nos Territórios Palestinos Ocupados. A situação humanitária na Faixa de Gaza é insustentável. A dignidade humana não pode continuar a ser ignorada. O Brasil acredita que não se chegará ao entendimento por meio da exclusão e do isolamento. Advogamos o diálogo com todas as partes que genuinamente querem construir um futuro melhor para as próximas gerações.

Declaração à Imprensa do Presidente Lula por ocasião da visita do Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas. Salvador, 20 de novembro de 2009.

SÍRIA

O Governo brasileiro recebeu, com grande satisfação, a notícia do estabelecimento de relações diplomáticas plenas entre o Líbano e a Síria, nos

termos anunciados por ocasião da recente visita do Presidente libanês, Michel Sleimane, a Damasco. O Brasil, que abriga, com orgulho, as mais numerosas comunidades de origem síria e libanesa no exterior, saúda a aproximação entre os dois países e povos irmãos e manifesta sua expectativa de que o gesto contribua decisivamente para promover a estabilidade e o progresso de ambas as partes.

Nota à Imprensa. “Estabelecimento de relações diplomáticas plenas entre Síria e Líbano”. Brasília, 25 de agosto de 2008.

* * *

O Brasil começou a ter diálogo com a Síria muito antes de vários países ocidentais o fazerem. Hoje em dia, há quase que uma romaria a Damasco porque todos reconhecem que a Síria vai ter um papel importante porque é dos poucos países árabes que têm influência no Hamas, por exemplo. Você só poderia influenciar o comportamento do Hamas de duas maneiras: ou aceitando o Hamas na mesa de negociação, que talvez algum dia acabe acontecendo, ou através daqueles que têm influência no Hamas. A Síria é um desses países.

Discurso do Ministro Celso Amorim na reunião sobre “Política Externa, Diálogo Social e Participação Cidadã”, promovida pela Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília, 13 de maio de 2009.



Nações Unidas

REFORMA DA ONU – GERAL

As Nações Unidas são o único espaço político que incorpora todos os diferentes sistemas de valores. Há consenso entre os BRICs de que é fundamental levar a bom termo um processo abrangente de reforma da ONU, de modo a mantê-la no centro da ordem mundial que desejamos. Postergar indefinidamente a reforma, inclusive a do Conselho de Segurança, agravará o risco de erosão de sua autoridade.

“Os BRICs e a Reorganização do Mundo”. Artigo do Ministro Celso Amorim no jornal Folha de São Paulo. Brasília, 8 de junho de 2008.

* * *

A reforma das Nações Unidas é peça-chave da agenda de mudanças. O multilateralismo é a expressão normativa da multipolaridade. O mundo multipolar que emerge neste século deve encontrar seu paralelismo lógico no reforço das instituições multilaterais.

“Por uma nova arquitetura internacional”. Palestra do Ministro Celso Amorim como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 5 de janeiro de 2009.

* * *

Nossos desafios clamam por reformas da governança global. As estruturas decisórias de certos órgãos da própria ONU e das instituições de Bretton Woods – adotadas há mais de 60 anos - estão ultrapassadas. Não mais refletem a atual realidade econômica e política. As estruturas atuais são deficientes em termos tanto de legitimidade como de eficácia.

Discurso do Ministro Celso Amorim na Conferência das Nações Unidas sobre a Crise Financeira e Econômica Mundial e seu Impacto sobre o Desenvolvimento. Nova York, 26 de junho de 2009.

* * *

Não é possível que, passados 65 anos, o mundo continue a ser regido pelas mesmas normas e valores dominantes quando da conferência de Bretton Woods. Não é possível que as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança sejam regidos pelos mesmos parâmetros que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Vivemos um período de transição no âmbito internacional. Caminhamos em direção ao mundo multilateral. Mas também multipolar, seguindo as experiências de integração regional, como ocorre na América do Sul com a constituição da UNASUL. Esse mundo multipolar não será conflitante com as Nações Unidas. Ao contrário. Poderá ser um fator de revitalização da ONU. De uma ONU com a autoridade política e moral para solucionar os conflitos do Oriente Médio, garantindo a coexistência de um Estado Palestino com o Estado de Israel; de uma ONU que enfrente o terrorismo sem estigmatizar etnias e religiões, mas atacando suas causas profundas e promovendo o diálogo de civilizações; de uma ONU que assuma a ajuda efetiva a países – como o Haiti – que buscam reconstruir sua economia e seu tecido social depois de haver recuperado a estabilidade política; de uma ONU que se

comprometa com o Renascimento africano que hoje assistimos; de uma ONU capaz de adotar políticas eficientes de preservação e ampliação dos Direitos Humanos; de uma ONU que possa avançar no caminho do desarmamento estabelecendo um real equilíbrio entre este e a não-proliferação; de uma ONU que lidere cada vez mais as iniciativas para preservar o ambiente; de uma ONU que, por meio do ECOSOC, incida nas definições sobre o enfrentamento da crise econômica; de uma ONU suficientemente representativa para enfrentar as ameaças à paz mundial, por meio de um Conselho de Segurança renovado, aberto a novos membros permanentes.

Discurso do Presidente Lula durante a abertura do debate geral da LXIV Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova York, 23 de setembro de 2009.

CONSELHO DE SEGURANÇA

Os contornos essenciais da presente ordem multilateral foram definidos na década de 1940. Trata-se agora de redefinir o papel dos países em desenvolvimento nessa ordem institucional que completa mais de seis décadas de existência. Nesse contexto se insere o empenho do Brasil e de seus parceiros do G-4 em favor de uma reforma justa e abrangente das Nações Unidas, incluindo a expansão no número dos assentos permanentes do Conselho de Segurança. Em 1945, a ONU possuía 50 Estados-membros. Hoje, são 192 países. O status quo no Conselho de Segurança não é sustentável. Mais membros permanentes, sobretudo do mundo em desenvolvimento, contribuirão para uma maior democratização do Conselho. Será sempre um desafio conciliar ideais de igualdade e democracia com a necessidade prática de se ter um Conselho eficaz, que possa agir com a rapidez exigida pelas circunstâncias. A reforma do Conselho terá assim que encontrar um difícil equilíbrio entre critérios de representatividade e eficácia.

“Criação e Inovação na Política Externa Brasileira”. Conferência do Ministro Celso Amorim na Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia

(COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 25 de abril de 2008.

* * *

As Nações Unidas discutem há quinze anos a reforma do Conselho de Segurança. A estrutura vigente, congelada há seis décadas, responde cada vez menos aos desafios do mundo contemporâneo. Sua representação distorcida é um obstáculo ao mundo multilateral que todos nós almejamos. Considero, nesse sentido, muito auspiciosa a decisão da Assembleia Geral de iniciar prontamente negociações relativas à reforma do Conselho de Segurança.

Discurso do Presidente Lula na abertura do debate geral da 63ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova York, 23 de setembro de 2008.

* * *

A reforma da ONU, em particular de seu Conselho de Segurança, decorre da necessidade de aumentar a legitimidade, transparência e representatividade nas suas decisões. Mesmo sem resolver todos os problemas (como o do veto, por exemplo), um Conselho ampliado enviaria aos Estados-membros uma mensagem de confiança na capacidade da ONU de se adaptar aos novos tempos.

“Por uma nova arquitetura internacional”. Palestra do Ministro Celso Amorim como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 5 de janeiro de 2009.

* * *

O Brasil foi eleito hoje, 15 de outubro, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, para mandato de dois anos como membro não-permanente do Conselho de Segurança (de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2011). O Brasil contou com 182 votos de um total de 183 países votantes. O

Brasil ocupará pela décima vez um assento eletivo no Conselho – frequência só igualada pelo Japão. (...) Nos termos da Carta das Nações Unidas, o Conselho de Segurança tem a responsabilidade primária de zelar pela paz e segurança internacionais e o poder de determinar a “existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão” (artigo 39). O Conselho é quem decide quais medidas serão tomadas para combater essas ameaças – inclusive por meio do estabelecimento de operações de manutenção da paz. As prioridades do País como membro eleito do Conselho incluem a estabilidade no Haiti, a situação na Guiné-Bissau, a paz no Oriente Médio, os esforços em favor do desarmamento, a promoção do respeito ao Direito Internacional Humanitário, a evolução das operações de manutenção da paz e a promoção de um enfoque que articule a defesa da segurança com a promoção do desenvolvimento socioeconômico. Membro fundador da ONU, o Brasil tem longa tradição de contribuir para as operações de manutenção da paz. Em 1956, tropas brasileiras foram enviadas à primeira Força de Emergência das Nações Unidas em Suez (UNEF I). Desde então, o Brasil participou de mais de 30 operações de paz das Nações Unidas e contribuiu com cerca de 20 mil homens. Atualmente, o Brasil contribui com mais de 1.300 soldados, observadores militares e policiais em três continentes. O maior contingente encontra-se no Haiti, onde um General brasileiro exerce também o comando militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), integrada por 17 países. O Brasil foi membro do Conselho de Segurança em 1946-47, 1951-52, 1954-55, 1963-64, 1967-68, 1988-89, 1993-94, 1998-99 e 2004-05.

Nota à Imprensa. “Eleição do Brasil para o Conselho de Segurança das Nações Unidas”. Brasília, 15 de outubro de 2009.

G-4

[Lula e Merkel] reafirmaram seu entendimento de que a reforma das Nações Unidas e sobretudo do Conselho de Segurança é o elemento central de uma reforma da Governança Global. Concordaram que uma reforma do Conselho de Segurança deverá incluir uma expansão nas categorias de membros permanente e não-permanente, incluindo países em desenvolvimento

e desenvolvidos, a fim de adaptar o Conselho às realidades atuais. O Presidente e a Chanceler Federal concordaram em dar continuidade à estreita cooperação em nível bilateral e no âmbito do G-4 sobre o assunto. Os dois países comprometeram-se a intensificar sua coordenação com outros membros da ONU para obter progresso substantivo na atual sessão da Assembleia Geral.

Comunicado de imprensa conjunto por ocasião da visita à Alemanha do Presidente Lula e de seu encontro com a Chanceler da Alemanha, Angela Merkel. Berlim, 3 de dezembro de 2009.

OPERAÇÕES DE PAZ

O Governo brasileiro acolheu com grande satisfação a extensão, até 26 de fevereiro de 2009, do mandato da Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMIT). Adotada por unanimidade, a Resolução 1802 (2008) do Conselho de Segurança significou importante reiteração do compromisso da comunidade internacional com Timor-Leste. Ao defender no Conselho de Segurança, em 22 de fevereiro último, a extensão da Missão, a Embaixadora do Brasil na ONU assinalou os progressos obtidos no fortalecimento da democracia timorense e na reconciliação nacional e sublinhou que o Brasil está plenamente comprometido com o desenvolvimento e a estabilidade de longo prazo de Timor-Leste. O Governo brasileiro considera que as Nações Unidas devem permanecer em Timor-Leste pelo tempo necessário à construção de um Estado nacional e reafirma o compromisso de continuar a colaborar para a consolidação de um Estado timorense soberano, estável, democrático, seguro e próspero. O Brasil reafirma sua condenação aos ataques perpetrados contra o Presidente José Ramos-Horta e o Primeiro-Ministro Xanana Gusmão e reitera os votos para a pronta recuperação do Presidente timorense.

Nota à Imprensa. “Extensão do mandato da Missão das Nações Unidas em Timor-Leste”. Brasília, 27 de fevereiro de 2008.

MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI (MINUSTAH)

O Brasil não entrou no Haiti por causa do Conselho de Segurança. O Brasil entrou no Haiti porque interessa ao País ajudar um Estado com o qual temos muitas afinidades culturais e étnicas, o primeiro Estado a abolir a escravidão nas Américas e um Estado que estava correndo o risco de virar um narco-Estado. Assim, agimos dentro do mandato das Nações Unidas. Estamos contribuindo para o desenvolvimento do Haiti. Pela primeira vez, há uma missão no Haiti que não se preocupa só com o aspecto da segurança (...) mas com o desenvolvimento do Haiti. E isso é algo sobre o qual o Brasil tem uma influência, creio eu, positiva, reconhecida pelo próprio Préval, eleito pela maioria da população, de uma maneira, para os padrões haitianos, até muito tranqüila.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim ao programa *Roda Viva*. São Paulo, 24 de março de 2008.

* * *

Um exemplo de nossa solidariedade com os países mais vulneráveis da região é o nosso compromisso com o Haiti. Decidimos integrar a Missão de Estabilização das Nações Unidas naquele país caribenho, assumindo o comando militar da operação. Adotamos um enfoque multidimensional – inovador em Operações de Paz da ONU – que, sem descuidar da segurança, tem enfrentado, apesar das grandes dificuldades, as causas políticas e sociais da instabilidade. O Brasil não podia permanecer alheio a uma situação de verdadeira falência do Estado no Haiti, com provável repercussão em toda a região. Moveu-nos uma solidariedade ativa, ou seja, a não-indiferença.

“Criação e Inovação na Política Externa Brasileira”. Conferência do Ministro Celso Amorim na Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 25 de abril de 2008.

* * *

O Brasil fez uma clara opção pelo multilateralismo. A contribuição brasileira à MINUSTAH no Haiti constitui uma demonstração concreta desse compromisso. Reflete a nossa “não-indiferença” diante de uma situação difícil por que atravessa uma nação com a qual temos muitas afinidades. Coaduna-se, ademais, com a tradição brasileira de colaborar com as operações de paz da ONU, com base nos princípios de ação coletiva para prevenir ameaças à paz e à segurança internacionais.

“Por uma nova arquitetura internacional”. Palestra do Ministro Celso Amorim como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 5 de janeiro de 2009.

* * *

O Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou ontem, 13 de outubro, a Resolução 1892, que renova o mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), até 15 de outubro de 2010. A resolução foi adotada por unanimidade, o que reitera o entendimento da comunidade internacional de que a presença das Nações Unidas no Haiti continua sendo fundamental para o restabelecimento da segurança e da ordem político-institucional no país e para o lançamento de bases sustentáveis de desenvolvimento econômico-social. O Brasil tem com o Haiti um compromisso de longo prazo. Há 1.266 militares brasileiros na MINUSTAH (de um total de quase sete mil, oriundos de 17 países). O Comando militar da operação - função ocupada por brasileiros desde seu estabelecimento, em 2004 - atualmente é exercido pelo General Floriano Peixoto.

Nota à Imprensa. “Renovação do mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti”. Brasília, 14 de outubro de 2009.

CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL (ECOSOC)

Frente importante é a reativação do Conselho Econômico e Social da ONU, o ECOSOC. O presidente Lula foi muito enfático ao pedir ao

secretário-geral Ban Ki-Moon a convocação de reunião extraordinária do ECOSOC. É importante que um órgão multilateral da ONU esteja envolvido nesta discussão da crise econômica. É preciso ter uma visão global e debater num grande fórum internacional. Depois, na hora de tomar medidas concretas, entram o FMI e o Banco Mundial.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim ao jornal *O Globo*. Nova York, 29 de setembro de 2008.

* * *

O Brasil pode contribuir para que a correlação de forças no âmbito global seja mais equilibrada e democrática. Pode também atuar, em conjunto com outros parceiros, para que a governança mundial esteja pautada por regras mais equitativas, firmemente alicerçadas no sistema multilateral. Não foi por outro motivo que o Presidente Lula propôs convocar uma reunião do ECOSOC para discutir a crise financeira em todos os seus aspectos. A ONU continua sendo o fórum mais democrático e representativo para o tratamento dos temas globais.

“Por uma nova arquitetura internacional”. Palestra do Ministro Celso Amorim como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 5 de janeiro de 2009.

COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ

Os africanos não precisam de atitudes paternalistas, mas de parcerias para realizar as potencialidades de seus vastos recursos naturais e humanos. (...) É com essa visão abrangente que o Brasil atua em prol de Guiné Bissau na Comissão de Construção da Paz. Defendemos projetos que enfrentem as causas profundas da instabilidade e da violência naquele país. Precisamos eliminar as barreiras comerciais que impedem o desenvolvimento do enorme potencial agrícola de muitos países africanos.

Discurso do Presidente Lula durante evento de alto nível da ONU sobre o desenvolvimento da África. Nova York, 22 de setembro de 2008.

* * *

Outro bom exemplo dessa vocação multilateralista é a assistência que temos procurado dar a Guiné-Bissau na Comissão de Construção da Paz, na qualidade de país-coordenador. Tentamos ajudar um país irmão da CPLP e, ao mesmo tempo, chamar a atenção da comunidade internacional para os problemas africanos, que ocupam a maior parte dos trabalhos do Conselho de Segurança.

“Por uma nova arquitetura internacional”. Palestra do Ministro Celso Amorim como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 5 de janeiro de 2009.

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

Ambas as Partes [Brasil e União Europeia] reafirmam a importância do Tribunal Penal Internacional na prevenção de crimes contra a humanidade, crimes de guerra e genocídios, na luta contra a impunidade e na conquista de paz e reconciliação duradouras.

Plano de Ação Conjunto da II Reunião de Cúpula Brasil-União Europeia. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2008.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA

O Governo brasileiro recebeu com grande satisfação a eleição hoje, 6 de novembro, do Professor brasileiro Antônio Augusto Cançado Trindade para o cargo de juiz da Corte Internacional de Justiça (CIJ), com mandato de nove anos, a partir de 2009. O Professor Cançado Trindade recebeu o

apoio de 163 membros da Assembleia Geral das Nações Unidas, onde foi o candidato mais votado, e de 14 membros do Conselho de Segurança. A votação do Professor Cançado Trindade na Assembleia Geral foi a maior da história das eleições para a Corte. (...) Sua eleição para a CIJ é um reconhecimento da importante trajetória do Professor Cançado Trindade no campo do Direito Internacional e da tradição jusinternacionalista do Brasil, que remonta à participação de Rui Barbosa na Conferência da Haia. A CIJ é o principal órgão judiciário das Nações Unidas, com sede na Haia, Países Baixos. Sua função é deliberar sobre questões jurídicas entre Estados e responder a consultas de órgãos ou agências especializadas da ONU. O Professor Cançado Trindade será o quinto brasileiro a integrar o corpo de juízes da Corte, tendo sido precedido pelos Doutores Francisco Rezek (1996-2006), José Sette Câmara (1979-1988), Levi Fernandes Carneiro (1951-1955) e José Philadelpho de Barros e Azevedo (1946-1951).

Nota à Imprensa. “Eleição do Professor Antônio Augusto Cançado Trindade para a Corte Internacional de Justiça”. Brasília, 6 de novembro de 2008.



Comércio Internacional

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC) – GERAL

Se nós olharmos o conjunto dos instrumentos multilaterais de que dispomos, a OMC é um dos mais evoluídos. Não é, claro, tão evoluído como gostaríamos, mas é um dos mais evoluídos. Vejam bem: quando nós comparamos com os outros organismos econômicos, como o FMI ou o Banco Mundial – nesses organismos há votação ponderada, o que já distorce totalmente o quadro. Na OMC, as decisões têm de ser tomadas por consenso. Em teoria, qualquer país pode impedir ou dificultar uma ação da OMC. (...) A primeira razão para nós termos tanto apego à OMC é que ela faz parte dessa construção multilateral que sempre foi o objetivo da política externa brasileira. Eu diria até que, com maior ou menor ênfase, independentemente de suas políticas (...), os Governos (no Brasil) têm tido esse objetivo: fortalecer esse sistema multilateral para não ficar à mercê da lei da selva, digamos assim, que, na prática, em larga medida, existia antes da criação da OMC. Não de maneira absoluta, como eu disse, porque havia o GATT, mas em larga medida. Esse é um ponto importante.

Palestra proferida pelo Ministro Celso Amorim aos alunos do Instituto Rio Branco. Brasília, 6 de agosto de 2008.

* * *

A OMC é fundamental para nosso projeto, para nosso desejo, para nossa constante busca do reforço do multilateralismo. Isso não é uma política do Governo Lula, não foi uma política do Governo passado, não foi uma política do Governo em que eu servi como Ministro, essa tem sido uma política do Governo brasileiro ao longo do tempo. As ênfases podem ter variado, de acordo com a época, de acordo com a maneira de conduzir as ações concretas, mas essa é uma preocupação permanente. (...) Nós somos defensores da multipolaridade. O multilateralismo é a expressão normativa da multipolaridade. O mundo multipolar, ou multicêntrico – as duas expressões são um contra-senso, do ponto de vista da metáfora geométrica – encontra sua expressão normativa no reforço do sistema multilateral e das instituições multilaterais. Dentro das instituições multilaterais, eu diria que a OMC é provavelmente uma das mais eficientes, se não a mais eficiente que existe.

Palestra proferida pelo Ministro Celso Amorim na abertura do Seminário Comemorativo dos 10 anos do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Rio de Janeiro, 2 de setembro de 2008.

* * *

A OMC é um ativo importante, mas pode perder a relevância caso os membros não estejam preparados para investir o capital político necessário para equipá-la para a agenda do século XXI, uma agenda que estará inevitavelmente ligada ao desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões. (...) Ainda enfrentamos os efeitos de uma das mais severas contrações econômicas da história. A crise teve origem nos países ricos, mas os mais pobres estão pagando o maior preço. Apesar de as disciplinas da OMC ajudarem a prevenir a disseminação ampla do protecionismo, as ações defensivas que surgiram após a crise ainda podem transformar-se em consideráveis forças desagregadoras.

Pronunciamento do Ministro Celso Amorim na VII Reunião Ministerial da OMC. Genebra, 30 de novembro de 2009.

SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NA OMC

Recorremos ao sistema de resolução de controvérsias na OMC e ganhamos o caso do algodão contra os EUA e do açúcar na UE. A Rodada não teria avançado o que avançou se o Brasil não tivesse dado estes passos. O que não se pode é cobrar dos países em desenvolvimento um preço irrealista pelas concessões a fazer na agricultura, especialmente nos subsídios agrícolas. Até porque, não adianta nada o Brasil aceitar e a Índia e a Argentina, não. O Brasil tem obrigação de buscar uma conclusão que atenda a todos estes países.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim ao “Jornal do Brasil”. Rio de Janeiro, 26 de junho de 2008.

* * *

O Brasil já teve ações na OMC, iniciadas há muito tempo. No caso dos Estados Unidos, há uma que já está em fase final, de determinação do valor da retaliação. Esse processo tem caminhado normalmente. Se, no contexto de Doha conseguirmos uma negociação adequada sobre o algodão, seria muito melhor. Não teríamos que acionar esse mecanismo das retaliações. É o que estamos tentando. Não é que eu tenha feito uma ameaça. Esse processo da retaliação já está andando há muito tempo. O que existe é o contrário, é um estímulo. Demos um estímulo para os Estados Unidos fazerem um acordo sobre o algodão, que beneficia não só o Brasil, mas como alguns países africanos muito pobres. Se houver o acordo, as retaliações provavelmente serão desnecessárias. É mais um estímulo do que uma ameaça.

Entrevista do Ministro Celso Amorim ao programa de rádio Bom dia Ministro. Brasília, 7 de agosto de 2008.

RODADA DOHA

Não é que Doha vá resolver todos os problemas, mas, certamente, vai encaminhá-los positivamente. E a eliminação dos subsídios à importação e a redução substancial dos subsídios internos é algo muito positivo para todos,

inclusive para que os países passem a gastar dinheiro nas coisas que eles deveriam estar gastando, em programas sociais, em programas de ciência e tecnologia, úteis para a sua própria agricultura. Estou falando dos ricos, para não falar dos pobres, e, evidentemente, a conclusão da Rodada vai permitir que países na África, na América do Sul, na Ásia, possam fazer valer as suas vantagens comparativas e ter mais recursos para os seus programas de desenvolvimento.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim ao programa Roda Viva. São Paulo, 24 de março de 2008.

* * *

É inestimável a importância de um resultado da Rodada que seja orientado a promover o desenvolvimento. É crucial restabelecer a confiança neste momento crítico por que passa a economia internacional. Crucial em particular para a credibilidade e a relevância da OMC. Tomando apenas um exemplo dentre os muitos citados hoje aqui, como a crise dos alimentos, está fora de dúvida que eliminar ou reduzir substancialmente os subsídios faria muito para evitar a disseminação da pobreza e da fome no mundo. (...) O Brasil tem um interesse central no sistema multilateral de comércio e em sua Rodada do Desenvolvimento. O Presidente Lula disse repetidamente que o Brasil fará sua parte, desde que os outros – e especialmente os países ricos - façam também a sua parte. Acho que um acordo é possível, mas requererá muito trabalho árduo. Devemos manter a ambição e também o realismo, devemos acima de tudo ter a visão clara do que está acontecendo e não acreditar em mitos que às vezes nós mesmos criamos.

Discurso do Ministro Celso Amorim na Reunião Informal do Comitê de Negociações Técnicas da OMC. Genebra, 21 de julho de 2008.

* * *

A falta de consenso para a conclusão da Rodada de Doha, em Genebra, não é sinônimo de paralisia. Embora o acordo não tenha sido fechado, avançamos em vários pontos. Temos o dever de continuar a buscar

consensos para concluir a Rodada, que poderá trazer extraordinários benefícios para os países em desenvolvimento, sobretudo os mais pobres. A ausência de acordo na OMC – ou seja, o status quo – afeta de modo mais grave os países pobres, porque as barreiras e os subsídios à agricultura privam as populações daqueles países da oportunidade de competir no mercado mundial. Atrasam, assim, o seu desenvolvimento. Enquanto houver uma fresta de esperança de obtermos um resultado justo e equilibrado, o Brasil seguirá lutando.

Discurso do Ministro Celso Amorim na XII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul. Montevideu, 18 de agosto de 2008.

* * *

No comércio internacional, os países em desenvolvimento continuam sendo penalizados por subsídios e barreiras protecionistas que prejudicam suas exportações e, muitas vezes, seu próprio abastecimento interno. A remoção dos injustos entraves ao comércio de produtos e serviços de interesse dos países pobres, sobretudo em agricultura, é vital para o desenvolvimento, o combate à pobreza, a inclusão social e a proteção do meio ambiente. As negociações da Rodada Doha na OMC sintetizam os riscos sistêmicos a que estamos sujeitos se abandonamos a via multilateral ou se negligenciamos os efeitos desastrosos que certas políticas em países abastados têm sobre o bem-estar de milhões de pessoas no resto do mundo. Um comércio mais livre, que leve em conta as diferenças de desenvolvimento, deve ser um instrumento de melhor distribuição da renda em escala mundial. É possivelmente uma das formas mais eficazes para começar a corrigir o déficit de desenvolvimento, reduzindo a desigualdade e avançando na busca de justiça. (...) Sem acordo na OMC, o sistema multilateral de comércio terá dias difíceis pela frente. O protecionismo inevitavelmente recrudescerá. A crise alimentar atingirá proporções mais graves. Haverá fragmentação do comércio. O sistema de regras estáveis, válidas para todos, poderá ser comprometido.

Palestra do Ministro Celso Amorim como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos

Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 5 de janeiro de 2009.

* * *

O fortalecimento do sistema multilateral do comércio favorece ao mesmo tempo a promoção do desenvolvimento em escala global e a construção de uma ordem internacional mais justa e equitativa. A conclusão da Rodada Doha contribuirá para os esforços internacionais com vistas à erradicação da pobreza e da fome. Não é aceitável que, após laboriosas negociações, demandas adicionais sejam feitas pelos países desenvolvidos. É acintoso que os países ricos distribuam mais recursos a seus agricultores ineficientes na forma de subsídios do que ajuda aos países em desenvolvimento.

Discurso do Ministro Celso Amorim na V Conferência Ministerial da Comunidade das Democracias. Lisboa, 12 de julho de 2009.

G-20 COMERCIAL

Na Organização Mundial do Comércio, a atuação do G-20 parte da mesma lógica de mudança estrutural no processo negociador nos foros multilaterais. Até recentemente, uns poucos países ricos decidiam a portas fechadas qual deveria ser o futuro do sistema multilateral de comércio, repartindo direitos e impondo obrigações. Aos demais cabia apenas referendar o acordado. Eram escassas as oportunidades para influir nas decisões. O campo de jogo estava de saída desnivelado. O G-20, criado na preparação da Conferência de Cancún e consolidado no calor dos debates da reunião ministerial, teve um papel didático e mesmo revolucionário nesse aspecto. Em busca de um resultado para a Rodada de Doha que atenda aos legítimos interesses dos países em desenvolvimento, em particular no comércio agrícola, conseguimos alterar uma situação de enorme assimetria decisória. Os países em desenvolvimento passaram a ter influência real no núcleo das negociações.

**“Criação e Inovação na Política Externa Brasileira”.
Conferência do Ministro Celso Amorim na Coordenação**

dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 25 de abril de 2008.

* * *

O G-20, criado no calor da fracassada reunião de 2003 em Cancún, mudou o padrão das negociações na OMC. (...) A Rodada nunca teria avançado tanto, sobretudo em temas de interesse dos países em desenvolvimento, se não fosse a mobilização gerada pelo G-20. Uma das características do G-20 é o fato de incluir países muito diferentes: grandes exportadores agrícolas como o Brasil, a Argentina e a África do Sul; países com fortes interesses em agricultura familiar, como a Índia; ou países de menor desenvolvimento relativo, como a Tanzânia. O ponto comum é que todos são profundamente afetados pelos subsídios distorcivos e pelas políticas protecionistas dos países ricos. (...) A ação do G-20 tem sido propositiva, tecnicamente bem amparada e voltada para resultados. O acordo que foi alcançado na Rodada de Doha, em matéria de agricultura, terá sido em grande parte obra do G-20. A articulação de países do Sul contribuiu para a estabilidade global e para a adoção de regras sistêmicas multilateralmente acordadas.

Palestra como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 5 de janeiro de 2009.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD)

A Unctad vem sendo, desde sua criação, o ponto focal do sistema das Nações Unidas para o comércio e o desenvolvimento. Para o bom desempenho desse papel, têm sido fundamentais os três pilares de pesquisa e desenvolvimento, de construção de consenso e de cooperação técnica. A Unctad deve desenvolver, de forma abrangente e integrada, os trabalhos de seus três pilares, com vistas a continuar a ser importante fonte de informações, análises e alternativas de políticas de alta qualidade em benefício do desenvolvimento.

Discurso do Presidente Lula durante a cerimônia de abertura da XII Reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Acra, 20 de abril de 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI)

A Declaração de Doha sobre Trips e Saúde Pública, adotada em 2002, consagrou interpretação que coloca os objetivos das políticas públicas de saúde acima da proteção dos direitos privados de propriedade intelectual, ao reconhecer a possibilidade de recorrer à licença compulsória para produção de medicamentos. A Declaração representou avanço importante na garantia de acesso a medicamentos em países pobres. O Brasil tem atuado de forma articulada e assertiva em todos os foros envolvidos (OMS, OMC e OMPI), em questões vinculadas à saúde pública.

“O Brasil e os Direitos Humanos: em busca de uma agenda positiva”. Artigo do Ministro Celso Amorim publicado na revista *Política Externa*, vol.18, nº2 – set-out-nov/2009.

Finanças Internacionais e Organizações Econômicas

Chegou a hora de reformar o sistema econômico internacional, aumentando a capacidade de supervisão e regulação dos mercados financeiros. O colapso total da confiança mostrou que o modelo atual não serve mais. A especulação enterrou a crença cega e dogmática na autorregulação do mercado. O papel central do Estado volta a ser reconhecido. Mas é também indispensável reformar o FMI e o Banco Mundial. É preciso que as instituições de Bretton Woods estejam comprometidas a fundo com o desenvolvimento, com maior representação e poder de voto para os países emergentes.

“Por uma nova arquitetura internacional”. Palestra do Ministro Celso Amorim como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 5 de janeiro de 2009.

G-20 FINANCEIRO

As políticas nacionais e as instituições financeiras internacionais devem incorporar o sentido de prevenção de crises financeiras em suas políticas e mecanismos de supervisão e acompanhamento dos mercados. Nesse contexto,

o G-20 tem muito a contribuir. É um foro de diálogo representativo que congrega países ricos e emergentes.

Discurso do Presidente Lula durante reunião plenária dos Ministros da Fazenda do G-20 Financeiro. São Paulo, 8 de novembro de 2008.

* * *

O Brasil defende (...) a realização de mudanças na estrutura da governança financeira mundial, a fim de dotar as instituições financeiras internacionais de maior legitimidade e representatividade. A atual estrutura dá pouca voz e participação aos países em desenvolvimento, que, no entanto, não estão sendo poupados dos efeitos da crise. O G-20 financeiro é um foro informal que reúne Ministros das Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais de países desenvolvidos e em desenvolvimento para discutir a estabilidade econômica global. O grupo foi criado em resposta às crises econômicas do final dos anos 1990. São membros do G-20 os seguintes países: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia. A União Europeia também está representada no Grupo.

Nota à Imprensa. “Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Mundial”. Brasília, 13 de novembro de 2008.

* * *

Hoje está claro que o G-8 é um anacronismo. O papel do G-20 financeiro cresceu. O grupo responde por 85% do PIB mundial e ganhou projeção em nível de Chefes de Estado e de Governo. O Brasil, como presidente do G-20 financeiro em 2008, sediou em São Paulo um encontro de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais. Aquele encontro acabou por se tornar uma reunião preparatória da Cúpula sobre Mercados Financeiros e Economia Global, realizada em dezembro, em Washington, a convite do Presidente Bush.

“Por uma nova arquitetura internacional”. Palestra do Ministro Celso Amorim como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 5 de janeiro de 2009.

* * *

O Brasil, que presidiu o G-20 financeiro em 2008, faz parte da tróica do grupo. Na reunião em Londres, o Presidente Lula defendeu uma maior participação dos países em desenvolvimento na arquitetura internacional. Advogou a criação de mecanismos de regulação da economia internacional. E convocou os líderes mundiais a caminharem em direção à conclusão da Rodada Doha. O encontro do G-20 em Londres foi importante para reconhecimento da importância da recapitalização das instituições internacionais de empréstimo, da necessidade de regulação do sistema financeiro internacional e da inclusão dos países em desenvolvimento no processo decisório da economia global. (...) São necessárias soluções multilaterais para os problemas globais. O multilateralismo é o canal mais legítimo para coordenar a crise no plano internacional. Os encontros do G-20 em Washington e em Londres são sinais dessa mudança no processo decisório internacional. O G-20 financeiro é um passo importante na multilateralização do tratamento das questões econômicas globais.

Aula Inaugural do Ministro Celso Amorim por ocasião da abertura do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 13 de abril de 2009.

* * *

O G-20 Financeiro tem demonstrado que a construção da arquitetura financeira internacional pós-crise não poderá prescindir dos países em desenvolvimento. Em Londres, demos passos importantes para democratizar o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional por meio da redistribuição das quotas de ambas as instituições até 2011.

“Agir por uma governança global melhor”. Palestra do Ministro Celso Amorim na Conferência Anual dos Embaixadores Franceses. Paris, 27 de agosto de 2009.

G-8+5

Na política, seja nacional seja internacional, uma entidade não pode prescindir nem de legitimidade nem de eficácia. Hoje, esses dois elementos faltam ao G-8. A respeito de sua legitimidade, sempre houve dúvidas, uma vez que o G-8 nunca superou a condição de clube de ricos, seletivo e pouco representativo. Quanto à eficácia, o grupo tampouco demonstra tê-la, uma vez que os grandes países em desenvolvimento, indispensáveis para o funcionamento da ordem internacional dos nossos dias, não estão ali incluídos. O grupo poderá, no entanto, se redefinir, na medida em que o processo de incorporação dos países emergentes - o G-5 (Brasil, África do Sul, China, Índia e México), com a adição do Egito e, eventualmente, de outros países - caminhe no sentido da constituição de um conjunto mais inclusivo e diversificado. De fato, essa “nova geografia internacional” foi antecipada pelo Presidente Lula desde seu primeiro mandato.

“Agir por uma governança global melhor”. Palestra do Ministro Celso Amorim na Conferência Anual dos Embaixadores Franceses. Paris, 27 de agosto de 2009.

BANCO MUNDIAL

O financiamento para o comércio é uma área na qual o impacto da crise foi muito severo para os países em desenvolvimento. O Banco Mundial, por exemplo, deveria criar novos meios para oferecer financiamento para o comércio e assim aliviar a contração do crédito.

Discurso do Ministro Celso Amorim na Conferência Internacional de Seguimento do Consenso de

Monterrey sobre Financiamento para o Desenvolvimento. Doha, 30 de novembro de 2008.

* * *

O Banco Mundial deve maximizar seu apoio a políticas anticíclicas, com prioridade para os países mais necessitados do mundo em desenvolvimento. Só assim eles poderão preservar redes de proteção social e linhas de crédito essenciais para vencer a crise.

Discurso do Presidente Lula na abertura do seminário “Investing in Brazil Summit: Identifying Opportunities in the New Economic Climate”. Londres, 5 de novembro de 2009.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI)

Agora não queremos discutir apenas cotas ou votos, saber quem vai votar mais, ou como serão concedidos os empréstimos. Nós queremos discutir a própria missão do FMI. Quando foi criado, o FMI tinha como missão acompanhar a política macroeconômica das nações desenvolvidas. Com o tempo, foi virando um fiscal dos países em desenvolvimento. Agora, é preciso que o FMI volte a ter a sua missão original.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim ao jornal *O Globo*. Nova York, 29 de setembro de 2008.

* * *

A mudança no sistema financeiro internacional exige coordenação entre os sistemas regulatórios nacionais, e passa necessariamente pelo aumento da participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios de governança global e em instituições como o FMI e o Banco Mundial. Esses dois organismos devem ser reformados (ou refundados) como parte de uma mudança profunda dos mecanismos de governança do sistema econômico-financeiro internacional, por muito tempo dedicado a zelar por uma ordem

mundial assimétrica. Nela, eram impostas receitas de austeridade, de impacto social negativo, para os países em desenvolvimento, não seguidas pelos países desenvolvidos em situações similares. Não é mais possível que cidadãos, países e instituições internacionais tenham que obedecer a leis e regras, e o sistema financeiro seja mal regulado ou, o que é pior, não seja regulado por ninguém.

“Crise: a Hora da Política”. Artigo do Presidente Lula publicado no jornal *El País*. Madri, 30 de novembro de 2008.

* * *

Os recursos do FMI e do Banco Mundial devem ser aumentados. Os bancos regionais de desenvolvimento devem ser fortalecidos de modo a que possam ajudar a reconstruir economias fragilizadas. Os países de menor desenvolvimento relativo devem, naturalmente, receber atenção prioritária. O Brasil já anunciou sua contribuição ao FMI e expressou seu apoio à recapitalização dos BMDs. Apoiamos nova alocação de Direitos Especiais de Saque. A distribuição desses recursos deve considerar as necessidades dos países em desenvolvimento, especialmente os mais pobres. O regime de condicionalidades restritivas impostas aos países em desenvolvimento deve ser inteiramente reformado. Políticas anti-cíclicas com foco em proteção social, programas de transferência de renda, saúde e educação, recuperação financeira de empresas e setores econômicos, infra-estrutura e emprego não devem ser consideradas artigos de luxo para consumo exclusivo dos ricos. Na verdade, são os países em desenvolvimento os que mais delas necessitam, inclusive aqueles que não estão em condições de financiar tais medidas por seus próprios meios. As instituições internacionais de crédito devem adaptar seus paradigmas para apoiar medidas de estímulo nos países em desenvolvimento.

Discurso do Ministro Celso Amorim na Conferência das Nações Unidas sobre a Crise Financeira e Econômica Mundial e seu Impacto sobre o Desenvolvimento. Nova York, 26 de junho de 2009.

* * *

Decidimos, junto com outros países, aportar recursos para que o FMI empreste dinheiro aos países mais pobres sem os condicionamentos inaceitáveis do passado. Mas, sobretudo, desenvolvemos antes da crise, e depois que ela eclodiu, políticas anticíclicas. (...) Os países pobres e em desenvolvimento têm de aumentar sua participação na direção do FMI e do Banco Mundial. Sem isso não haverá efetiva mudança e os riscos de novas e maiores crises serão inevitáveis. Somente organismos mais representativos e democráticos terão condições de enfrentar complexos problemas como os do reordenamento do sistema monetário internacional.

Discurso do Presidente Lula no Debate Geral da 64ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Nova York, 23 de setembro de 2009.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)

[As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos] apoiam o BID no seu papel de entidade financeira regional, particularmente na função de fomentar os projetos de infraestrutura. (...) Apoiam, nesse contexto, o aumento substancial de capital do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial para assegurar que contem com recursos suficientes para cumprir os seus mandatos em matéria de financiamento para o desenvolvimento. (...) Neste contexto, expressam a sua determinação de participar e contribuir ativamente num processo de transformação profunda e ampla da arquitetura financeira internacional.

Declaração de Lisboa por ocasião da XIX Cúpula Ibero-Americana. Estoril, 1º de dezembro de 2009.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE)

O Brasil participa na OCDE, ao lado de outros países em desenvolvimento, de um processo denominado “engajamento ampliado”. Para nós, esse exercício tem dois propósitos: aprender mais sobre a OCDE e suas

práticas; e permitir que a OCDE aprenda sobre as necessidades de países em desenvolvimento.

Discurso do Ministro Celso Amorim na Reunião Ministerial da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no painel “Keeping Markets Open for Trade and Investment”. Paris, 25 de junho de 2009.

Crise Econômica Internacional

A crise financeira, cujos presságios vinham se avolumando, é hoje uma dura realidade. A euforia dos especuladores transformou-se em angústia dos povos após a sucessão de naufrágios financeiros que ameaçam a economia mundial. As indispensáveis intervenções do Estado, contrariando os fundamentalistas do mercado, mostram que é chegada a hora da política. Somente a ação determinada dos governantes, em especial naqueles países que estão no centro da crise, será capaz de combater a desordem que se instalou nas finanças internacionais, com efeitos perversos na vida cotidiana de milhões de pessoas. A ausência de regras favorece os aventureiros e oportunistas, em prejuízo das verdadeiras empresas e dos trabalhadores. É inadmissível, dizia o grande economista brasileiro Celso Furtado, que os lucros dos especuladores sejam sempre privatizados e suas perdas, invariavelmente socializadas. O ônus da cobiça desenfreada de alguns não pode recair impunemente sobre os ombros de todos. A economia é séria demais para ficar nas mãos dos especuladores. A ética deve valer também na economia. Uma crise de tais proporções não será superada com medidas paliativas. São necessários mecanismos de prevenção e controle, e total transparência das atividades financeiras. Os organismos econômicos supranacionais carecem de autoridade e de instrumentos práticos para coibir a anarquia especulativa. Devemos reconstruí-los em bases completamente novas. Dado o caráter global da crise, as soluções que venham a ser adotadas deverão ser também

globais, tomadas em espaços multilaterais legítimos e confiáveis, sem imposições.

Discurso do Presidente Lula na abertura do debate geral da 63ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova York, 23 de setembro de 2008.

* * *

Visto que a crise originou-se nos países desenvolvidos, deveria ser responsabilidade deles restabelecer o crescimento econômico global e minimizar seu impacto sobre os países em desenvolvimento. É verdade, como muitos já disseram, que estamos todos no mesmo barco. E o barco ainda corre risco de afundar. Mas, desta vez, o buraco apareceu na primeira classe. As medidas devem ser audaciosas e urgentes. O papel do investimento público é crucial. Esta lógica da recuperação econômica conduzida pelo Estado requer uma ação coordenada em nível internacional. A discussão sobre a ajuda oficial ao desenvolvimento também deveria ser examinada nesse contexto. Não apenas como uma obrigação moral, mas também como a resposta certa para manter a economia mundial à tona.

Discurso do Ministro Celso Amorim na Conferência Internacional de Seguimento do Consenso de Monterrey sobre Financiamento para o Desenvolvimento. Doha, 30 de novembro de 2008.

* * *

O que estamos presenciando é resultado da falência da credibilidade do sistema financeiro internacional. Na raiz da crise, esteve o primado da especulação financeira sobre a produção como forma de gerar lucros. O ambiente de desregulamentação que prevaleceu nos mercados financeiros nas últimas décadas estimulou a realização de operações sem transparência, a concessão de crédito sem lastro e a avaliações de risco sem supervisão. Resultou na criação de bolhas especulativas e na quebra de confiança na capacidade de automanutenção do sistema. O sistema financeiro internacional se converteu em um imenso mercado especulativo, desvinculado da economia

real. (...) Para contornar as distorções criadas pela ganância dos agentes econômicos e permitidas pela ausência de regulação do sistema financeiro, será necessário edificar um novo sistema de governança econômica global. As transações financeiras internacionais devem ser reguladas e supervisionadas por governos nacionais e/ou por comitês intergovernamentais.

Aula Inaugural do Ministro Celso Amorim por ocasião da abertura do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 13 de abril de 2009.



Negociações Comerciais Extrarregionais

MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

O Mercosul e a UE reafirmaram a importância dos três pilares do seu relacionamento – política, cooperação e comércio – e a necessidade de reforçar as relações entre as duas regiões. Decidiram, de comum acordo, continuar a trabalhar no sentido da conclusão de um Acordo de Associação ambicioso e equilibrado entre a UE e o Mercosul.

Comunicado conjunto por ocasião da Reunião Ministerial Mercosul – Tróica da União Europeia. Praga, 14 de Março de 2009.

MERCOSUL-CONSELHO DE COOPERAÇÃO DO GOLFO (CCG)

Os Líderes [do Mercosul e do Conselho de Cooperação do Golfo] recordaram que a negociação Mercosul - CCG foi lançada no contexto da I Cúpula ASPA, realizada em Brasília em maio de 2005. Reiteraram que a iniciativa contribuirá não só para gerar oportunidades de negócios para os membros de ambos os blocos, mas também para incrementar as relações entre os países sul-americanos e árabes. Expressaram, também, sua satisfação

com o aumento acelerado dos fluxos de comércio, desde a assinatura do Acordo de Cooperação Econômica em 2005, e com a expansão dos investimentos e parcerias no setor privado. Os Chefes de Estado e de Governo do MERCOSUL e do CCG saudaram o progresso substancial das negociações Mercosul - CCG e destacaram a necessidade de explorar soluções criativas para as questões que permanecem pendentes desde a rodada de negociações realizada no Rio de Janeiro, em janeiro de 2007.

Comunicado Conjunto Mercosul-CCG por ocasião da II Cúpula América do Sul-Países Árabes. Doha, 31 de março de 2009.

MERCOSUL-ASSOCIAÇÃO DE NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO (ASEAN)

Reconhecendo a importância do comércio internacional como um motor para o crescimento econômico e o desenvolvimento social, e que os acordos de parceria econômica bilaterais e birregionais contribuem significativamente para a expansão do comércio mundial, a Reunião concordou que uma cooperação econômica inter-regional mais estreita entre o MERCOSUL e a ASEAN deveria seguir uma abordagem gradual (building-block approach). A esse respeito, ambos os lados deverão manter seu engajamento em um processo de diálogo como plataforma para uma cooperação econômica mais estreita, concentrando-se inicialmente na troca de informações e de experiências sobre a integração econômica regional e acordos comerciais, na promoção e facilitação de comércio e investimentos e na promoção da cooperação entre as comunidades empresariais e os institutos de pesquisa econômica das duas regiões.

Declaração à Imprensa por ocasião da I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN. Brasília, 24 de novembro de 2008.

MERCOSUL-UNIÃO ADUANEIRA DA ÁFRICA AUSTRAL (SACU)

Os países-membros da União Aduaneira da África Austral (SACU) assinaram, no dia 3 de abril, na capital do Lesoto, o Acordo de Comércio

Preferencial (ACP) Mercosul-SACU. Os países do Mercosul já haviam assinado o acordo durante a última cúpula do bloco, na Costa do Sauípe (BA), em dezembro passado. O ACP Mercosul-SACU é o terceiro acordo comercial extrarregional assinado pelo Mercosul, após o ACP Mercosul-Índia (2004-2005) e o ALC Mercosul-Israel (2007). O acordo com a SACU tem como principal objetivo facilitar o acesso aos mercados dos dois grupos regionais, o que incrementará não somente o fluxo de mercadorias, mas também as oportunidades de investimentos para ambos os lados. O ACP constitui base, ademais, para futura negociação de acordo de livre comércio Mercosul-SACU.

Nota à Imprensa. “Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-SACU”. Brasília, 6 de abril de 2009.

MERCOSUL-SACU-ÍNDIA

[Os Ministros da República da Índia e dos Estados Membros do MERCOSUL e da SACU] expressaram satisfação com a entrada em vigor do Acordo de Comércio Preferencial entre o MERCOSUL e a Índia, assim como com a conclusão do Acordo de Comércio Preferencial entre MERCOSUL e SACU. Saudaram igualmente as negociações comerciais em curso entre Índia e SACU. Observaram que estas três negociações poderão formar a base para o futuro progresso em direção ao Entendimento Comercial Trilateral Índia-MERCOSUL-SACU.

Comunicado conjunto por ocasião da Reunião Ministerial Informal Índia-MERCOSUL-SACU. Genebra, 30 de novembro de 2009.

MERCOSUL-ISRAEL

Nos últimos anos, o relacionamento Brasil-Israel fortaleceu-se com a multiplicação de visitas de autoridades de lado a lado. Além disso, verificou-se um crescente intercâmbio comercial, que atingiu a cifra recorde de US\$ 1,6 bilhão em 2008. Outro marco nas relações bilaterais

é o acordo de livre comércio, assinado em 2007, entre o MERCOSUL e Israel, o primeiro do bloco sul-americano com um parceiro extrarregional.

Nota à Imprensa. Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Avigdor Lieberman. Brasília, 21 de julho de 2009.

MERCOSUL-ÍNDIA

O Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercosul e a República da Índia, celebrado em Nova Délhi, em 25 de janeiro de 2004, entrou em vigor hoje, dia 1º de junho. Trata-se do primeiro acordo comercial extrarregional assinado pelo Mercosul a entrar em vigor. (...) Este acordo tem como principal objetivo facilitar o acesso aos mercados do Mercosul e da Índia, o que incrementará não somente o fluxo de mercadorias, mas também as oportunidades de investimentos para ambas as partes. O Mercosul ofereceu preferências em 452 linhas tarifárias, e a Índia, em 450 linhas. O ACP constitui o primeiro passo para a criação de uma área de livre comércio Mercosul-Índia. Juntamente com o ACP Mercosul-SACU (União Aduaneira da África Austral), cujo processo de assinaturas foi concluído em 3 de abril passado, o ACP Mercosul-Índia dá seguimento a um processo gradual de criação das bases para a futura negociação de entendimento comercial trilateral Mercosul-Índia-SACU.

Nota à Imprensa. “Acordo de Comércio Preferencial Mercosul – Índia”. Brasília, 1º de junho de 2009.

MERCOSUL-TURQUIA

As Partes Contratantes [Estados Partes do Mercosul e a República da Turquia] acordam empreender negociações periódicas para estabelecer uma Área de Livre Comércio, com o objetivo de ampliar os fluxos de comércio bilaterais mediante melhor acesso aos mercados por meio de concessões mútuas.

Acordo-Quadro para o Estabelecimento de uma Área de Livre Comércio entre o Mercosul e a República da Turquia. San Miguel de Tucumán, 30 de junho de 2008.

MERCOSUL-JORDÂNIA

A assinatura, durante a última Cúpula do Mercosul em Tucumán (1o de julho de 2008), do Acordo-Quadro de Livre Comércio entre o Mercosul e a Jordânia, que visa a criar uma Zona de Livre Comércio, fortalece ainda mais os laços econômico-comerciais bilaterais.

Nota à Imprensa. “Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Jordânia, Salaheddin Al-Bashir”. Brasília, 14 de julho de 2008.

MERCOSUL-EGITO

[O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, e o Ministro da Indústria e Comércio do Egito, Rachid Mohamed Rachid] recordaram o Acordo-Quadro entre a República Árabe do Egito e o MERCOSUL, assinado em Puerto Iguazú, Argentina, em 7 de julho de 2004, e concordaram com a importância de dar novos passos para sua implementação, com ênfase especial na criação do Comitê Negociador previsto no artigo 4 do Acordo-Quadro. Nesse sentido, os Ministros consideraram possibilidades para lançar negociações com vistas a um Acordo de Comércio, incluindo possíveis abordagens inovadoras para ampliar o escopo da cooperação entre o MERCOSUL e o Egito.

Comunicado Conjunto por ocasião da visita ao Brasil do Ministro do Comércio e Indústria do Egito. Brasília, 12 de agosto de 2008.



Energia

RECURSOS ENERGÉTICOS RENOVÁVEIS

BIOCOMBUSTÍVEIS

Desde que produzidos de forma sustentável, os biocombustíveis representam parte da solução para enfrentar três grandes desafios da atualidade: a segurança energética, a mudança do clima e o combate à fome e à pobreza. A experiência brasileira sintetiza de maneira exemplar as vantagens múltiplas da produção de biocombustíveis nos três aspectos mencionados. Desde que iniciou, há quase quatro décadas, seu programa de produção do etanol à base de cana de açúcar, o Brasil logrou, entre outros benefícios, reduzir sua dependência de combustíveis fósseis, diminuir significativamente as emissões de gases de efeito estufa e gerar empregos e renda no campo sem prejudicar a produção de alimentos. De fato, a produção de etanol cresceu ao mesmo tempo que a de grãos. Tornamo-nos produtores e usuários de biocombustíveis ao mesmo tempo que reduzimos consideravelmente os índices de desnutrição. Ou seja, a produção de biocombustíveis ajudou o Brasil a crescer e a se tornar mais próspero, do ponto de vista sócio-econômico, e mais limpo, do ponto de vista ambiental.

Discurso proferido pelo Ministro Celso Amorim no Segmento Intergovernamental de Alto Nível da

Conferência Internacional de Biocombustíveis. São Paulo, 20 de novembro de 2008.

* * *

Globalmente, os membros do Fórum Internacional de Biocombustíveis (FIB) estão fazendo avançar a transformação dos biocombustíveis em “commodities” por meio da harmonização de padrões e normas técnicas. Visando a promover a sustentabilidade dos biocombustíveis, Brasil e Estados Unidos estão trabalhando conjuntamente na Global Bioenergy Partnership (GBEP), iniciativa que trabalha com vistas a harmonizar metodologias para quantificar os benefícios da redução das emissões de gases de efeito estufa oriundos da produção e uso de biocombustíveis, bem como organizar conjunto voluntário de critérios e indicadores de sustentabilidade embasados cientificamente.

Comunicado Conjunto. “Expansão da Cooperação em Biocombustíveis ao Amparo do Memorando de Entendimento Brasil - Estados Unidos”. São Paulo, 20 de novembro de 2008.

* * *

São claros os sinais de ameaça em temas como mudança do clima, segurança energética e segurança alimentar. Se quisermos evitar catástrofes, temos que mudar nossa maneira de agir. Só vamos vencer esse desafio se a comunidade atuar de forma coordenada e solidária, adotando regras mais transparentes e decisões mais democráticas, respeitando as necessidades de todos, mas levando em especial consideração que os países menos desenvolvidos são sempre as primeiras e as maiores vítimas. Os biocombustíveis dão uma resposta dos próprios países em desenvolvimento para o desafio do crescimento duradouro. Para isso, é imperativo que todos se engajem. Precisamos multiplicar iniciativas de cooperação trilateral como as que temos com alguns países desenvolvidos, para viabilizar a produção de biocombustíveis na América Central, no Caribe e na África.

Discurso do Presidente Lula durante sessão plenária de encerramento da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis. São Paulo, 21 de novembro de 2008.

* * *

Os países do BRIC recebem com satisfação a troca de experiências em tecnologias, normas e regulamentos de biocombustíveis, para assegurar que a produção e o uso de biocombustíveis seja sustentável, de acordo com os três pilares do desenvolvimento sustentável – o social, o econômico e o ambiental – e que essa produção leve em conta a necessidade de atingir e manter a segurança alimentar global. Biocombustíveis sustentáveis podem constituir uma força motriz para a inclusão social e a distribuição de renda, principalmente em áreas rurais empobrecidas de países pouco desenvolvidos e em desenvolvimento, onde a maior parte dos problemas de fome do mundo estão localizados.

Declaração Conjunta por ocasião da I Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo dos BRICs – Ecaterimburgo, 16 de junho de 2009.

* * *

Uma ordem econômica internacional mais justa e equitativa só será possível se superarmos os desafios da segurança energética e do aquecimento global. Estou convencido de que nossa região dispõe de poderosa resposta na diversificação de sua matriz de energia. Além de enormes reservas de hidrocarbonetos e hidroeletricidade, possuímos importantes fontes energéticas renováveis, como são os biocombustíveis. A experiência brasileira demonstra que está a nosso alcance uma alternativa que gera empregos, renda e receitas de exportação, e ainda contribui para reduzir emissões de gases de efeito estufa, sem comprometer a segurança alimentar de nossos povos. O Brasil já desenvolve cooperação na América Latina e no Caribe para difundir esse modelo de uso sustentável de energia. Estamos prontos a trabalhar com outros parceiros interessados nessas fontes renováveis, limpas e baratas.

Discurso do Presidente Lula na abertura da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC). Costa do Sauípe, 16 de dezembro de 2008.

ENERGIA NUCLEAR

O almoço em homenagem à Chanceler Merkel será precedido da assinatura do Acordo sobre Cooperação no Setor Energético com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética, que, entre outros dispositivos, estabelece grupo de trabalho sobre biocombustíveis. Serão também trocadas Notas diplomáticas que mantêm em vigor o Acordo de Cooperação para os Usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado entre o Brasil e a Alemanha em 1975.

Nota à Imprensa. Visita ao Brasil da Chanceler Federal da Alemanha, Angela Merkel. Brasília, 13 de maio de 2008.

* * *

Alegra-me ver os progressos que temos tido nas áreas estratégicas da cooperação espacial, nuclear e na área de defesa. (...) Além dos 30 projetos conjuntos para uso pacífico da energia nuclear, decidimos avançar nas discussões para a constituição da empresa binacional de enriquecimento de urânio.

Discurso do Presidente Lula durante o almoço em homenagem à Presidenta da Argentina, Cristina Kirchner. Brasília, 8 de setembro de 2008.

* * *

Brasil e UE concordam em promover a cooperação em ciência, tecnologia e inovação de acordo com as linhas de orientação do Acordo, mediante (...) exploração de oportunidades de cooperação em pesquisas para o uso pacífico da energia nuclear, em particular pelo exame da possibilidade de que sejam lançadas negociações de um acordo de cooperação no campo da pesquisa

em energia de fusão entre o Brasil e a EAEC (EURATOM), o que, entre outros aspectos, facilitaria o apoio ao interesse brasileiro de acesso ao projeto do Reator Termonuclear Experimental Internacional (ITER).

**Plano de Ação Conjunto da II Reunião de Cúpula Brasil-
União Europeia - Rio de Janeiro, 22 de dezembro de
2008.**

* * *

O Brasil e a França apóiam o uso pacífico da energia nuclear, em consonância com as normas internacionais reconhecidas pelos dois países em matéria de segurança, não-proliferação e conservação do meio ambiente para as gerações futuras. O Brasil e a França confirmam o compromisso, assumido pelos dois Chefes de Estado em 23 de dezembro de 2008, de desenvolver a cooperação bilateral no campo nuclear. (...) Nesse espírito, ambos os países encorajam, em particular, respeitadas as respectivas legislações, as negociações entre a AREVA e a Eletronuclear sobre a retomada das obras de Angra III, o desenvolvimento da cooperação sobre tecnologias de prospecção de urânio, assim como o diálogo entre empresas brasileiras e francesas do setor, entre as quais Eletrobrás, Eletronuclear, INB, AREVA, EDF e GDF Suez. Os dois Presidentes ressaltaram, igualmente, as perspectivas de cooperação para o desenvolvimento de novas centrais nucleares no Brasil, em conformidade com os planos de ampliação do parque energético nacional.

**Declaração Conjunta por ocasião da visita ao Brasil do
Presidente da França, Nicolas Sarkozy – Brasília, 7 de
setembro de 2009.**

RECURSOS ENERGÉTICOS NÃO-RENOVÁVEIS

PRÉ-SAL

As estimativas das novas descobertas sugerem que o Brasil passará a outro patamar como país produtor internacional de petróleo e gás, quanto a

isso não há dúvidas. Ainda não é possível dizer quantos bilhões de barris serão acrescentados pelo pré-sal às atuais reservas brasileiras, mas certamente as descobertas farão do Brasil um dos países com maiores reservas do mundo. Mas entendo que no momento devemos concentrar-nos na superação dos desafios tecnológicos do pré-sal e no debate sobre o marco regulatório equilibrado para fazer com que essa nova realidade beneficie a todos os brasileiros. O Governo fez seu dever de casa e tem clareza de que a proposta encaminhada ao Congresso brasileiro é a que melhor contempla o desafio do pré-sal.

Entrevista exclusiva concedida pelo Presidente Lula à *Offshore Magazine*. Oslo, 1º de outubro de 2009.

* * *

As grandes descobertas de petróleo na camada pré-sal não nos afastarão de nossa política de enfatizar a produção de biocombustíveis e de energia elétrica. Nossa matriz energética é predominantemente proveniente de fontes renováveis.

Não sucumbiremos, tampouco, à maldição do petróleo. Os grandes recursos provenientes da exploração dessas novas riquezas serão destinados aos brasileiros de amanhã. Vamos usá-los na ampliação das políticas sociais, na qualificação de nosso sistema educacional, na pesquisa científica e tecnológica e na difusão da cultura.

Discurso do Presidente Lula na cerimônia de recebimento do prêmio Chatham House. Londres, 5 de novembro de 2009.

* * *

Nos próximos anos começaremos a explorar as enormes reservas de petróleo e gás do pré-sal, descobertas pela nossa querida Petrobras na nossa plataforma marítima. A exploração desses gigantes recursos abrirá uma nova fronteira energética no mundo. E nós, brasileiros, queremos transformar a riqueza finita do petróleo num novo impulso para o desenvolvimento do nosso país. Não pretendemos ser apenas exportadores de óleo cru, mas,

partindo de nossa base industrial sofisticada e diversificada, queremos comercializar produtos de maior valor agregado, construindo novas refinarias de diesel e gasolina premium, consolidando um grande polo petroquímico, fortalecendo nossa indústria naval, produzindo conhecimento, ciência e tecnologia.

Discurso do Presidente Lula na abertura do seminário “Investing in Brazil Summit: Identifying Opportunities in the New Economic Climate”. Londres, 5 de novembro de 2009.



Meio Ambiente

MUDANÇA DE CLIMA

Preocupa-nos a resistência dos países desenvolvidos em assumir sua parte na resolução das questões referentes à mudança do clima. Eles não podem lançar sobre os ombros dos países pobres em desenvolvimento responsabilidades que lhes são exclusivas. O Brasil está cumprindo a sua parte. Vamos chegar a Copenhague com alternativas e compromissos precisos. Aprovamos um Plano de Mudanças Climáticas que prevê a redução de 80% do desmatamento da Amazônia até 2020. Diminuiremos em 4,8 bilhões de toneladas a emissão de CO₂, o que representa mais do que a soma dos compromissos de todos os países desenvolvidos juntos.

Discurso do Presidente Lula durante a abertura do debate geral da 64ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova York, 23 de setembro de 2009.

* * *

Na Cúpula de L'Áquila, as maiores economias do mundo concordaram que a temperatura global não deverá aumentar mais de 2° C em relação aos níveis que prevaleciam antes da Revolução Industrial. Resta agora trabalhar,

no âmbito mais amplo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, para a distribuição equitativa dos compromissos de redução, de acordo com o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. Sem dúvida, os países em desenvolvimento devem contribuir para os esforços globais para a mitigação da mudança do clima. O Brasil está seguramente disposto a assumir compromissos claros e quantificáveis. Mas é indispensável que os países ricos realizem reduções efetivas das suas emissões. Não se pode esperar que a compra do direito que os países têm de se desenvolver nos livrará do aquecimento global e das tragédias associadas a ele. A mudança do clima representa um desafio grave, que exige um esforço de todos.

“Agir por uma governança global melhor”. Palestra do Ministro Celso Amorim na Conferência Anual dos Embaixadores Franceses. Paris, 27 de agosto de 2009.

* * *

A mudança do clima é um dos mais críticos e urgentes desafios da atualidade, e só pode ser enfrentada de modo efetivo por meio de um esforço global, para o qual cada país contribua segundo suas plenas capacidades, em cumprimento do princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas. Esse esforço tem como único âmbito legítimo o marco multilateral global. Uma vez que a mudança do clima afeta a todos nós, todos devemos participar dos processos em que se decide sobre como tratá-la. Reafirmamos nosso compromisso com os princípios e disposições da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) e seu Protocolo de Quioto, em particular o princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas. O desafio diante de nós não requer redefinições no regime existente, que equilibra adequadamente direitos e deveres de diferentes nações; mas exige que se cumpram plenamente os compromissos em mitigação, adaptação e provisão de meios de implementação definidos no âmbito da CQNUMC desde 1992 e os distintos mandatos do Plano de Ação de Bali e do Protocolo de Quioto relativo a seus períodos de compromisso subseqüentes. (...) Exortamos todos os países desenvolvidos a reduzir significativamente suas emissões, de acordo com suas responsabilidades históricas. A adoção de compromissos quantificados ambiciosos de redução,

válidos para o conjunto da economia, por todos os países desenvolvidos é essencial para assegurar que seu esforço de mitigação esteja no nível, pelo menos, da recomendação de redução de 40% do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) e compatível com a necessidade de proteger o sistema climático.

Posição Comum do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República Francesa sobre Mudança do Clima. Paris, 14 de Novembro de 2009.

* * *

A mudança do clima é dos problemas mais graves que enfrenta a Humanidade. Controlar o aquecimento global é fundamental para proteger o meio ambiente, permitir o crescimento econômico e superar a inaceitável exclusão social. (...) Temos que implementar urgente e plenamente os compromissos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Os efeitos da mudança do clima já se fazem sentir, sobretudo entre os mais pobres. Precisamos de ações concretas e justas, amparadas em meios financeiros e tecnológicos expressivos. Elas devem refletir a participação de cada país, ao longo dos últimos séculos, no aumento da temperatura. É fundamental respeitar o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas. (...) A preservação do Protocolo de Quioto é absolutamente necessária para que o regime internacional mantenha seu rigor. Ele não pode ser substituído por instrumento menos exigente. Os países desenvolvidos devem tomá-lo como referência para a definição de metas de cortes profundos. (...) O combate à mudança do clima não pode fundamentar-se na perpetuação da pobreza. A mitigação é essencial. Mas a adaptação é um desafio prioritário para os países em desenvolvimento, sobretudo para as pequenas ilhas e países sujeitos à desertificação, especialmente na África. É inaceitável que os países menos responsáveis pela mudança do clima sejam suas primeiras e principais vítimas.

Discurso do Presidente Lula na sessão plenária da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Copenhague, 17 de dezembro de 2009.

BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China)

[Na Conferência de Copenhague] demos um passo importante. Foi criado um novo grupo, o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China), que protagonizou uma negociação decisiva com os Estados Unidos. É uma mudança de poder. (...) O Brasil serviu como balizador, para mostrar que uma posição muito rígida por parte dos países emergentes não teria legitimidade. Ao mesmo tempo, colocou-se do lado deles para negociar adequadamente com os ricos e os EUA.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim ao jornal O Globo. Brasília, 25 de dezembro de 2009.

FLORESTAS TROPICAIS

Os dois países [Brasil e França] enfatizam a importância de estimular ações voltadas para a redução das emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD) em países em desenvolvimento. Reconhecem que esse objetivo é parte importante dos esforços de mitigação de vários países em desenvolvimento e pode desempenhar um papel significativo no esforço global para enfrentar a mudança do clima. A redução das emissões por desmatamento e degradação florestal, por meio da conservação das florestas, manejo sustentável e aumento dos estoques de carbono nas florestas, pode e deve promover cobenefícios sociais e ambientais. Nesse sentido, concordam que tais atividades devem receber apoio financeiro e tecnológico adequado, como parte das ações de mitigação nacionalmente adequadas (NAMAs) a serem implementadas pelos países em desenvolvimento. Ressaltam a necessidade de fortalecer a capacitação e a cooperação tecnológica “ tanto Norte-Sul quanto Sul-Sul “ no setor florestal, inclusive no uso de ferramentas de sensoriamento remoto.

Posição Comum do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República Francesa sobre Mudança do Clima. Paris, 14 de Novembro de 2009.

* * *

A floresta amazônica, como uma das florestas mais intocadas do mundo, cumpre funções que apóiam a vida, abriga rica diversidade biológica e cultural, desempenha papel importante no sistema climático global e provê serviços ambientais fundamentais. Ademais, é base para a existência de numerosos grupos indígenas, incluindo grupos auto-isolados, e comunidades locais. Também oferece oportunidades cruciais de desenvolvimento sustentável à grande população que vive na região e tem valor cultural e espiritual para os grupos indígenas e comunidades locais. A floresta amazônica representa patrimônio de nossos povos e nossos países. Estamos determinados a protegê-la e a utilizar seus recursos de maneira sustentável, com respeito aos direitos de grupos indígenas e comunidades locais, bem como aos habitats que eles ocupam desde tempos ancestrais, de acordo com legislação nacional. A floresta amazônica é particularmente sensível e vulnerável aos efeitos da mudança do clima, o que aguça nossa determinação em enfrentar o tema. Ao mesmo tempo, atividades florestais sustentáveis oferecem opções efetivas tanto de mitigação da mudança do clima, quanto de adaptação urgente de povos e ecossistemas a seus impactos negativos. É crítico que se gere financiamento adequado e previsível para essas atividades. Apoiamos a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, o papel de conservação, manejo florestal sustentável e aumento do estoque de carbono florestal, no âmbito do regime de mudança do clima, com apoio financeiro e tecnológico internacional apropriado para cada uma delas e proteção da diversidade biológica. As florestas estão no cerne de nossas políticas de mitigação e acreditamos que devem constituir parte importante do resultado acordado de Copenhague.

**Declaração de Manaus por ocasião da Reunião de
Cúpula dos Países Amazônicos sobre Mudança do
Clima. Manaus, 26 de Novembro de 2009.**

DIVERSIDADE BIOLÓGICA

[Os Chefes de Estado e de Governo dos países da América Latina e do Caribe] expressaram seu apoio à adoção, no ano de 2010, de um regime internacional juridicamente vinculante sobre o acesso e distribuição de

benefícios derivados do uso de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica, e de conformidade com suas legislações nacionais, como corresponda.

Declaração de Salvador por ocasião da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento. Costa do Sauípe, 17 de dezembro de 2008.

ANTÁRTIDA

O Brasil, diferentemente de alguns países que têm interesse estratégico de transformar isso aqui numa parte do seu próprio país ou no seu próprio país, o Brasil tem como objetivo, pura e simplesmente, a pesquisa. O Brasil quer pesquisar, o Brasil quer estudar, o Brasil quer ir a fundo. Na medida em que você vai descobrindo resultados positivos, você vai contribuindo para favorecer o conjunto da humanidade. É essa a visão que o Brasil tem aqui e vai continuar apostando, vai continuar investindo, vai continuar acreditando. (...) Nós temos que pensar na questão da melhoria da qualidade de vida das pessoas, na questão do clima, na questão do que a preservação da Antártica pode contribuir com a humanidade nos próximos séculos.

Entrevista coletiva concedida pelo Presidente Lula após cerimônia de comemoração do 25º aniversário da primeira expedição brasileira à Antártica. Estação Antártica Comandante Ferraz, 17 de fevereiro de 2008.

Rio+20

Há cerca de dois anos, o Brasil organizou, no Rio de Janeiro, uma Reunião Ministerial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em que se discutiu proposta francesa de reforma da governança ambiental. O Brasil acredita que pode contribuir para que o tema volte a ter a devida prioridade. Para tanto, dispõe-se a sediar, em 2012, uma grande conferência que avaliará ações e traçará rumos para o futuro: a Rio + 20.

“Agir por uma governança global melhor”. Palestra do Ministro Celso Amorim na Conferência Anual dos Embaixadores Franceses. Paris, 27 de agosto de 2009.

* * *

Brasil e França concordam com a necessidade de estabelecer uma organização internacional dedicada ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, que daria coerência aos esforços da comunidade internacional em tais áreas. Estão convencidos de que o impulso a essa iniciativa deve ser dado em Copenhague, em dezembro, de modo que a referida organização possa ser estabelecida durante a Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro, em 2012.

Posição Comum do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República Francesa sobre Mudança do Clima. Paris, 14 de novembro de 2009.

* * *

A Assembleia-Geral das Nações Unidas aprovou hoje, 24 de dezembro de 2009, resolução pela qual decidiu realizar em 2012, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). O encontro, cuja realização foi proposta em setembro de 2007, pelo Presidente Lula, visa a renovar o engajamento dos líderes mundiais com o desenvolvimento sustentável do planeta, vinte anos após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). A Rio+20 insere-se, assim, na longa tradição de reuniões anteriores da ONU sobre o tema, entre as quais as Conferências de 1972 em Estocolmo, Suécia, e de 2002, em Joanesburgo. A Rio+20 avaliará a implementação dos compromissos assumidos pela comunidade internacional em relação ao assunto. Debaterá, outrossim, a contribuição da “economia verde” para o desenvolvimento sustentável e a eliminação da pobreza e se debruçará sobre a questão da estrutura de governança internacional na área do desenvolvimento sustentável.

Nota à Imprensa. “Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável em 2012”. Brasília, 24 de dezembro de 2009.



Combate à Fome e à Pobreza

MECANISMOS INOVADORES

Outra forma de assistir ao o comércio Sul-Sul seria por meio do desenvolvimento de novos instrumentos que facilitariam o acesso de países mais pobres a créditos à exportação de outros países em desenvolvimento. A Ação Global contra a Fome e a Pobreza, lançada em 2004 por iniciativa do Presidente Lula, convocou a mobilização de recursos adicionais para acabar com a fome e cumprir as Metas do Milênio. Mecanismos financeiros inovadores são atualmente uma realidade positiva e podem contribuir com importantes fontes adicionais de financiamento. Naturalmente, eles não devem ser considerados como parte da ajuda oficial ao desenvolvimento.

Discurso do Ministro Celso Amorim na Conferência Internacional de Seguimento do Consenso de Monterrey sobre Financiamento para o Desenvolvimento. Doha, 30 de novembro de 2008.

* * *

O histórico compromisso da diplomacia brasileira com o direito ao desenvolvimento, tanto em território nacional como em escala global, também vem

sendo traduzido na promoção ou no apoio a ações inovadoras. Por ocasião da 58ª Assembleia Geral da ONU, Brasil, Índia e África do Sul criaram o Mecanismo IBAS de Alívio à Fome e à Pobreza. Em janeiro de 2004, os Presidentes Lula, Chirac e Lagos e o então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, lançaram a “Ação Global contra a Fome e a Pobreza”, que teve como desdobramento a criação, em setembro de 2006, da Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra o HIV/AIDS, a Malária e a Tuberculose – a Unitaid.

“O Brasil e os Direitos Humanos: em busca de uma agenda positiva”. Artigo do Ministro Celso Amorim publicado na revista *Política Externa*, vol.18, nº2 – set-out-nov/2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO)

Fiz do combate à fome e à pobreza uma prioridade da ação internacional do Brasil. Juntei-me a outros líderes de países ricos e pobres, com o objetivo de encontrar fontes de recursos capazes de liberar uma grande parcela da Humanidade dos flagelos da fome e da desnutrição. Desenvolvi, com eles, formas criativas de fazer que recursos hoje utilizados na produção de armamentos ou na busca de lucros exorbitantes por meio da especulação financeira pudessem ser canalizados para o mais humanitário dos objetivos: dar de comer a quem tem fome. (...) Não nos enganemos: não haverá solução estrutural para a questão da fome no mundo enquanto não formos capazes de direcionar recursos para a produção de alimentos nos países pobres e, simultaneamente, de eliminar as práticas comerciais desleais que caracterizam o comércio agrícola. (...) A verdadeira segurança alimentar tem que ser global e baseada na cooperação. É o que o Brasil tem procurado fazer com seus parceiros do mundo em desenvolvimento, sobretudo com a África, a América Central e o Caribe. A expansão desse tipo de iniciativa pode se beneficiar enormemente com a elaboração de novas parcerias, que permitam a cooperação triangular.

Discurso do Presidente Lula durante a reunião de Alto Nível da FAO sobre Segurança Alimentar,

Mudanças Climáticas e Bioenergia. Roma, 3 de junho de 2008.

* * *

A experiência brasileira e de outros países mostra que o enfrentamento do problema da fome exige, antes de mais nada, vontade e determinação política. (...) O papel das Nações Unidas e, particularmente, da FAO é decisivo para construir um mundo sem fome. A FAO tem legitimidade para conduzir esse debate, garantindo a participação ampla de governos e da sociedade civil. Por esse motivo, o Brasil tem devotado o melhor de seus esforços para a reforma do Comitê de Segurança Alimentar. Ele deve tornar-se um foro representativo de todos os atores relevantes na construção de uma parceria global para a agricultura e a segurança alimentar.

Discurso do Presidente Lula na sessão de abertura da Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar. Roma, 16 de novembro de 2009.



Direitos Humanos e Temas Sociais

Em 1948, o Brasil esteve entre os 58 membros das Nações Unidas que adotaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesta celebração dos 60 anos da Declaração, estou honrado em representar o Brasil. Nas últimas décadas, assistimos a uma evolução significativa dos esforços de promoção e proteção dos direitos humanos. Em muitos aspectos o mundo melhorou em relação ao que era há sessenta anos. Essa mudança tem muito a ver com uma maior consciência a respeito da necessidade de reconhecer e respeitar os direitos humanos para todos. A legislação sobre os direitos humanos tem-se ampliado tanto na temática como na abrangência geográfica. Hoje os direitos humanos são reconhecidos como universais, interdependentes, inter-relacionados, indivisíveis e mutuamente sustentáveis.

Discurso proferido pelo Ministro Celso Amorim na cerimônia de comemoração dos 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos. Genebra, 12 de dezembro de 2008.

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

No dia 19 de agosto será comemorado o Dia Mundial Humanitário. A data recorda o ataque que, em 2003, vitimou 22 funcionários das Nações

Unidas em Bagdá, entre eles o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Iraque. (...) O Brasil foi um dos principais proponentes da criação do Dia Mundial Humanitário, que visa a prestar homenagem àqueles que perderam suas vidas na promoção da paz e da mitigação do sofrimento humano. O incremento da segurança do pessoal humanitário deve estar no centro das preocupações da comunidade internacional. O Brasil reitera seu compromisso com o fortalecimento do sistema de ajuda humanitária das Nações Unidas e com os esforços para mitigar o sofrimento causado por desastres associados a fenômenos naturais, conflitos armados e convulsões sociais.

Nota à Imprensa. “Dia Mundial Humanitário”. Brasília, 18 de agosto de 2008.

* * *

O Brasil foi eleito por aclamação, no último dia 17 de novembro, para a Junta Executiva do Programa Mundial de Alimentos (PMA), relativa ao período de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2011. A última vez que o Brasil ocupou assento na Junta foi no triênio de 1996 a 1999. O PMA, agência das Nações Unidas responsável pela ajuda alimentar mundial, é considerado a maior organização humanitária do mundo e assiste, em média, 90 milhões de pessoas por ano, em mais de 80 países. A Junta Executiva é responsável por supervisionar as atividades de assistência humanitária e alimentar desenvolvidas pelo Programa Mundial de Alimentos.

Nota à Imprensa. “Eleição do Brasil para a Junta Executiva do Programa Mundial de Alimentos”. Brasília, 19 de novembro de 2008.

* * *

A instalação do Armazém tem o propósito de dar maior celeridade à assistência humanitária internacional prestada pelo Brasil, de forma a tornar disponível estoque permanente de 14 toneladas de alimentos para doação a populações eventualmente atingidas por calamidades e desastres naturais. (...) Exemplos recentes da assistência humanitária brasileira, em resposta à

solicitação de outros Governos, são o envio de 15 toneladas de medicamentos e alimentos à população afetada pelos conflitos na Faixa de Gaza e a doação de 45 mil toneladas de arroz a Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica.

Nota à Imprensa. “Inauguração de Armazém Humanitário do Governo brasileiro no Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim”. Brasília, 25 de fevereiro de 2009.

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS (CDH)

A criação do Conselho de Direitos Humanos é o passo mais recente que tomamos para o fortalecimento do sistema de direitos humanos da ONU. Há alguns anos, o Brasil defendeu a elaboração de um relatório global sobre direitos humanos. Estávamos convencidos da necessidade de um mecanismo por meio do qual a situação dos direitos humanos em todos os países, sem discriminação, estaria sujeita a alguma forma de revisão entre pares. A Revisão Universal Periódica (RPU) reflete o espírito da proposta brasileira. Agora temos um instrumento democrático não-seletivo por meio do qual compartilhamos nossas conquistas e debatemos nossos problemas. O Brasil apresentou seu relatório à RPU em sua primeira sessão, em 2008. O Brasil acolheu, com satisfação, todas as recomendações feitas por nossos parceiros na RPU. Também nos comprometemos a informar o Conselho, anualmente, sobre como as estamos implementando.

Discurso proferido pelo Ministro Celso Amorim na cerimônia de comemoração dos 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos. Genebra, 12 de dezembro de 2008.

* * *

O Conselho de Direitos Humanos iniciou seus trabalhos em 19 de junho de 2006, com expectativas concentradas no processo de construção institucional. O Brasil, eleito para a primeira composição do CDH com a maior votação entre os países da América Latina e Caribe, manteve postura

mediadora e construtiva. Esse papel foi, desde o início, reconhecido pelas demais delegações. Em 2008, o Brasil foi reconduzido ao órgão, novamente com votação expressiva. Tivemos papel destacado na negociação do projeto de diretrizes sobre a atuação de relatores especiais do Conselho de Direitos Humanos, com o objetivo de conferir maior responsabilidade e transparência à missão desses relatores, sem comprometer sua independência. Mas, sobretudo, o Brasil teve participação ativa na criação da principal inovação institucional do Conselho de Direitos Humanos – o Mecanismo de Revisão Periódica Universal –, inspirado em proposta brasileira. (...) O Brasil foi o nono país a apresentar relatório ao Mecanismo de Revisão Periódica Universal, em abril de 2008. A elaboração do Relatório brasileiro envolveu diversos órgãos do Executivo, o Congresso Nacional e ampla participação da sociedade civil.

“O Brasil e os Direitos Humanos: em busca de uma agenda positiva”. Artigo do Ministro Celso Amorim publicado na revista *Política Externa*, vol.18, nº2 – set-out-nov/2009.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH)

Comemora-se, neste mês, o 50º aniversário da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). A Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos são as principais instituições do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, responsáveis por zelar pela observância dos princípios e normas estabelecidas pelas declarações e instrumentos da Organização dos Estados Americanos sobre a matéria. O Brasil aderiu à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em 1992 e reconheceu a competência jurisdicional da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 1998. Por ocasião do 50º aniversário da CIDH, o Brasil renova seu compromisso com o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, que tem prestado importante contribuição para o avanço da proteção dos direitos humanos no âmbito regional.

Nota à Imprensa. “50 anos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos”. Brasília, 18 de agosto de 2009.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

O Brasil tem renovado seu compromisso internacional com os direitos humanos. Ratificou os principais instrumentos internacionais sobre a matéria. Reconheceu a competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos e estendeu convite permanente aos relatores dos procedimentos especiais do Sistema ONU.

“O Brasil e os Direitos Humanos: em busca de uma agenda positiva”. Artigo do Ministro Celso Amorim publicado na revista *Política Externa*, vol.18, nº2 – set-out-nov/2009.

COMBATE AO RACISMO E À DISCRIMINAÇÃO

O Governo do Presidente Lula tem um compromisso ético com a promoção da igualdade e o fim de todas as formas de discriminação. Fizemos desse compromisso uma diretriz política e um referencial para o desenvolvimento econômico e social. (...) Na Organização dos Estados Americanos, o Brasil foi autor do Projeto de Convenção Interamericana contra o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância. O Brasil também preside o Grupo de Trabalho encarregado de negociar esse Projeto.

Discurso do Ministro Celso Amorim na cerimônia de abertura da Conferência da América Latina e do Caribe Preparatória à Conferência de Revisão de Durban contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas. Brasília, 17 de junho de 2008.

* * *

A promoção dos direitos políticos e civis também abrange a luta contra o racismo e todas as formas de discriminação. De fato, como se afirmou em Resolução originalmente proposta pelo Brasil, a democracia e o racismo são incompatíveis.

“O Brasil e os Direitos Humanos: em busca de uma agenda positiva”. Artigo do Ministro Celso Amorim publicado na revista *Política Externa*, vol.18, nº2 – set-out-nov/2009.

METAS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

A liberdade política e o progresso social estão intimamente ligados. Um indivíduo não pode participar de forma integral da vida política de seu país sem o acesso apropriado à alimentação, à educação e à saúde. Ao mesmo tempo, são cruciais para a justiça social o respeito aos direitos individuais, a liberdade de opinião, o respeito às leis e o direito de escolher o próprio governo. O Presidente Lula está pessoalmente engajado no combate à fome e à injustiça social, tanto no plano doméstico quanto no plano internacional. Sob sua liderança, e em plena vigência das liberdades democráticas, o Brasil está mais próximo de atingir todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A luta contra a fome e a pobreza e a erradicação de doenças que ainda ameaçam a vida dos mais necessitados são condições necessárias para a completa realização dos direitos humanos.

Discurso proferido pelo Ministro Celso Amorim na cerimônia de comemoração dos 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos. Genebra, 12 de dezembro de 2008.

MULHER

A Professora Sílvia Pimentel, jurista e atual perita do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW) da Organização das Nações Unidas, foi reeleita em 30 de julho, para exercer novo mandato no Comitê, de 2009 a 2012. A eleição se deu em Nova York, durante a 15ª Reunião dos Estados-Partes da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. A candidata brasileira foi reeleita com 129 votos. A Professora Sílvia Pimentel é, atualmente, a única representante da América do Sul no CEDAW.

Nota à Imprensa. “Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW) - Reeleição da Professora Sílvia Pimentel”. Brasília, 1º de agosto de 2008.

SAÚDE

O acesso da população a medicamentos é um dos componentes essenciais no processo de inclusão social, de busca da equidade e de fortalecimento do sistema de saúde dos países. Melhorar o acesso aos medicamentos existentes poderia, segundo dados da OMS, salvar dez milhões de vidas a cada ano, quatro milhões delas na África e no sudeste asiático. A Declaração de Doha sobre Trips e Saúde Pública, adotada em 2002, consagrou interpretação que coloca os objetivos das políticas públicas de saúde acima da proteção dos direitos privados de propriedade intelectual, ao reconhecer a possibilidade de recorrer à licença compulsória para produção de medicamentos. A Declaração representou avanço importante na garantia de acesso a medicamentos em países pobres. O Brasil tem atuado de forma articulada e assertiva em todos os foros envolvidos (OMS, OMC e OMPI), em questões vinculadas à saúde pública. No CDH, o Brasil é o principal patrocinador do mandato do Relator Especial sobre o Direito à saúde.

“O Brasil e os Direitos Humanos: em busca de uma agenda positiva”. Artigo do Ministro Celso Amorim publicado na revista *Política Externa*, vol.18, nº2 – set-out-nov/2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)

No momento em que vivemos a pior retração econômica global em muitas décadas, é fundamental que a comunidade internacional se una na busca de respostas. A OIT é o lugar certo para buscar soluções coordenadas para os impactos de uma crise que atinge a todos. (...) O Brasil tem apoiado a participação da OIT no G-20.

Discurso do Presidente Lula na 98ª Conferência Internacional do Trabalho. Genebra, 15 de junho de 2009.

* * *

Na última reunião do G-20, em Londres, o Brasil demonstrou forte oposição às tentativas dos países desenvolvidos de flexibilizar as normas de direito do trabalho diante da nova conjuntura trazida pela crise. Temos defendido que a OIT seja chamada a participar das próximas reuniões do Grupo. Durante a 98ª Conferência Internacional do Trabalho, em junho, o Presidente Lula discursou a favor do “Pacto Global pelo Emprego”, pacote de opções de políticas para enfrentar a crise, que coloca o emprego no centro das preocupações e garante proteção social aos grupos mais vulneráveis da população.

“O Brasil e os Direitos Humanos: em busca de uma agenda positiva”. Artigo do Ministro Celso Amorim publicado na revista *Política Externa*, vol.18, nº2 – set-out-nov/2009.

Temas Culturais

DIPLOMACIA CULTURAL – GERAL

[Os Ministros dos Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores da CPLP] reafirmaram que a Língua é um meio fundamental de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projeção internacional dos seus valores comuns, numa perspectiva aberta e universalista. A utilização progressiva do português como língua de trabalho em organizações internacionais, de cariz universal ou regional, é uma realidade. É um idioma falado em mais de vinte instituições internacionais, nomeadamente na União Africana, na União Europeia, na União Sul-Americana de Nações (UNASUL), na Organização dos Estados Americanos e nas Cimeiras Ibero-Americanas. Concordaram que a CPLP e os Estados membros têm que ser mais ambiciosos, em particular no sistema das Nações Unidas.

Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo. Praia, 20 de julho de 2009.

ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES

A iniciativa “Aliança de Civilizações” foi proposta pelo Presidente de Governo da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero, em 2004, com o objetivo de ajudar a opinião pública mundial a superar preconceitos e polarizações entre culturas e comunidades diferentes. Coordenada pelo Alto Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Aliança de Civilizações, Jorge Sampaio, ex-Presidente de Portugal, a iniciativa conta com 100 membros, entre governos e organizações internacionais. O Ministro Celso Amorim fará pronunciamento em nome do Presidente da República na sessão de abertura do II Fórum.

Nota à imprensa. “II Fórum Mundial da Aliança de Civilizações”. Brasília, 3 de abril de 2009.

* * *

A tolerância, a cultura da paz, a democracia e os direitos humanos têm sido essenciais para o nosso desenvolvimento recente. Com o objetivo de implementar as recomendações do Grupo de Alto Nível, o Brasil já preparou o seu Plano Nacional para a Aliança de Civilizações, que está sendo entregue hoje ao Presidente Jorge Sampaio.

Discurso do Ministro Celso Amorim no II Fórum Mundial da Aliança de Civilizações. Istambul, 6 de abril de 2009.

* * *

Assim como o desenvolvimento e a igualdade social, o diálogo é componente essencial para a paz. O Brasil crê na convivência pacífica entre culturas e civilizações diferentes. Por isso, o Rio de Janeiro vai sediar, em 2010, o terceiro Fórum Mundial da Aliança das Civilizações.

Discurso do Presidente Lula na cerimônia de entrega do Prêmio Félix Houphouët-Boigny pela Busca da Paz. Paris, 7 de julho de 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO)

A promoção de uma cultura de paz é um dos pilares da Unesco. Conhecemos os horrores e os sofrimentos produzidos por todas as guerras. Os conflitos armados são uma afronta à racionalidade humana. É inadmissível tentar invocar o nome de Deus para justificá-los. É inaceitável justificar a agressão como medida preventiva. É intolerável querer transformar a diferença entre as civilizações — em motivo de conflitos. (...) A Unesco tem um papel importante frente ao desafio de construir um mundo mais próspero, igualitário e democrático, como está registrado em sua própria Constituição. Diz a Constituição da Unesco: “uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz”. É no ambiente arejado dessa Organização que temas sensíveis poderão ser tratados de modo construtivo em escala global. O diálogo contínuo que se trava na Unesco tem facilitado o abrandamento de tensões políticas internacionais, com soluções inovadoras e pacíficas.

Discurso do Presidente Lula na cerimônia de entrega do Prêmio Félix Houphouët-Boigny pela Busca da Paz. Paris, 7 de julho de 2009.



Segurança e Defesa

DESARMAMENTO – GERAL

O poder militar ainda se encontra muito concentrado. O fosso que separa países com capacidade diferente de defesa repercute no plano político, gera corridas por armamentos e contribui para criar instabilidade em diversas regiões. Não haverá garantias de não-proliferação de armas de destruição em massa enquanto não forem dados passos consistentes em direção ao desarmamento, sobretudo o nuclear. A militarização dos conflitos não vai trazer mais segurança nem diminuir ameaças como o terrorismo, que sem dúvida deve ser combatido com firmeza, mas cujas causas profundas não podem ser resolvidas pela força. Não teremos um mundo mais seguro sem desenvolvimento econômico e social.

**“Criação e Inovação na Política Externa Brasileira”.
Conferência do Ministro Celso Amorim na Coordenação
dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia
(COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ). Rio de Janeiro, 25 de abril de 2008.**

* * *

A América Latina e o Caribe formam a primeira zona desnuclearizada do globo. O Brasil é um dos poucos países a consagrar em sua Constituição o uso da energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos. Os arsenais nucleares são peças ultrapassadas e obsoletas, de um tempo já superado de equilíbrio do terror. Por essa razão, não basta opor-se à proliferação nuclear. É necessário, igualmente, lutar pelo desarmamento nuclear.

Discurso do Presidente Lula na cerimônia de entrega do Prêmio Félix Houphouët-Boigny pela Busca da Paz. Paris, 7 de julho de 2009.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

Com o lançamento desta Estratégia Nacional de Defesa, estamos cumprindo as metas estabelecidas em 2007 e tratando as Forças Armadas com a seriedade e o respeito que merecem de todos nós, cidadãos brasileiros. Finalmente vamos poder atender aos anseios das Forças Armadas, quando pleiteiam a modernização dos seus equipamentos, armamentos, aviões, navios e viaturas blindadas. O lançamento da Estratégia irá ensejar uma saudável discussão sobre a reorganização das três Forças, e também sobre a reestruturação da indústria brasileira de material de Defesa, para que esta estratégia... para que esta garanta o suprimento das necessidades logísticas sem depender de fornecedores estrangeiros. Quando se trata de Defesa, temos que depender somente do uso de tecnologia de domínio nacional.

Discurso do Presidente Lula durante cerimônia de lançamento da Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, 18 de dezembro de 2008.

TRATADO DE NÃO-PROLIFERAÇÃO DAS ARMAS NUCLEARES (TNP)

O Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) é muito claro em seu artigo 6º: estabelece que um dos objetivos é o desarmamento das potências nucleares. Os países não nucleares se comprometem a não ter armamento nuclear e os nucleares se comprometem a se desarmar. Durante anos e anos

só assistimos ênfase no aspecto da não-proliferação e pouquíssimo desarmamento. (...) A próxima conferência no TNP, em abril ou maio, em Nova York, será um teste para sabermos se as potências nucleares estão também dispostas a se desarmar. Se não se desarmam, não têm moral para cobrar dos outros. O Brasil adotou sua posição de não ter armas nucleares.

Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim ao jornal *O Globo*. Brasília, 25 de dezembro de 2009.

TERRORISMO

O Brasil tem reiterado, em todos os foros dos quais participa, seu total repúdio a todas as formas e manifestações do terrorismo, seja quais forem os pretextos alegados, bem como o entendimento brasileiro de que o combate ao terrorismo será tanto mais eficaz quanto mais ampla for a cooperação internacional na matéria. Da perspectiva brasileira, o combate ao terrorismo deve valer-se de todos os meios compatíveis com a Carta da Nações Unidas, a Carta da OEA e outros diplomas, normas e princípios do Direito Internacional. Quero, nesse sentido, fazer especial referência à Declaração de São Carlos sobre a Cooperação Hemisférica para Enfrentar o Terrorismo de Maneira Integral (...) Nessa declaração, são reafirmados os princípios gerais que devem pautar o combate ao terrorismo em nosso Hemisfério, princípios esses que devem ser entendidos em seu conjunto e de forma equilibrada. Esses princípios incluem a mais enérgica condenação ao terrorismo, em todas as suas formas e manifestações; a necessidade de enfrentar o terrorismo mediante uma cooperação sustentada no pleno respeito às obrigações impostas pelo Direito Internacional; e o compromisso de enfrentar o terrorismo em conformidade com os princípios de igualdade soberana e integridade territorial dos Estados.

Intervenção do Representante Permanente do Brasil, Embaixador Osmar Chohfi, na Sessão Extraordinária do Conselho Permanente da OEA. Washington, 4 de março de 2008.

* * *

[Os Presidentes] manifestaram a importância do combate ao terrorismo em todas as suas formas e manifestações, e a relevância da cooperação para a prevenção dos atos de terrorismo, como forma de evitar a impunidade para aqueles que os cometam e proteger as vítimas desses atos. O combate contra esse flagelo será eficaz por meio de um desenvolvimento em consonância com o direito interno, as normas de direito internacional - com pleno respeito à soberania e à integridade territorial -, o direito internacional humanitário, o direito internacional dos refugiados e o direito internacional dos direitos humanos, assim como os compromissos emanados dos convênios e instrumentos internacionais sobre a matéria, as Resoluções pertinentes do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Comunicado Conjunto da XXXVI Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul. Costa do Sauípe, 16 de dezembro de 2008.

* * *

Condenamos com veemência o terrorismo em todas suas formas e manifestações e reiteramos que não pode existir justificativa para quaisquer atos de terrorismo, em qualquer lugar e por qualquer motivo. Observamos que a versão preliminar da Convenção Abrangente contra o Terrorismo Internacional está atualmente sob exame da Assembleia Geral da ONU e conclamamos sua adoção imediata.

Declaração Conjunta da Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo dos BRICs. Ecaterimburgo, 16 de junho de 2009.

ILÍCITOS TRANSNACIONAIS

Nossas propostas (...) incluirão o fim dos paraísos fiscais. Eles representam o aliado fundamental do crime organizado internacional, do narcotráfico, da corrupção e do terrorismo. Não é possível combater eficazmente essas manifestações perversas sem atacar a retaguarda financeira que nunca lhes faltou.

Discurso do Presidente Lula Seminário “Brasil: Parceiro Global em uma Nova Economia; Estratégias Sólidas para Momentos Desafiadores”. Nova York, 16 de março de 2009.

* * *

Defendemos que a migração irregular é uma questão humanitária e não pode ser confundida com a criminalidade. Adotamos sobre essa questão uma abordagem abrangente e equilibrada, levando em consideração os princípios da universalidade, interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos. (...) É verdade que nós vamos continuar sendo duros no combate ao narcotráfico. É verdade que nós vamos continuar sendo duros com o contrabando. É verdade que nós vamos continuar sendo duros com os crimes internacionais. Mas é verdade que nós temos que ser generosos com os seres humanos de qualquer parte do mundo que aqui queiram vir pousar e preparar o seu futuro.

Discurso do Presidente Lula durante cerimônia de sanção da lei que anistia estrangeiros em situação irregular no Brasil. Brasília, 2 de julho de 2009.



Ciência, Tecnologia e Inovação

Hoje, mais do que nunca, dependemos da infinita capacidade humana de reinvenção e de superação. Uma progressiva convergência de novas tecnologias, principalmente nas áreas de informação, biotecnologia e nanotecnologia, vem abrindo novos horizontes de cooperação. A criação de economias do conhecimento na América Latina é instrumento fundamental para superar as desigualdades, fortalecer a cidadania e facilitar nossa inserção competitiva na economia global. Mas os benefícios desse processo só virão com investimentos progressivamente maiores em pesquisa e inovação. Isso exige vigorosa ação do Estado, sem a qual passaremos ao largo dessa nova revolução tecnológica, como em momentos históricos anteriores. Precisamos democratizar o acesso às tecnologias modernas, sobretudo na informação e comunicação. Elas são a chave para o emprego, o desenvolvimento profissional e, sobretudo, para a participação política.

Discurso do Presidente Lula durante sessão de abertura da 19ª Reunião de Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Estoril, 30 de novembro de 2009.

TV DIGITAL E SEMICONDUTORES

A visita do Primeiro-Ministro Koizumi e do Presidente Lula deu, portanto, renovada força ao relacionamento bilateral. Temos agora todas as condições de retomar – e aprofundar – nossa parceria, com uma nova leva de investimentos e a abertura de novas frentes de cooperação, da TV Digital ao etanol. Queremos que a cooperação na área da TV digital – totalmente inovadora – possa produzir efeitos não só no campo da ciência e da tecnologia, mas também no campo da produção. Confiamos em que uma fábrica de microprocessadores, de semicondutores possa ser instalada no Brasil e que isso seja o símbolo de uma nova era de cooperação em uma área avançada do conhecimento humano.

Discurso do Ministro Celso Amorim na cerimônia oficial de abertura do Ano do Intercâmbio Brasil-Japão. Brasília, 17 de janeiro de 2008.

* * *

Recentemente, durante a visita da Presidente Cristina Kirchner a Brasília, em 8 de setembro, reiteramos a convicção recíproca quanto à importância da inovação tecnológica, da ciência e da atividade criativa como fontes de progresso material e bem-estar social. Os dois Presidentes decidiram expandir a cooperação relacionada à TV Digital, cujo desenvolvimento tecnológico demanda esforço de pesquisa na área das tecnologias da informação e da comunicação (TICs).

“Brasil e Argentina: cooperação para o desenvolvimento”. Artigo do Ministro Celso Amorim para a revista *Ciência Hoje*. Brasília, 23 de setembro de 2008.

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Brasil e UE estão comprometidos com a construção de uma Sociedade da Informação centrada na pessoa, não-discriminatória e orientada para o

desenvolvimento, conforme contemplado nos resultados da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CSMI), assim como com o estabelecimento, no âmbito multilateral, de mecanismos multissetoriais transparentes e democráticos de governança da Internet em nível global. Brasil e UE compartilham o entendimento de que as Tecnologias da Informação e das Comunicações (TICs) são essenciais para promover a inovação, a competitividade e o crescimento econômico, criar empregos e aumentar a eficiência do setor público. As TICs desempenham, ademais, papel fundamental na promoção da inclusão digital e no aperfeiçoamento da coesão social, na melhora da qualidade de vida e na redução da pobreza.

Plano de Ação Conjunto da II Reunião de Cúpula Brasil-União Europeia. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2008.

* * *

A União Internacional de Telecomunicações (UIT) anunciou hoje, 18 de maio, sua decisão de agraciar o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o Prêmio Mundial de Telecomunicações e Sociedade da Informação (“World Telecommunication and Information Society Award”). (...) A concessão do Prêmio ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é um reconhecimento às políticas brasileiras na área de inclusão digital e, em particular, à destacada atuação do Governo brasileiro no combate à pornografia infantil na Internet.

Nota à Imprensa. “Concessão do Prêmio Mundial de Telecomunicações e Sociedade da Informação ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva”. Brasília, 18 de maio de 2009.

ESPACIAL

[O Presidente Lula e a Presidenta Kirchner] reafirmaram o caráter estratégico da cooperação espacial entre o Brasil e a Argentina e a necessidade de avançar rapidamente no desenvolvimento, construção e lançamento de um satélite conjunto para a observação costeira e oceânica. Registraram a

realização de reuniões técnicas em Buenos Aires e em São José dos Campos, que permitiram progressos significativos da definição da missão SABIA-Mar [Satélite Argentino-Brasileiro de Observação dos Oceanos] para a observação costeira e oceânica, que terá impacto positivo em áreas como a proteção do meio ambiente, prevenção de desastres ambientais, manejo costeiro, recursos hídricos, oceanografia, uso sustentável dos recursos marinhos, meteorologia e mudança do clima.

Declaração Conjunta por ocasião da visita ao Brasil da Presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner. Brasília, 8 de setembro de 2008.

* * *

Os Presidentes [Lula e Medvedev] reiteraram o caráter prioritário que atribuem ao uso e à exploração do espaço exterior para fins pacíficos e salientaram a disposição dos dois Governos de aprofundarem o intercâmbio nessa área de especial relevância. Os dois Mandatários manifestaram pleno apoio aos trabalhos bilaterais em curso para a modernização do Veículo Lançador de Satélites brasileiro (VLS) e expressaram sua determinação em promover a parceria tecnológica para o desenvolvimento de veículos lançadores de nova geração. Expressaram, igualmente, sua satisfação com as conversações em andamento relacionadas às áreas de telecomunicações, navegação por satélites, capacitação em áreas técnicas e de engenharia, bem como à realização de experimentos brasileiros no segmento russo da Estação Espacial Internacional.

Declaração Conjunta por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da Federação da Rússia, Dmitri Medvedev. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2008.

* * *

Na sequência de uma visita do então ministro Renato Archer a Pequim, em 1986, o Brasil e a China estabeleceram, dois anos depois, uma parceria para a construção, o lançamento e a operação dos satélites

CBERS (sigla, em inglês, de Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres), que, ainda hoje, representa o maior projeto de cooperação conjunta na área de ciência e tecnologia entre países em desenvolvimento. Ao romper com o padrão de propriedade individual de satélites de sensoriamento remoto, o programa CBERS permitiu aos dois países produzir dados e imagens de seus territórios a custo reduzido. O programa insere-se na estratégia de utilizar a tecnologia espacial como instrumento a serviço do desenvolvimento sustentável, pois é fonte de dados para a formulação de políticas públicas em áreas como monitoramento ambiental, desenvolvimento agrícola e planejamento urbano. O CBERS é reconhecido como um dos principais programas de sensoriamento remoto do mundo. Brasil e China já lançaram os satélites CBERS-1, em 1999; CBERS-2, em 2003; CBERS-2B, em 2007; e devem lançar o CBERS-3, em 2011, e o CBERS-4, em 2014. Isso promove a inovação na indústria espacial brasileira e gera empregos em setor estratégico. O Brasil tem fornecido a estrutura mecânica dos satélites, o sistema de geração de energia e o sistema de coleta de dados e telecomunicações.

“A cooperação Brasil-China na área espacial”. Artigo do Ministro Celso Amorim e do Ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, no jornal *Folha de São Paulo*. São Paulo, 19 de fevereiro de 2009.

* * *

O Presidente da República Federativa do Brasil e o Presidente da Ucrânia congratularam-se pela intensificação das relações bilaterais em diferentes áreas. No que diz respeito à área espacial, reafirmaram o compromisso com a parceria em curso para o lançamento do veículo Cyclone-4, pela empresa binacional “Alcântara Cyclone Space”, a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, no Estado do Maranhão, empreendimento considerado de importância estratégica para os dois países.

Declaração Conjunta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e do Presidente da Ucrânia, Victor Yushchenko. Kiev, 2 de dezembro de 2009.

NANOTECNOLOGIA

[O Presidente Lula e a Presidenta Kirchner] registraram os importantes avanços logrados pelo Centro Binacional de Nanotecnologia, sobretudo no que se refere ao planejamento para a realização de seis escolas de Nanotecnologia e de um “workshop” envolvendo empresas de ambos os países em 2008. Ressaltaram a importância da continuidade dos esforços no sentido de impulsionar as atividades conjuntas no setor, com ênfase na formação de recursos humanos, no desenvolvimento científico e no avanço industrial.

Declaração Conjunta por ocasião da visita ao Brasil da Presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner. Brasília, 8 de setembro de 2008.

BIOTECNOLOGIA

Em 1987, era estabelecido o Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia (CBAB/CABBIO), instituição que permanece ativa até hoje. Com mais de 20 anos de existência, é considerada referência como modelo de cooperação bilateral na América do Sul.

“Brasil e Argentina: cooperação para o desenvolvimento”. Artigo do Ministro Celso Amorim para a revista *Ciência Hoje*. Brasília, 23 de setembro de 2008.

* * *

[O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa decidem] estabelecer o Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica (...), a ser constituído por núcleos de pesquisa dos dois países, articulados e estabelecidos de comum acordo, utilizando a infra-estrutura existente ou cooperando para o desenvolvimento de novas estruturas, de modo a executar projetos conjuntos de pesquisa científico-tecnológica, de transferência de tecnologia, formação e capacitação de recursos humanos e

atividades conexas no campo da biodiversidade nos termos da Convenção sobre Diversidade Biológica, de que são partes.

Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para criação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2008.



Cooperação Técnica

COOPERAÇÃO SUL-SUL

A cooperação Sul-Sul no campo dos direitos humanos deve ser aprofundada. O Brasil tem procurado ampliar o diálogo e as ações concretas com outros países em desenvolvimento a fim de realizar direitos humanos fundamentais tais como a paz, a saúde, a educação e o desenvolvimento.

Discurso do Ministro Celso Amorim na cerimônia de comemoração dos 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos. Genebra 12 de dezembro de 2008.

* * *

Não são apenas nem principalmente interesses econômicos que justificam a nossa política africana. (...) Os projetos de cooperação se multiplicaram, nos domínios da agricultura, da saúde, da educação e da gestão pública. Abrimos um escritório em Gana da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa, e outro, em Moçambique, da Fiocruz, fundação de pesquisas em saúde e produção de vacinas e remédios. Essas ações de cooperação se somam a muitas outras em países da América Latina e do Caribe, com destaque para o Haiti.

Palestra do Ministro Celso Amorim como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 5 de janeiro de 2009.

* * *

A ajuda aos países pobres é muito importante, mas não é suficiente. Cooperação, investimento, transferência de tecnologia, compartilhamento de conhecimento e treinamento profissional são centrais para promover uma globalização mais justa e inclusiva. Como pude presenciar em recente viagem que incluiu o Mali, mas também o Togo, Guiné-Bissau e Guiné Equatorial, somente para citar alguns exemplos, os esforços de cooperação Sul-Sul promovidos pelo Brasil, mas também por outros países, seguem nessa direção. Por que eu enfatizo a cooperação Sul-Sul? Porque não se trata apenas de dinheiro, se trata de compartilhar experiências. Países como o Brasil, como a Argentina, como outros da América do Sul, como a África do Sul, são países que passaram e passam ainda por situações muito parecidas com as de outros países em desenvolvimento, mas mais pobres do que nós.

Discurso do Ministro Celso Amorim na Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social da Globalização - 306^a Sessão do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho. Genebra, 16 de novembro de 2009.

COOPERAÇÃO TRIANGULAR

[O Ministro Amorim e a Secretária Rice] reiteraram a disposição de trabalhar em parceria com os Governos africanos para promover a paz, a democracia e o desenvolvimento, notando com satisfação os avanços na implementação dos projetos de cooperação trilateral com a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

Declaração conjunta por ocasião da visita ao Brasil da Secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice. Brasília, 13 de março de 2008.

* * *

Brasil e França demonstram potencial para se tornar grandes parceiros na cooperação técnica trilateral. Com Moçambique, já temos capacitado técnicos em agricultura. Com os camaroneses, estamos prestes a viabilizar projeto de apoio à aquicultura. No Haiti - o país mais pobre das Américas - , estamos trabalhando para criar banco de leite no interior do país, visando a melhorar a saúde materno-infantil da população.

“Agir por uma governança global melhor”. Palestra do Ministro Celso Amorim na Conferência Anual dos Embaixadores Franceses. Paris, 27 de agosto de 2009.

* * *

A cooperação Sul-Sul pode e deve contribuir para aliviar a pobreza e os efeitos da crise. O Brasil está muito empenhado na cooperação Sul-Sul e tem desenvolvido cooperação triangular com a OIT nas áreas de seguridade social e eliminação do trabalho infantil em países como Haiti, Paraguai, Equador, Bolívia, Peru, Angola, Moçambique e Timor-Leste. O Governo brasileiro está pronto a continuar trabalhando com a OIT e também com outros países em desenvolvimento – e quem sabe também com outros países ricos que queiram compartilhar conosco essas experiências - para poder levar boas práticas e intercambiar lições.

Discurso do Ministro Celso Amorim na Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social da Globalização - 306ª Sessão do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho. Genebra, 16 de novembro de 2009.

* * *

Nesse sentido, [os líderes de Brasil e União Europeia] reiteraram seu compromisso com a implementação de projetos de cooperação triangular entre o Brasil, a UE e países em desenvolvimento interessados, tais como os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOPs), Timor Leste e o Haiti nos setores de saúde, energia, agricultura, educação e outras áreas pertinentes.

Declaração conjunta por ocasião da III Cúpula Brasil-União Europeia. Estocolmo, 6 de outubro de 2009.

AGRICULTURA E FERTILIZANTES

[Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez Frías] declararam sua intenção de dar continuidade às ações necessárias para o desenvolvimento da atividade agropecuária na Venezuela, de maneira a trabalhar para a construção da segurança alimentar na região. (...) Nesse contexto, saudaram a continuidade dos projetos de cooperação bilateral nas áreas pecuária e agroindustrial, no marco do Acordo assinado em janeiro de 2009, em Maracaibo. Expressaram satisfação com o andamento, conduzido pela EMBRAPA e pelo INIA, das iniciativas voltadas à produção, no quadro da agricultura familiar, de cítricos, mandioca e café.(...) Saudaram o estabelecimento de estação experimental, com gestão binacional em território venezuelano, das unidades da Embrapa/Roraima e do INIA/Bolívar, destinadas à promoção do intercâmbio de tecnologias agropecuárias para problemas comuns na região da fronteira.

Comunicado conjunto por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Salvador, 26 de maio de 2009.

* * *

Durante a visita, prevê-se a assinatura de três ajustes complementares ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a União Africana. O primeiro tem por objetivo estender a outros países da UA a experiência bem-sucedida da fazenda-modelo montada pelo Brasil no Mali, que já beneficia países como Benim, Burkina Faso, Chade e Mali. O segundo instrumento

versa sobre desenvolvimento social, enquanto o terceiro trata de cooperação agrícola em áreas como capacitação de pequenos agricultores e técnicas de comercialização e acesso a mercados. (...) Atualmente, estão sendo desenvolvidas na África algumas das principais iniciativas de cooperação Sul-Sul prestadas pelo Brasil, como o Escritório da Embrapa em Gana.

Nota à Imprensa. “Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Líbia para participar da Cúpula da União Africana”. Brasília, 29 de junho de 2009.

SAÚDE

Em Maputo, o Presidente Lula inaugurará o Escritório Regional para África da Fundação Oswaldo Cruz. A Representação da Fiocruz possibilitará diálogo mais ágil com os setores de saúde dos países africanos, com vistas ao desenvolvimento de novos projetos de cooperação e à transferência de experiências brasileiras em políticas públicas de saúde. O Senhor Presidente da República anunciará também medidas para a implantação, com cooperação brasileira, de fábrica de anti-retrovirais e outros medicamentos em Moçambique, projeto liderado pelos Ministérios da Saúde e das Relações Exteriores. A iniciativa busca contribuir para o reforço da capacidade moçambicana de enfrentamento de desafios no setor de saúde, particularmente o combate à AIDS, cuja incidência no país vem aumentando nos últimos anos. Apesar dos esforços do Governo moçambicano, estima-se que mais de 80% dos infectados não tenham tratamento adequado. A produção de medicamentos anti-retrovirais no país contribuirá para aliviar esse quadro.

Nota à Imprensa. “Visita do Presidente Lula a Moçambique”. Brasília, 14 de outubro de 2008.

* * *

Com respeito aos mecanismos inovadores para o financiamento do desenvolvimento, os Presidentes [Lula e Sarkozy] ressaltaram o sucesso da UNITAID (Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra a AIDS, a Malária e a Tuberculose), criada em setembro de 2006, que tem

permitido o financiamento do tratamento de três em cada quatro crianças infectadas pelo vírus HIV, em particular na África, assim como outros projetos no setor de saúde.

Declaração conjunta por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da França, Nicolas Sarkozy. Brasília, 7 de setembro de 2009.

BIOCOMBUSTÍVEIS

O Presidente Lula e eu próprio, em viagens a vários países africanos, da América Central e do Caribe, e mesmo da Ásia, temos detectado forte interesse em projetos de cooperação em biocombustíveis. O Brasil está pronto a cooperar com esses países, transferindo-lhes sua tecnologia, seja de forma direta, seja por meio de esquemas que envolvam outra nação ou entidade que disponha de mais recursos financeiros.

Discurso do Ministro Celso Amorim no Segmento Intergovernamental de Alto Nível da Conferência Internacional de Biocombustíveis. São Paulo, 20 de novembro de 2008.

* * *

A Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizada em São Paulo na semana passada, reafirmou nosso compromisso de compartilhar conhecimentos técnicos nessa área. Os biocombustíveis são uma oportunidade atraente e viável para a agricultura nos países em desenvolvimento.

Discurso do Ministro Celso Amorim na abertura da I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN. Brasília, 24 de novembro de 2008.

* * *

Como o Presidente Lula tem defendido, os biocombustíveis são uma das formas de energia renovável com maior potencial de expansão. Podem ser o novo motor do crescimento do comércio mundial. Países pobres poderão entrar neste mercado. O impulso à agricultura será notável.

Palestra do Ministro Celso Amorim como convidado de honra do Seminário Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Lisboa, 5 de janeiro de 2009.

* * *

[Os líderes do Brasil e da União Europeia] destacaram o compromisso do Brasil e da UE de trabalhar na iniciativa conjunta para o desenvolvimento sustentável da bioenergia na África, com ênfase em biocombustíveis e bioeletricidade. Propõem intensificar a cooperação nessa área, juntamente com a Comissão da União Africana, como um primeiro passo para uma ação mais ampla na área de energia em terceiros países. Ressaltaram que o desenvolvimento da bioenergia sobre uma base social, ambiental e economicamente sustentável pode proporcionar uma importante contribuição para enfrentar a mudança do clima, combater a pobreza e promover o acesso a formas modernas de energia, tais como para transporte, combustível doméstico e eletricidade para áreas rurais e urbanas.

Declaração conjunta por ocasião da III Cúpula Brasil-União Europeia. Estocolmo, 6 de outubro de 2009.

EDUCAÇÃO

Também será inaugurado o Centro de Formação Profissional Brasil-Guiné-Bissau, um dos maiores projetos da cooperação brasileira. Construído em parceria com o SENAI, o Centro está em funcionamento parcial e já oferece cursos de formação, contribuindo, assim, para mitigar a reduzida oferta de capacitação profissional para o exercício de atividades produtivas. Guiné-Bissau é um importante beneficiário da cooperação técnica brasileira.

Nota à Imprensa. “Visita do Ministro Celso Amorim à Guiné-Bissau”. Brasília, 23 de outubro de 2009.



Assistência a Brasileiros no Exterior

As migrações, os contatos entre os povos e as questões consulares são cada vez mais importantes no contexto da globalização, em função do movimento de pessoas em larga escala entre regiões. É importante, assim, continuar a tratar toda a gama de questões de migração, tais como migração regular, migração irregular e vínculos entre migração e desenvolvimento, no marco das relações bilaterais e dos foros internacionais de que participam Brasil e UE, tomando em conta os direitos humanos e a dignidade de todos os migrantes. Brasil e Europa reconhecem o papel positivo da migração como fator de intercâmbio humano e econômico nos países de origem e de destino.

Plano de Ação Conjunto da II Reunião de Cúpula Brasil-União Europeia. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2008.

* * *

O Brasil, que acolheu generosamente e sem discriminações milhões de estrangeiros, sobretudo europeus, espera que os países da UE, ao deliberarem sobre o “Pacto” na reunião do Conselho Europeu que se realizará em outubro, levem em conta suas experiências históricas e os benefícios que auferiram com o fenômeno migratório, evitando iniciativas que criem novos fatores de

divisão entre países de origem e recepção de imigrantes. O Governo brasileiro defende firmemente o direito de ir e vir das pessoas e vem reforçando política de apoio aos seus nacionais no exterior. Coerente com essa posição, redobrará a vigilância em relação a medidas que possam afetá-los em violação a normas humanitárias e de convivência consagradas universalmente.

Nota à Imprensa. “Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo”. Brasília, 26 de setembro de 2009.

CONFERÊNCIA BRASILEIROS NO MUNDO

O Ministério das Relações Exteriores realizará (...) a I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior, “Brasileiros no Mundo”. O Ministro Celso Amorim participará, na manhã do dia 17, da sessão de abertura da Conferência. O evento reunirá autoridades do Poder Executivo, do Congresso Nacional, do Judiciário, e representantes do mundo acadêmico, da mídia e de organizações internacionais para debater assuntos do interesse da diáspora brasileira. Centenas de lideranças comunitárias e representantes de entidades de apoio a brasileiros no exterior estarão presentes, muitos como convidados do Governo brasileiro.

Nota à Imprensa. “Brasileiros no Mundo: I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior”. Brasília, 11 de julho de 2008.

* * *

A situação das comunidades brasileiras no exterior é hoje uma prioridade do Governo do Presidente Lula. É uma prioridade dentro do Ministério das Relações Exteriores. Não creio que no passado não tenha merecido atenção. Mas era um aspecto lateral. Até porque o crescimento do número de brasileiros no exterior foi geométrico, quase exponencial. Então, isso também nos obrigou a uma nova atitude, muito mais aberta. Nós temos procurado ouvir mais as próprias comunidades, e esse é um dos motivos dessa Conferência.

Discurso do Ministro Celso Amorim na abertura da Conferência Brasileiros no Mundo – I Conferência Sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior. Rio de Janeiro, 17 de julho de 2008.

* * *

“Brasileiros no Mundo”, a II Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior será realizada no Rio de Janeiro nos dias 15 e 16 de outubro de 2009 (...). Assim como ocorreu na I Conferência, realizada em 17 e 18 de julho de 2008, o evento reunirá centenas de representantes das principais comunidades brasileiras nos EUA, na América do Sul, na Europa Ocidental, no Japão, na Austrália, na África e no Oriente Médio, com a finalidade de debater assuntos do interesse da diáspora brasileira. (...) Na II edição do encontro, serão tratados 4 temas principais: Cultura e Educação; Trabalho e Previdência; Serviços consulares e regularização migratória; e Representação política. (...) Líderes comunitários e membros de associações de apoio a brasileiros no exterior foram estimulados a enviar contribuições para a Conferência, durante a qual terão oportunidade de trocar informações sobre suas respectivas experiências e iniciativas como migrantes, atualizar a Ata de Reivindicações elaborada no ano passado e discutir formas de institucionalizar a interlocução com o governo brasileiro.

Nota à Imprensa. “Brasileiros no Mundo: II Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior”. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2009.



Esportes

O Brasil e a América do Sul têm todas as condições de sediar eventos esportivos globais, e tanto a Copa de 2014 quanto os Jogos Olímpicos de 2016 serão uma grande oportunidade para demonstrar ao mundo a evolução esportiva, social e econômica da nossa região. Países como a Espanha e a China, para citar dois exemplos, projetaram sua transformação e sua modernização a partir de eventos globais como a Copa do Mundo de 1982, as Olimpíadas de Barcelona, em 1992, e os Jogos Olímpicos de Pequim, no ano passado. (...) Estou convencido de que os países em desenvolvimento estão preparados e têm o direito de sediar as principais competições esportivas mundiais.

Entrevista concedida pelo Presidente Lula à revista *Sportbusiness International*, edição de maio de 2009.

COPA DO MUNDO DE 2014

As Partes [Brasil e África do Sul] intercambiarão experiências e informações sobre a preparação e a organização de mega eventos, incluindo a Copa do Mundo da FIFA de 2010 a ser realizada na República da África do Sul, especialmente considerando a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos

Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, que serão realizados na República Federativa do Brasil.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação na Área de Esporte. Brasília, 9 de outubro de 2009.

* * *

[Brasil e Alemanha] Observando que o Governo da República Federativa do Brasil tem a determinação de que o planejamento, a preparação e a realização da Copa do Mundo em 2014, assim como dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, no Rio de Janeiro, contribuam de forma decisiva para o fortalecimento, a prosperidade e a diversidade da economia brasileira, e construam um legado com o máximo de benefícios esportivos, sociais, culturais e educacionais, estando determinado, para tanto, a promover as mais amplas oportunidades nesses campos (...) As Partes querem reforçar a cooperação entre o Brasil e Alemanha para o sucesso da Copa do Mundo da FIFA de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, por meio do intercâmbio de experiências relativas aos domínios de infra-estrutura, segurança e outras áreas a serem definidas oportunamente.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Econômica, sobretudo nos Domínios da Infraestrutura e da Segurança, com Vistas à Copa do Mundo Brasil, em 2014, e aos XXXI Jogos Olímpicos e XV Jogos Paraolímpicos no Rio de Janeiro, em 2016. Berlim, 3 de dezembro de 2009.

JOGOS OLÍMPICOS DE 2016

O Comitê Olímpico Internacional (COI), reunido em sua 121ª Sessão, decidiu ontem escolher o Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e

Paraolímpicos de 2016. O Rio de Janeiro será a primeira cidade da América do Sul a sediar uma edição das Olimpíadas. A decisão do COI é uma vitória de todos os brasileiros. Resulta, entre outros motivos, do reconhecimento internacional do papel do Brasil no mundo, da força de sua democracia e da estabilidade de sua economia. O Ministério das Relações Exteriores manifesta a satisfação em ter participado desse esforço vencedor e parabeniza os demais órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, bem como o Comitê Olímpico Brasileiro, pela escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Nota à Imprensa. “Escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016”. Brasília, 3 de outubro de 2009.

* * *

Nos últimos anos o Brasil tem tido um destaque de muita importância na imprensa internacional. Hoje, quem acompanha a economia, sabe que a economia brasileira está muito sólida. As pessoas sabem que o Brasil é um país que tem um potencial extraordinário. (...) Sinto que as pessoas passaram a conhecer o Brasil, de verdade. A minha relação pessoal com os presidentes, com os primeiros-ministros, eu acho que tudo isso contribuiu e, mais ainda, a apresentação brasileira. A apresentação consagrou o que é o Brasil hoje e eu acho que isso fez o Rio de Janeiro ter a maior vitória que um país já teve nas Olimpíadas – 66 votos contra 32 é recorde dos recordes – e isso é gratificante por tudo o que está acontecendo no Brasil.

Entrevista concedida Presidente Lula à CNN. Copenhague, 3 de outubro de 2009.

* * *

Colocando o Rio à parte, o mérito maior dentre os atores que trabalharam foi do Presidente. E, claro, o Comitê Olímpico trabalhou muito bem, fez o trabalho dele. (...) Mas seja como for, você tem uma migração impressionante de votos para o lado do Brasil e eu acho, por exemplo, que os árabes e os africanos votaram em massa no Brasil. E aí a diplomacia brasileira é

indissociável desse fato. Claro que é a figura do Presidente Lula e o contato, as amizades e as relações pessoais que ele fez nesse ponto, mas se nós não tivéssemos também ajudado a preparar o caminho, seria difícil que isso fosse obtido.

**Palestra proferida pelo Ministro Celso Amorim no LVII
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD).
Brasília, 16 de outubro de 2009.**







<i>Formato</i>	<i>15,5 x 22,5 cm</i>
<i>Mancha gráfica</i>	<i>12 x 18,3cm</i>
<i>Papel</i>	<i>pólen soft 80g (miolo), duo design 250g (capa)</i>
<i>Fontes</i>	<i>Times New Roman 17/20,4 (títulos), 12/14 (textos)</i>